

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS**

ANA MÁRCIA MARTINS DA SILVA

**A CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS VOZES VERBAIS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA PROPOSTA DE REVISÃO DA NOMENCLATURA GRAMATICAL
BRASILEIRA A PARTIR DA TEORIA DA REGÊNCIA E LIGAÇÃO**

Porto Alegre
2011

ANA MÁRCIA MARTINS DA SILVA

**A CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS VOZES VERBAIS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA PROPOSTA DE REVISÃO DA NOMENCLATURA GRAMATICAL
BRASILEIRA A PARTIR DA TEORIA DA REGÊNCIA E LIGAÇÃO**

Tese apresentada como requisito para
obtenção do grau de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em Letras
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, Ana Márcia Martins da
A Classificação dos verbos e das vozes verbais no português brasileiro : uma proposta de revisão da nomenclatura gramatical brasileira a partir da teoria da regência e ligação / Ana Márcia Martins da Silva. – Porto Alegre, 2011.
118 f.

Tese (Doutorado) – Fac. de Letras, PUCRS.
Orientadora: Prof^a. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños

1. Linguística Portuguesa. 2. Português - Verbos.
3. Português – Vozes Verbais. 4. Português – Regência Verbal. I. Ibaños, Ana Maria Tramunt. II. Título.

CDD 469.518

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

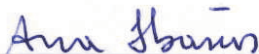
ANA MÁRCIA MARTINS DA SILVA

**A CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS VOZES VERBAIS
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA PROPOSTA DE REVISÃO DA NOMENCLATURA
GRAMATICAL BRASILEIRA A PARTIR DA TEORIA DA REGÊNCIA E LIGAÇÃO**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 23 de setembro de 2011

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños - PUCRS



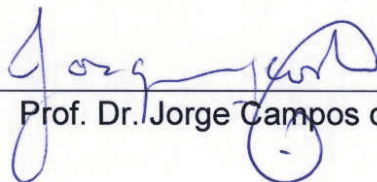
Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques - UERJ



Profa. Dr. Carmen Maria Faggion - UCS



Profa. Dr. Jane Rita Caetano da Silveira - PUCRS



Prof. Dr. Jorge Campos da Costa - PUCRS

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha família, especialmente à mãe, que me ensinou a “costurar meu pano para durar mais um ano”, e ao pai, que me legou o dom de ensinar com prazer e muita pesquisa, e a todos aqueles alunos, personificados na Laura Luvinson Méliga e no Miguel da Camino Perez, que sempre quiseram saber mais sobre a língua materna e me instigaram a buscar respostas para satisfazê-los.

AGRADECIMENTOS

A todos quantos estiveram de “mãos dadas” comigo durante esta pesquisa, especialmente à Prof^a. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños, pela orientação eficiente e carinhosa, e à Mônica Deitos Stedile Monawar, pela revisão criteriosa do texto, fica “um pouco de Drummond”.

Mãos Dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considere a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.

não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.

não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.

não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

RESUMO

Esta tese analisa a classificação dos verbos e das vozes verbais do Português Brasileiro à luz da Teoria da Regência e Ligação proposta por Chomsky (1981), a qual fornecerá base teórica para uma proposta de revisão da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Consequentemente, é também proposta a reclassificação desses verbos e vozes verbais. Discute-se ainda a inadequação de alguns conceitos e exemplos de duas gramáticas do Português Brasileiro com modelos teóricos diferentes; e tecem-se considerações a respeito do artigo “Em defesa da categoria de voz média no Português Brasileiro” (CAMACHO, 2003), que propõe a inclusão dessa voz verbal entre as três já existentes: ativa, passiva, reflexiva.

Palavras-chave:

verbos – vozes verbais – Teoria da Regência e Ligação – voz média

ABSTRACT

This thesis analyses verbal and voice classification in Brazilian Portuguese under the scope of Chomsky's Government and Binding Theory (1981), which will provide the theoretical basis necessary to propose a review of the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB, from Portuguese *Nomenclatura Gramatical Brasileira*), followed by a reclassification of the aforementioned verbs and their voices. This work promotes the discussion of the inadequacy of a few concepts and examples given by two grammars of Brazilian Portuguese with different theoretical bases. This thesis also proposes a few considerations regarding the article "In defense of the middle voice category in Brazilian Portuguese" (CAMACHO, 2003), that aims for the inclusion of this verbal voice among the already existing three, which are classified as active, passive and reflexive.

Keywords:

verbs – verbal voices – Government and Binding Theory – middle voice

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

A	<i>Avere</i> (Haver)
Adv	Advérbio
AEE	Argumento externo explícito
AEL	Argumento externo latente
AL	Acusativo latente
[±Agr]	[± <i>Agreement</i>] ([± Concordância])
Ag	Agente
AgrP	<i>Agreement Phrase</i> (Sintagma de Concordância)
[±anim.]	[± animado]
AP	<i>Adjectival Phrase</i> (Sintagma Adjetival)
Ca	Causa
C(omp)	<i>Complementizer</i> (Complementizador)
CP	<i>Complementizer Phrase</i> (Sintagma Complementizador)
critério- θ	Critério-theta
c-seleção	Seleção Categorial
D	<i>Determiner</i> (Determinante)
DP	<i>Determiner Phrase</i> (Sintagma Determinante)
e	<i>Empty</i> (vazio)
E	<i>Essere</i> (ser)
EPP	<i>Extended Projection Principle</i> (Princípio de Projeção Estendida)
estrutura-A	Estrutura de Argumentos
estrutura-D	Estrutura Profunda (<i>Deep-structure</i>)
estrutura-S	Estrutura de Superfície (<i>Surface-structure</i>)
expl.	Expletivo
expressões-R	Expressões Referenciais
Fo	Fonte
GB	<i>Government and Binding Theory</i> (Teoria da Regência e da Ligação)
GT	Gramática Tradicional
I(nfl)	<i>Inflectional</i> (Flexional)
IE	Indo-europeu, indo-europeia(s)
ing.	Inglês
IP	<i>Inflectional Phrase</i> (Sintagma Flexional)
LF	<i>Logical Form</i> (Forma Lógica)
LFG	<i>Lexical Functional Grammar</i> (Gramática Léxico-Funcional)
MM	<i>Middle marked</i> (Médias Marcadas)
N	<i>Noun</i> (Nome)
Ne-cl	Ne-clitização
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
NP	<i>Noun Phrase</i> (Sintagma Nominal)
P	<i>Preposition</i> (Preposição)
papel- θ	Papel-temático ou Theta
P&P	Princípios e Parâmetros
posição-A	Posição Argumental
PB	Português Brasileiro
PF	<i>Phonetic Form</i> (Forma Fonética)
PP	<i>Prepositional Phrase</i> (Sintagma Preposicional)

S	<i>Sentence</i> (Sentença)
Spec	<i>Specifier</i> (Especificador)
s-seleção	Seleção Semântica
sse	Se e somente se
[±T]	[± <i>Tense</i>] ([± Tempo])
<i>t</i>	<i>Trace</i> (Traço)
T	Tema
TG	Teoria Gerativa
TMFC	Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista
UG	<i>Universal Grammar</i> (Gramática Universal)
UH	<i>Unaccusative Hypothesis</i> (Hipótese Inacusativa)
V	<i>Verb</i> (Verbo)
VI	Verbo intransitivo
VP	<i>Verb Phrase</i> (Sintagma Verbal)
VTD	Verbo transitivo direto
VTDI	Verbo transitivo direto e indireto
VTI	Verbo transitivo indireto
X	Item Lexical
X'	Categoria Lexical
XP	Categoria Sintagmática

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1– Classificação do se segundo Burzio (1986).....	41
Quadro 2 – Transitividade dos verbos médios e ativos (a partir de Klaiman, 1991).....	46
Quadro 3 – Subcategorias de voz média a partir de Câmara Jr. (1972) citadas por Camacho (2003).....	63
Quadro 4: as cinco subclasses formalmente distintas de predicados mediais (segundo Bacelar do Nascimento e Martins, apud Camacho (2003)).....	65
Quadro 5 – Resumo da revisão de bibliografia.....	71
Quadro 6: descrição do sujeito, de agente da passiva, das vozes verbais e dos valores do se na Nova gramática do português contemporâneo (2007) – adaptado de: SILVA (2006, p.79-83).....	79
Quadro 7: outras propriedades semânticas do sujeito. (CASTILHO, 2010, p.297-98).....	88
Quadro 8: resumo das vozes verbais na NGPB (Castilho, 2010, p. 436-7).....	89
Quadro 9: resumo das vozes verbais latinas a partir de MACHADO (1941).....	92
Quadro 10: resumo dos conceitos apresentados pela NGPC e pela NGPB.....	94
Quadro 11: paralelo entre os conceitos presentes na NGPC e na NGPB.....	97
Quadro 13: nomenclatura pré-NGB e na NGB.....	102
Quadro 14: paradigma da reclassificação dos verbos do PB.....	109
Figura 1: representação gráfica dos sistemas de que é feita uma língua (CASTILHO, 2010, p. 69).....	81
Figura 2: portaria que recomendava a adoção da NGB (apud HENRIQUES, 2009).....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
1. ESTUDOS SOBRE VOZ MÉDIA	32
1.1 A VOZ MÉDIA NO LATIM	32
1.2 VERBOS, CASO E PAPÉIS TEMÁTICOS.....	36
1.2.1 A generalização de Burzio (1986).....	36
1.2.2 Os verbos médios e ativos em Klaiman (1991).....	46
1.2.3 A voz média segundo Kemmer (1993).....	47
1.2.4 A inacusatividade em Levin & Rappaport (1995).....	51
1.2.5 A demissão do Agente em Solstad & Lyngfelt (2006).....	55
1.2.6 A voz média na proposta de Camacho para o PB (2003)...	62
1.3 RESUMO.....	71
2. VERBOS, CASO E PAPÉIS TEMÁTICOS NO PB	74
2.1 NGPC (CUNHA & CINTRA, 2007)	74
2.2 NGPB (CASTILHOS, 2010).....	81
2.3 RESUMO.....	94
3. VERBOS E VOZES VERBAIS DO PB – UMA PROPOSTA DE RECLASSIFICAÇÃO	101
3.1 VERBOS E VOZES VERBAIS DO PB – O ANTES E O DEPOIS DA NGB.....	101
3.2 A HIPÓTESE DO ARGUMENTO EXTERNO LATENTE.....	103
3.3 O ESTATUTO ARGUMENTAL DE <i>AFOGAR-SE</i> E DE <i>IMPORTAR</i>	105
3.4 A RECLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS VOZES VERBAIS DO PB.....	108
3.5 RESUMO.....	110
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	113

PREÂMBULO À TESE

Nesta tese, assumiremos a Teoria Gerativa (Chomsky, 1957 e seguintes), mais especificamente o modelo teórico Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981) como embasamento para as discussões que faremos sobre a classificação dos verbos e das vozes verbais do Português Brasileiro (PB). A fim de situarmos o leitor em alguns dos conceitos que serão fundamentais para nossa pesquisa, faremos, neste preâmbulo, uma revisão das teorias que compreendem esse modelo, bem como do Princípio de Projeção e da Subcategorização Verbal.

Chomsky parte da concepção de Gramática Universal (doravante UG¹), vista aqui como “o sistema de princípios, condições, e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas [...] a essência da linguagem humana” (CHOMSKY, 1976, p. 29)².

Chomsky e Lasnik (1991) afirmam que uma característica importante desse sistema é o fato de ele permitir infinito uso de meios finitos, e que esses meios finitos compõem uma língua em particular. Essa afirmação, segundo os autores, é emprestada de Humboldt (1836), que já preceituava que “uma língua faz uso infinito de meios finitos” e que “a gramática dessa língua deve descrever os processos que tornam isso possível”.

Uma língua determina uma gama de objetos simbólicos, que são chamados de *descrições estruturais* (SDs)³. Então, considerada como um procedimento gerativo a partir de um número finito de meios, ela enumera um conjunto infinito de SDs (CHOMSKY E LASNIK, 1991). Ou seja, esse uso infinito indica os processos que a UG possibilita. Isso permite distinguir que a faculdade da linguagem é analisada em termos de Linguagem-I e Linguagem-E. A Linguagem-I, como entidade mental, não corresponde à noção sócio-geográfico-política de “língua”; é a “língua-I”, de “interna”, de “individual”, “intensional”, em que “interna” quer dizer que o falante lida com seu conhecimento apenas.

Ela corresponde à Faculdade da Linguagem, que, a partir de seu estado inicial, passa por várias fases, incorporando uma língua-I final, ou seja, uma gramática da língua a que o falante foi exposto, aquela que ele fala, que lhe permite compreender, produzir e perceber um número infinito de expressões, usá-las para

¹ Do inglês, *Universal Grammar*.

² *Apud* COOK (1996, p. 2)

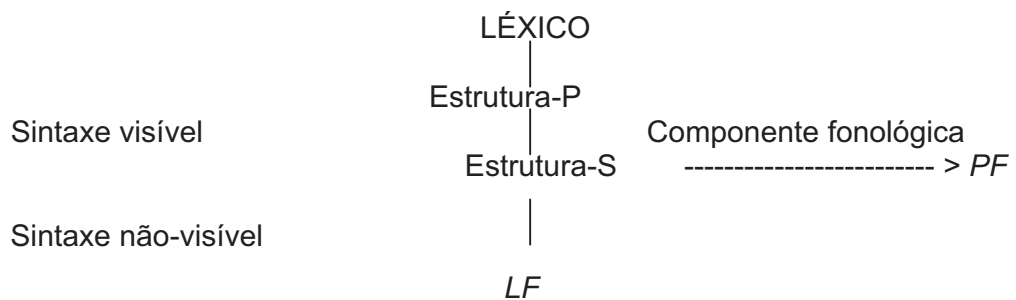
³ *Structural descriptions* – Nesta tese, serão mantidas as siglas em inglês.

várias finalidades, ter intuições sobre elas (RAPOSO, 1998). Neste ponto, então, a Linguagem-I transforma-se em Linguagem-E.

O modelo teórico Princípios e Parâmetros (1981), com a Teoria da Regência e Ligação, vai se preocupar, então, com a descrição dos elementos que compõem a Gramática Universal. A língua-I tem dois componentes: um léxico e um sistema de princípios (regras, operações) que operam recursivamente sobre os itens do léxico e sobre as expressões complexas formadas a partir destes. A esse sistema de princípios, chamamos Sistema Computacional, que abreviamos C_{HL} . Essa língua é, portanto, um mecanismo que gera um conjunto infinito de expressões. Sua teoria consiste numa especificação intensional das suas propriedades gramaticais (princípios, parâmetros, etc.). Essas propriedades são articuladas em vários níveis de representação, que são as SDs. No P&P, cada uma dessas SDs é um conjunto de quatro níveis de representação simbólica: *Estrutura Profunda*, *Estrutura de Superfície*, *Forma Fonética* e *Forma Lógica*⁴.

Esquemáticamente, a Linguagem-I do modelo P&P pode ser representada como em (1):

(1)



Cada nível de representação das SDs capta propriedades diferentes das expressões linguísticas: a D-S é a representação sintática “pura” das propriedades lexicais (c-seleção⁵ e s-seleção⁶) dos itens que formam a Linguagem-E (doravante L-E), assim chamada por ser “externa”, “extensional”, em que “externa” significa adquirida, como objeto sociológico, caracterizada como o conjunto de frases “gramaticais” de uma língua; a *PF* traz as propriedades fonéticas de L-E, com a sua

⁴ Estes níveis serão representados pelas abreviaturas do inglês: *D-S*, *S-S*, *PF* e *LF*.

⁵ Seleção categorial

⁶ Seleção semântica

estrutura silábica e prosódica; a *LF* contém as propriedades de significação (semânticas) de L-E, como estrutura argumental, papéis temáticos, etc.); a S-S é um nível de representação entre a *D-S* e a *LF*, onde estão representadas as operações de C_{HL} .

Os aspectos da UG que serão o suporte para a análise crítica da classificação dos verbos e das vozes verbais do PB são revistos brevemente a seguir.

1 TEORIA X-BARRA, PRINCÍPIO DA PROJEÇÃO E SUBCATEGORIZAÇÃO VERBAL

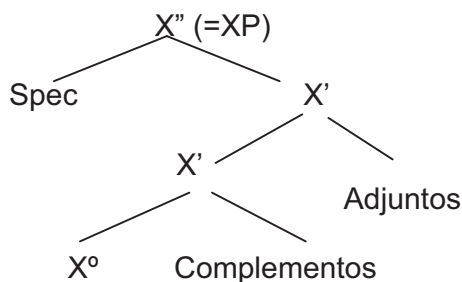
De acordo com a Teoria X-barras (CHOMSKY, 1970), todas as frases são encabeçadas por um item lexical – N, V, A ou P, que é a projeção zero (X^0); são, portanto, endocêntricas. O princípio da endocentricidade indica que não existe, verdadeiramente, nenhuma diferença categorial entre uma categoria sintagmática *XP* e o seu núcleo lexical *X*, mas apenas uma diferença de nível hierárquico, ou seja, uma categoria sintagmática não terá outro núcleo lexical senão aquele pertencente à sua categoria. Além disso, a X-barras demonstra o que é comum na estrutura das frases.

Em (2), apresentamos as propriedades que são comuns a todos os sintagmas:

- (2) a. Todo sintagma tem um núcleo;
- b. o sintagma domina os dependentes semânticos do núcleo;
- c. os sintagmas têm uma estrutura em camadas;
- d. as camadas não são exatamente do mesmo tipo porque estão em diferentes níveis;
- e. todos os sintagmas têm uniformidade na estrutura;
- f. os constituintes se combinam de dois em dois (binaridade).

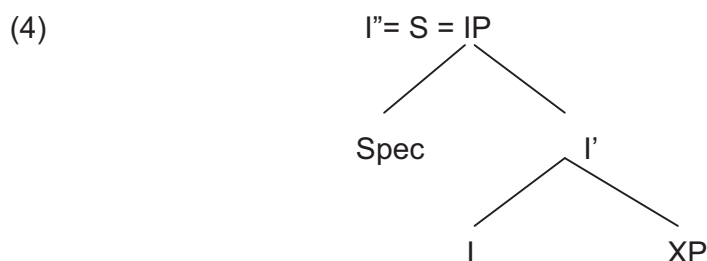
Essas propriedades podem ser visualizadas no diagrama em (3).

(3)



Os desenvolvimentos seguintes integrarão as categorias frásicas S e S' no esquema universal da teoria. Nesse esquema, a Infl⁷ é uma categoria de grau zero capaz de projetar de acordo com a teoria X-barra, sendo S a projeção máxima de Infl. A primeira projeção contém a Infl (Infl') e o VP da oração, que fica reduzido ao estatuto de complemento de Infl. A projeção máxima será Infl'' (=S), contendo Infl' e o NP sujeito, que será especificador (doravante *spec*).

Como as demais categorias, Infl'' será designado pela notação IP⁸; a notação de Infl' será indicada pelo símbolo I. Em (4), temos a representação da nova configuração da teoria, em que a endocentricidade de S (I'', ou IP) é explicitada nas estruturas.



Todas essas categorias da Teoria X-barra são projetadas pelo léxico por meio do Princípio de Projeção e da Subcategorização Verbal.

Segundo o P&P, os falantes sabem o significado e o som das palavras de sua língua, como também o modo de usá-las nas sentenças. Assim, a Teoria integra a descrição sintática da sentença com as propriedades dos itens lexicais via Princípio de Projeção, que requer da sintaxe a acomodação das características de cada item lexical.

O que determina a propriedade da subcategorização é exatamente o Princípio de Projeção. Por meio dele, sabemos as restrições para a ocorrência de cada palavra e as construções nas quais ela pode aparecer. As propriedades de cada item lexical são gravadas na sua entrada lexical, e as restrições são incorporadas em tais entradas no léxico mental do falante.

Desse modo, a informação lexical relevante à sintaxe é a sua categoria lexical. Essas categorias serão o núcleo dos constituintes da sentença, como se pode ver no Quadro 1.

⁷ Do inglês, *Inflection*.

⁸ Do inglês, *Inflectional Phrase*.

Quadro - 1 Categorias Lexicais e Sintagmáticas

Categorias Lexicais	Categorias Sintagmáticas
Nome (N)	Sintagma Nominal (NP) ⁹
Adjetivo (A)	Sintagma Adjetival (AP)
Verbo (V)	Sintagma Verbal (VP)
Preposição (P)	Sintagma Preposicionado (PP)
Advérbio (Adv)	Sintagma Adverbial (AdvP)

Em Chomsky e Lasnik (1991, p. 15), encontramos que a *D-S*, a *LF* e a *PF* são interfaces que satisfazem a condição geral de *Interpretação Plena* (doravante FI¹⁰). Cada nível é um sistema simbólico, formado por elementos nucleares e objetos construídos a partir deles por concatenação e outras operações. Assim, as categorias lexicais representadas na primeira coluna do Quadro 1 serão esses elementos nucleares e, embora cada um seja uma realização complexa, por conveniência ortográfica, usam-se os símbolos convencionais. Em (5), temos as representações dadas a eles no P&P.

- (5) (i) N = [+N, -V]
(ii) V = [-N, +V]
(iii) A = [+N, +V]
(iv) P = [-N, -V]

A realização [+N] é o tradicional substantivo; a realização [+V], o predicado.

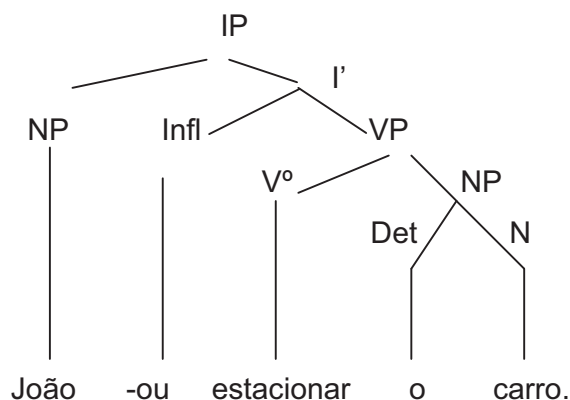
Esses núcleos que constituem a margem final de um marcador frasal são desenhados do léxico. Elementos que projetam são nada mais que *projeções máximas*: XP é a projeção máxima da categoria final X; NP é a projeção máxima de seu núcleo N, etc.

Duas relações básicas dos marcadores frasais são o *domínio* e a *linearidade*. Em (6), poderemos perceber essas relações.

⁹ Este trabalho manterá, na identificação das categorias lexicais e sintagmáticas, as siglas do inglês.

¹⁰ Do inglês, *Full Interpretation*.

(6)



Observemos que 'João' é [+N], cuja projeção máxima é o NP; 'V°' é [+V], cuja projeção máxima é o VP, que tem como seu complemento um NP, projeção máxima do N 'carro'; e 'IP' é a projeção máxima de I' e também do NP 'João'. Então, se 'V°' é núcleo, seu "irmão" (*linearidade*) é seu complemento, no caso o NP 'o carro'.

Determina o P&P que as especificações lexicais da palavra asseguram que a sintaxe tem uma forma particular, o que gera o Princípio de Projeção: as propriedades das entradas lexicais projetam para a sintaxe da sentença, ou, dito de outra forma, toda informação lexical é sintaticamente representada. O Princípio de Projeção é um universal da linguagem humana porque todas as línguas integram suas regras sintáticas a suas entradas lexicais.

Na análise do VP, por exemplo, podemos observar que cada verbo é sensível à composição categorial do VP em que ocorre. Ou seja, é propriedade sua determinar com que categoria gramatical de constituintes poderá – ou não – ocorrer no interior do VP. Vejamos o exemplo em (7):

- (7) a. *João gosta Maria.
b. João gosta de Maria.

O que determina a agramaticalidade de (7a) é o fato de o verbo *gostar* exigir como seu constituinte imediato um PP e de 'Maria' ser um NP. Ora, se é propriedade do verbo determinar seus constituintes imediatos dentro do VP, é a partir dele que poderemos distinguir as três classes de verbos tradicionalmente descritas: transitivos direto ou indireto, bitransitivos e intransitivos¹¹.

¹¹ O verbo de ligação, ou cópula, tradicionalmente não gerador de voz verbal, não será discutido aqui.

No PB, se um VP tem como núcleo um verbo transitivo direto, um NP (o objeto direto) será exigido; se o VP tiver um verbo transitivo indireto como núcleo, um PP será exigido; se for bitransitivo, um NP e um PP (o objeto direto e o objeto indireto) são exigidos; se o VP contém um verbo intransitivo nenhum complemento NP será permitido, mas um PP poderá ser exigido em verbos como ‘ir’, por exemplo.

- (8) a. *João foi.
b. João foi [_{PP} ao cinema].

Em (8a), há agramaticalidade porque ‘ir’ necessita de um PP de lugar, o que acontece em (8b), tornando-a gramatical. Da mesma forma, podem-se avaliar as sentenças em (9) e em (10), em termos de viabilidade dos princípios que decidem em que tipo de VP um verbo pode aparecer, porque a subclassificação dos verbos constitui parte do conhecimento lexical do falante.

- (9) a. João estacionou o carro.
b. João deu uma moeda ao “flanelinha”.

Em (9a), o verbo ‘estacionar’ é transitivo direto, tendo como seu complemento o NP ‘carro’; em (9b), ‘dar’ é bitransitivo, tendo como seus complementos o NP ‘uma moeda’ e o PP *ao* “flanelinha”. Já (10a) e (10b) serão julgadas como incompletas porque não apresentam seus constituintes imediatos.

- (10) a. * João estacionou.
b. * João ao “flanelinha”.

O que determina a subcategorização feita pelo verbo é a chamada C-seleção, ou seja, seleção categorial. Podemos dizer, então, que o verbo ‘dar’, em (9 b), c-seleciona um NP – ‘uma moeda’ – e um PP – ‘ao flanelinha’ - como seus complementos.

No P&P, as noções de transitivo, intransitivo, etc. são organizadas em posições estruturais¹². Os verbos são classificados de acordo com o tipo de VP no qual ocorrem. Por exemplo, o verbo ‘estacionar’ requer um complemento NP; seu VP conterá, então, um NP. Essa exigência pode ser assim representada:

- (11) *estacionar*, V, [____ NP]

A representação de (11) mostra em qual estrutura sintática o verbo *estacionar* pode e deve aparecer, ou seja, antes do NP. Os verbos são

¹² *Distributional Frames*, em inglês.

caracterizados na base das estruturas em que ocorrem. Em (12), temos a representação do verbo *dar*.

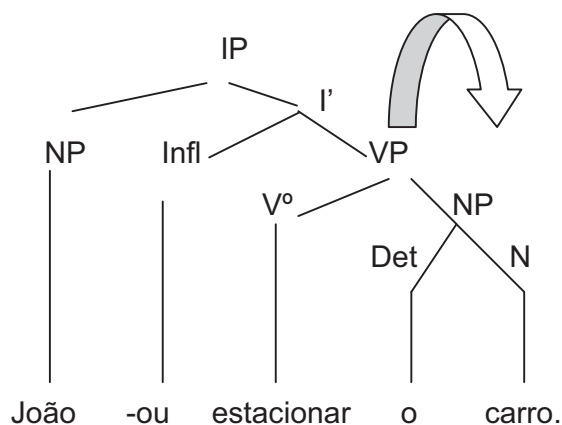
(12) *dar*, V, [___ NP, PP]

As posições que identificam subcategorias dos verbos são chamadas de estruturas de subcategorização. Podemos dizer, então, que ‘estacionar’ subcategoriza um NP.

Em Raposo (1992, p.95), encontramos que “um constituinte é subcategorizado por um verbo sse¹³ é imediatamente dominado pelo VP que domina imediatamente esse verbo (isto é, sse é irmão do verbo)”. Também afirma que “o VP é o lugar dos constituintes subcategorizados e de mais nenhuma categoria frásica”.

Se analisarmos o diagrama arbóreo de (13), notaremos como esse domínio fica evidente.

(13)



Por meio do diagrama em (13), percebemos claramente o domínio do VP sobre o NP que ele subcategoriza. Observamos também que o NP sujeito está fora desse domínio, porque o argumento externo ocupa a posição de Spec de IP.

Na seção seguinte, trataremos das subteorias que compõem o modelo P&P. Começamos pela **Teoria- θ** , que será fundamental para análise das vozes verbais, já que os papéis- θ exercidos pelos argumentos dos verbos é que determinarão a possibilidade, ou não, de uma passivização, por exemplo.

¹³ Se e somente se

2. AS SUBTEORIAS

2.1 TEORIA- θ

A Teoria- θ ocupa-se da noção lógica fundamental de “argumento de”, uma noção da qual qualquer teoria da gramática precisa dar conta. Dentro da Teoria da Regência e Ligação, a Teoria- θ assume uma forma específica que não poderia ser antecipada unicamente com base na noção lógica de “argumento de”¹⁴ porque essa noção é muito intuitiva, e isso pode causar problemas na distinção entre argumentos e não argumentos. Assim, a Teoria- θ é uma nova tentativa de explicar a relação entre verbos e seus argumentos. Os papéis temáticos e a relação temática são sinônimos de *argumentos*.

Como vimos nos exemplos em (9), (10) e (11), os verbos não apenas projetam seus argumentos, mas definem de que tipo serão esses argumentos. Observemos a sentença em (14):

(14) O político roubou o dinheiro.

O verbo em (14) projeta um argumento externo e um interno, que são, respectivamente, o NP sujeito e o NP objeto. A estrutura desses argumentos pode ser assim representada:

(15) *roubar*, V + NP [__ NP]

Esse verbo, portanto, exige dois argumentos que, no entanto, apresentam relação semântica diferente com ele. Ao analisar a sentença, percebemos que o NP *o político* na posição de sujeito indica o AGENTE da ação de “roubar”, bem como o NP *o “dinheiro”*, a entidade “roubada”, é considerada o TEMA do predicado.

No exemplo, podemos perceber que o verbo “roubar” exige dois argumentos que exercem os papéis temáticos, respectivamente, de AGENTE e de TEMA. Às relações semânticas estabelecidas entre o verbo e seus argumentos chamamos *estrutura temática*. Não há uma listagem definitiva dos papéis temáticos atribuídos pelos verbos, mas, para que possamos organizar nosso trabalho, seguiremos a proposta por Haegeman (2004, p.49). Em (16), temos os papéis e suas definições:

(16) a. Agente: aquele que inicia/pratica a ação expressa pelo predicado.

b. Paciente: aquele/aquilo que é submetido/sofre a ação expressa pelo predicado.

c. Tema: pessoa ou coisa movida pela ação expressa pelo predicado.

¹⁴ RIEMSDIJK E WILLIAMS (1986),

- d. Experienciador: entidade que experiencia algum estado psicológico expresso pelo predicado.
- e. Beneficiário: entidade que se beneficia da ação expressa pelo predicado.
- f. Alvo: entidade a quem a atividade expressa pelo predicado é dirigida.
- g. Fonte: entidade de onde algo/alguém é movido como resultado de uma atividade expressa pelo predicado.
- h. Locativo: lugar onde a ação ou estado expressos pelo verbo estão situados.
- i. Instrumento: aquilo com que a ação expressa pelo predicado é realizada.

Em (17), exemplificamos alguns desses papéis temáticos em frases do PB.

(17) a. João mentia para Maria.

João = fonte

Maria = alvo

b. João cortava lenha com a motosserra.

João = agente

lenha = tema

com a motosserra = instrumento

O que determina as relações semânticas entre o verbo e seus argumentos é a chamada s-seleção, que é parte do conhecimento lexical do falante nativo e está gravada em seu léxico mental. A relação entre argumentos e papéis- θ é biunívoca, ou seja, para cada argumento existe um papel- θ , não podendo haver um argumento com mais de um papel- θ , tampouco um papel- θ atribuído a mais de um argumento. Isso é formalizado com do *Critério- θ* :

(18) *Critério- θ* - Todo NP tem de ser tomado como o argumento de algum predicado; além disso, ele só pode ser tomado como tal uma vez (RIEMSDIJK E WILLIAMS, 1986).

Isso pode ser comprovado pelos exemplos em (19).

(19) a. *João reencontrou ____.

reencontrar (Ag, T)

b. *João reencontrou Maria Paulo.

reencontrar (Ag, T)

Ambas as frases são agramaticais porque, em (19a), o verbo “reencontrar” subcategoriza um NP, que seria o tema, mas não está presente; em (19b), há um NP sobrando – ou “Maria” ou “Paulo”. Portanto, comprova-se não apenas o Princípio

de Projeção - toda informação lexical é sintaticamente representada - como também o *Critério-θ*.

Podemos, agora, apresentar a representação dos argumentos e dos papéis- θ do verbo “roubar”:

(20) *roubar*, V + NP [__ NP]

(Ag, T)

Em (21), apresentaremos a representação dos argumentos e dos papéis- θ dos verbos de (17).

(21) a. *mentir*, V +NP [__ PP]

(Fo, Al.)

b. *cortar*, V +NP [__,NP, PP]

(Ag., T, Instr.)

São os papéis- θ , por meio da s-seleção, que permitirão saber qual verbo poderá sofrer passivização, porque a morfologia da passiva somente pode aparecer com verbos que atribuem um papel- θ externo, que deverá ser, obrigatoriamente, agentivo. Esse é um princípio da UG, chamado *θ-role*¹⁵. Dessa forma, podemos analisar os exemplos em (22):

(22) a. Paulo quebrou a perna.

b. Paulo quebrou a vidraça da sala.

Em (22), o NP “Paulo” é paciente, e não agente, e o verbo “quebrar” não projeta um papel- θ externo. Isso viola, portanto, o princípio da passivização e impede a transformação de (22a) em (23).

(23) * A perna foi quebrada por Paulo.

Já, em (22b), o verbo “quebrar” projeta um papel- θ externo, que é agentivo – alguém que quebra - permitindo, portanto, a transformação em (24) porque o princípio não foi violado.

(24) A vidraça da sala foi quebrada por Paulo.

Essa análise nos permite identificar (22a) como uma sentença em voz média, cujos verbos não atribuem papel- θ externo, e (22b) como uma sentença em voz ativa, porque essa voz atribui papel- θ externo, o que gera a passiva. Assim, corroboram-se as afirmações de que a designação dos papéis- θ é fundamental para

¹⁵ Do inglês = regra temática.

a identificação dos argumentos e não-argumentos dos verbos, o que determina – ou não – a possibilidade de passivização.

Na próxima seção, descreveremos a Teoria do Caso e a da Regência, as quais nos fornecerão as informações de que, por exemplo, para que entendamos o funcionamento das passivas e a diferença entre a voz reflexiva e a média, precisaremos do Caso para identificar claramente o papel- θ exercido pelo NP.

2.2 TEORIA DO CASO E TEORIA DA REGÊNCIA

Chomsky (1980) desenvolve uma teoria que incorpora a noção tradicional de Caso, flexão nominal que é sensível à função gramatical do NP, à Gramática Gerativa e propõe que a marcação de Caso dos NPs é universal, e não apenas das línguas que apresentam marcas casuais morfológicas. Para ele, essa marcação é sintática, ou seja, os NPs recebem Caso Abstrato, que é a relação gramatical que existe entre um NP e o regente, com ou sem sinais da morfologia.

Raposo (1992) indica que há línguas como o Inglês e o Português em que o Caso Abstrato sintático manifesta-se morfológicamente no sistema pronominal. No Português, por exemplo, os pronomes diferenciam-se em quatro grupos casuais distintos: nominativo, acusativo, dativo e oblíquo (também conhecido por forma forte, ou preposicional). Em (25), transcrevemos os exemplos de Raposo (1992, p. 350):

- (25) a. *Eu* (nom.) ofereci-*lhe* (dat.) o livro.
b. *Tu* (nom.) viste-*o* (ac.) ontem.
c. *Ele* (nom.) comprou-*o* (ac.) para *mim* (obl.)

Em (25), o Caso está, como vimos, marcado morfológicamente pelos pronomes. Quando não houver, porém, a presença do pronome, não haverá Caso? Essa pergunta pode ser respondida pela Teoria da Regência, ou seja, toda a vez em que houver regência haverá Caso. Ela é que nos dará as Regras de Atribuição Casual expressas em (26), nas quais um regente atribui apenas um Caso:

- (26) (i) P → um só oblíquo
(ii) V → um só acusativo
(iii) Infl → um só nominativo

Assim, voltando aos exemplos de (25), podemos analisá-los sob a luz das regras de (26): a Infl dos verbos “oferecer”, “ver” e “comprar” determina o Caso Nominativo dos NPs “Eu”, “Tu” e “Ele”, respectivamente; e os argumentos internos

que esses verbos subcategorizam indicam, respectivamente, os Casos Dativo (25a), Acusativo (25b) e Acusativo e Oblíquo (25c). No PB, trataremos os verbos que subcategorizam um PP objeto indireto como regentes do Caso Oblíquo.

Para contemplar o fato de que o Caso é universal, não importando as variações morfológicas das línguas, estabelece-se o Filtro do Caso, que determina que todo NP expresso tem de ter Caso, o que nos permite indicar a gramaticalidade ou agramaticalidade de uma oração. Em (27), podemos observar a aplicação do Filtro do Caso nos NPs destacados na seguinte sentença do PB:

(27) Pr'o Paulo deixar de beber, é preciso fechar a boca dele.

Para podermos determinar se há Caso Nominativo em “Pr'o Paulo deixar de beber” (27), é preciso esclarecer que só haverá Nominativo se houver [+Agr]¹⁶. Aplicando o Filtro do Caso, substituiremos o NP “o Paulo” por um pronome de 3ª pessoa do plural para checar a ocorrência de Agr. Assim, teremos *para* “eles deixarem de beber”, o que nos indica que “deixarem” é [-T, +Agr], configurando-se em Caso Nominativo. Desse modo, o NP “o Paulo” de (27) também recebe Nominativo. Da mesma forma, se substituirmos o NP “a boca dele” por um pronome oblíquo átono, teremos a construção “fechá-la”, o que determinará o Caso Acusativo.

Se voltarmos às Regras de Atribuição de Caso, em (26), observaremos que os dois NPs de (27) são licenciados por elas. Em (ii), a regra configura a situação do verbo ‘fechar’ e, em (iii), encontramos a justificativa de que a Infl [+Agr] de “pr'o Paulo deixar de beber” é que determina o Nominativo recebido pelo NP “o Paulo”. Assim, o V rege o Acusativo e a Infl, o Nominativo.

Faz-se necessário, no entanto, que se defina adequadamente o que significa Regência, uma vez que seu conceito difere daquele estabelecido pela GT, para analisar os fatos envolvidos na atribuição de Caso. Em (28) apresentamos a definição de Regência e, em (29), a de m-comando, conforme Mito et al (2000, p. 139-140):

(28) REGÊNCIA

α rege β se e somente se:

- (i) $\alpha = X^0$ (ou seja, α é um núcleo lexical N, A, V, P ou α é o núcleo funcional I);

¹⁶ Do inglês, *Agreement*.

- (ii) α m-comanda β e β não está protegido de α por uma barreira (=projeção máxima).

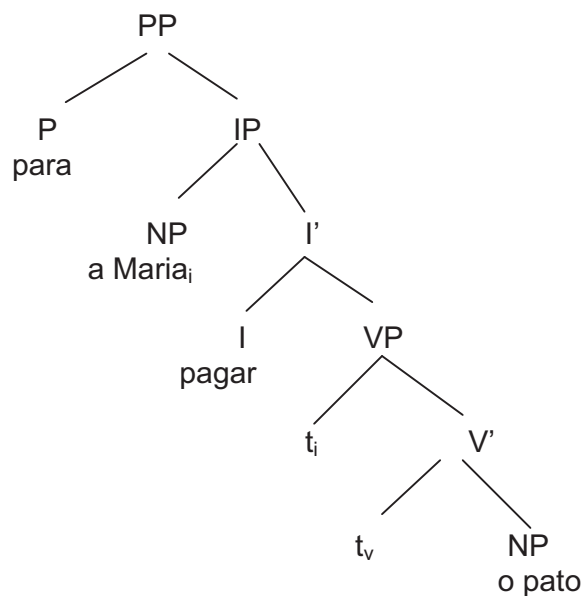
(29) M-COMANDO

α m-comanda β se e somente se α não domina β e cada projeção máxima γ que domina α também domina β .

Observemos a aplicação desses conceitos em (30), adaptada de Mito et al. (2000, p. 140):

(30) a. Ele fez tudo para a [Maria pagar o pato]

b.



Aplicando a (30) primeiro a definição de m-comando, podemos dizer que o NP *a Maria* m-comanda o NP “o pato” porque o primeiro não domina o segundo e a projeção máxima que domina “a Maria”, que é o IP, também domina “o pato”. Por outro lado, o NP “o pato” não m-comanda o NP “a Maria” porque, apesar de “a Maria” não dominar “o pato”, existe uma projeção máxima que domina este e não domina aquele, o VP.

Já I m-comanda o NP “a Maria” porque este não domina o NP “o pato”, e a projeção máxima que domina I, que é o IP, também domina “a Maria”. Do mesmo modo, “a Maria” m-comanda I, porque não domina “o pato”, e a projeção máxima que domina aquele NP também domina I. Trata-se de um caso de m-comando mútuo. Quanto ao VP, ele não m-comanda o NP “o pato”, porque o domina.

Mioto et al. (2000, p. 141) levantam as seguintes considerações sobre (30) ao aplicarem a noção de Regência:

- (i) NP¹ não rege I porque não é um núcleo.
- (ii) I rege NP¹ porque é um núcleo daqueles que regem; I m-comanda NP¹; e não existe barreira (=nenhuma projeção máxima) protegendo NP¹ de I.
- (iii) I rege VP porque I é um núcleo regente que m-comanda VP; e não existe barreira protegendo VP de I.
- (iv) I não rege NP² porque existe uma barreira que protege NP² de I, que é VP.
- (v) P rege IP porque P é núcleo daqueles que regem.
- (vi) P rege NP¹, apesar de, aparentemente, IP ser considerado uma barreira, já que é uma projeção máxima; no entanto, IP e SCs¹⁷ têm comportamento especial, não atuando como barreiras para a regência e para atribuição de Caso¹⁸.

Na próxima seção, trataremos da Teoria da Ligação, que nos permitirá explicar as anáforas. Como vamos discutir as vozes verbais, precisaremos diferenciar um reflexivo de uma anáfora.

2.3 TEORIA DA LIGAÇÃO

A Teoria da Ligação trata da interpretação referencial dos NPs, a correferência, ou seja, da identificação do antecedente de um anafórico e de um pronominal, quando houver esse antecedente. Para tanto, classifica os tipos de NPs segundo a Sintaxe:

- (i) anafóricos – exigem antecedente linguístico;
- (ii) elementos pronominais – dependem de informação adicional, mas não necessariamente linguística;
- (iii) expressões-R (referenciais) – são nomes próprios, descrições definidas, etc.

Essa classificação determinará os três princípios básicos da Teoria da Ligação, explicitados em (31):

- (31) a. Um anafórico tem de estar ligado na sua categoria de regência.
- b. Um pronominal tem de estar livre em sua categoria de regência.

¹⁷ Do inglês, *small clauses*.

¹⁸ Não entraremos em maiores detalhes sobre o fato de IP e SCs não serem barreiras para a atribuição de Caso, porque este trabalho considerará apenas os itens relacionados especificamente às vozes verbais, sob pena de nos estendermos demais na descrição da Teoria em detrimento da análise que pretendemos fazer.

c. Uma expressão-R tem de estar livre.

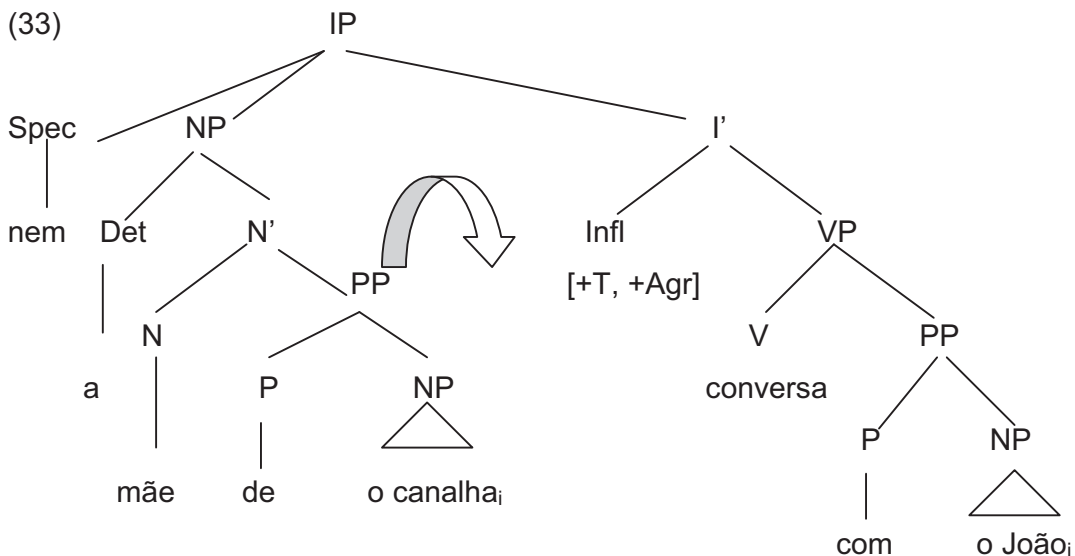
Por meio das sentenças em (32), esclareceremos como funciona cada um desses princípios.

(32) a. João_i viu-se_i na tela.

b. João_i entrou. Ele_i estava cansado.

c. Nem [a mãe do canalha_i] conversa com o João_i.

Em (32a), a sentença obedece ao Princípio A, uma vez que “se” está ligado na mesma oração de “João”. Em (32b), o pronome “ele” não está ligado na mesma oração de “João”, obedecendo, portanto, ao Princípio B. Já em (32c), a expressão-R “João” não está ligada, porque não está no mesmo m-comando de “a mãe do canalha”, como pode ser demonstrado na árvore em (33):



Pelo diagrama de (33), observamos que o m-comando de “o canalha” está no PP do NP *spec*, que o deixa livre para ser coindexado com o NP “o João”, que está no m-comando de IP. “O João” configura-se, assim, em uma expressão-R.

A seguir, descreveremos a Teoria do Movimento, essencial para entendermos o movimento das passivas.

2.4 TEORIA DO MOVIMENTO

Nesta pesquisa, interessa-nos somente o Movimento de NP, já que analisaremos as vozes verbais apenas em frases declarativas – afirmativas e/ou negativas - dispensando, portanto, a caracterização do Movimento de Qu. O

Movimento de NP explica, por exemplo, a passivização e a atribuição dos papéis- θ , bem como a atribuição de Caso para a sentença de (34).

(34) O gol foi marcado por Ronaldinho Gaúcho.

Podemos representar a D-S e a S-S de (34) em (35a) e (35b), respectivamente:

(35) a) [_{IP} e [_{I'} foi [_{VP} marcado [_{NP} o gol] por Ronaldinho Gaúcho]]]]

b) [_{IP} [_{NP} O gol]_i] [_{I'} foi [_{VP} marcado [_{t_i}] por Ronaldinho Gaúcho]]]

Em (35a), o NP “o gol” é θ -regido pelo verbo “marcado”. A posição de sujeito está vazia porque a passiva não projeta um argumento- θ externo. Em (35b), “o gol” foi movido para a posição de sujeito, recebendo Caso Nominativo pela Infl. A partir do exemplo, podemos avaliar que, na D-S, o sujeito da sentença passiva é uma categoria vazia, que será preenchida na S-S pelo NP objeto do verbo “marcar”. Assim, na D-S de (35a), temos Caso Acusativo, e o movimento realizado por (35b) preencheu a posição de sujeito, atribuindo-lhe Caso Nominativo.

Essa análise nos permite, ainda, perceber que o movimento obrigatório de um elemento NP o levará a ocupar, como ponto de chegada, uma posição vazia. Tal posição será um NP argumental. O ponto de chegada é uma posição para a qual nenhum papel- θ é designado, por isso é chamado de posição θ' (*theta-bar*). No entanto, recebe Caso, como em (35b).

Já o ponto de onde o elemento foi movido é uma posição NP para a qual nenhum caso é designado, porque não há NP aparente. O movimento deixa apenas um traço, que é coindexado com o elemento movido, o antecedente, com o qual forma uma cadeia. Como o núcleo da cadeia é uma posição argumental (*A-position*), a cadeia criada pelo movimento de NP é chamada de Cadeia Argumental (*A-chain*). Observe a representação em (36):



(36) [_{IP} João_i [_{I'} [+T+Agr] [_{VP} parece [_{IP} t_i ter descoberto a armadilha]]]]

A-chain < João_i, t_i >

A cadeia recebe um papel- θ – agente – que é designado pela posição mais baixa, a base, e Caso, o qual é marcado pela posição mais alta da cadeia, o núcleo. Em (36), a Infl determina o caso Nominativo.

A partir de Haegeman (2004, p. 314), podemos relacionar algumas propriedades dos movimentos de NP:

1. O elemento movido é um NP.
2. O movimento é obrigatório.
3. O ponto de chegada do movimento é uma categoria vazia.
4. O ponto de chegada é uma posição argumental (*A-position*).
5. O ponto de chegada é uma posição de NP.
6. O ponto de chegada não recebe papel- θ , sendo chamado de θ' (*theta-bar*).
7. O ponto de chegada não recebe Caso.
8. O ponto de onde o elemento foi movido é um NP para o qual nenhum Caso é designado.
9. O movimento deixa um *traço*.
10. O traço é coindexado com o elemento movido, o *antecedente*, com o qual forma uma cadeia. Porque o núcleo da cadeia é uma posição argumental (*A-position*), a cadeia criada pelo movimento de NP é chamada de Cadeia Argumental (*A-chain*).
11. A cadeia recebe um papel- θ .
12. O papel- θ é designado para posição mais baixa da cadeia: a base da cadeia.
13. A cadeia recebe Caso.
14. O Caso é marcado pela posição mais alta da cadeia: o núcleo da cadeia.

Acreditamos que esta revisão seja suficiente para esclarecer a nomenclatura que será utilizada nas descrições apresentadas nesta pesquisa. Além disso, para que este preâmbulo não se torne por demais extenso, fornecemos uma lista de abreviaturas, à qual também se poderá remeter o leitor em caso de dúvida.

INTRODUÇÃO

Nesta tese, continuamos a análise das vozes verbais do PB com que trabalhamos em SILVA (2006), com o intuito de apresentarmos uma forma eficiente de classificação dessas vozes, o que não será possível sem um estudo aprofundado dos tipos de verbos que as compõem. Em 2006, concluímos (SILVA, p. 105) que o número de exemplos inadequados para as vozes verbais, especialmente para a reflexiva, em nossas gramáticas escolares, deriva do fato de que não há distinção entre *contexto reflexivo* e *reflexividade* nem reconhecimento da existência da voz média também no PB, ainda que nem sempre marcada morfologicamente. Assim, buscamos aqui fundamentar uma proposta que descreva adequadamente a categoria de voz no PB.

Embora o conceito de voz verbal tenha relação direta com o papel temático do argumento externo projetado pelo verbo¹⁹, ou seja, do sujeito, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB) reconhece apenas três desses papéis no Português Brasileiro (doravante PB) e, na tentativa de padronizar as classificações dadas pelas gramáticas brasileiras para os verbos do PB e, conseqüentemente, do tipo de constituintes que exigem, eliminou algumas estruturas, como a de voz média, o que determinou certa incoerência nas definições que traz. Classifica as vozes verbais em ativa (sujeito agente), passiva (sujeito paciente) e reflexiva (sujeito agente e paciente). Essa classificação ignora, portanto, a existência de outros papéis temáticos que, na maioria das vezes, *põem por terra* a caracterização dada a cada uma dessas vozes verbais. No período anterior a 1959, ano de publicação da NGB, gramáticas como a Gramática Histórica da Língua Portuguesa (SAID ALI, 1930) apresentavam uma quarta voz verbal, a *medial* ou *médio-reflexa*, identificando outro tipo de relação estabelecida entre sujeito e verbo, além da de *agente-paciente*. Além disso, as estruturas que não se enquadram nesses padrões, não raro, ficam de fora das análises, sugerindo aos menos avisados que há mais coisas entre o céu e a terra do que a nossa vã filosofia possa supor, ou seja, que há estruturas para as quais não existem explicações, o que dissemina a ideia de que a língua portuguesa é muito difícil.

A proposta deste trabalho é exatamente analisar criticamente a atual classificação da NGB, a partir de conceitos apresentados por gramáticos do PB pós

¹⁹ Essa noção será tratada ao longo do texto e, especialmente, no capítulo 3.

NGB, e sugerir uma nova classificação para os verbos, levando em conta os papéis temáticos dos argumentos externos que projetam. O princípio apresentado pela Teoria Gerativa (Chomsky, 1957 e seguintes) de que todo falante tem um conhecimento internalizado – *competência* – das regras que compõem uma língua, a sua língua em especial, é que pauta a pesquisa. É a *competência* que leva um estudante a não entender como agente, por exemplo, o sujeito de uma frase como “Eu estou em casa”. E isso acontece porque ele não reconhece o verbo “estar” como verbo de ação, o que entra em conflito com os conceitos apresentados por um número expressivo de nossas gramáticas²⁰, que define o sujeito como aquele que pratica ou sofre a ação.

Dessa forma, para que possamos fazer uma análise aprofundada da classificação dos verbos e das vozes verbais do PB, é necessário que busquemos algumas informações importantes na origem da língua portuguesa e nos trabalhos de linguistas atuais, especialmente aqueles ligados ao P&P. No primeiro capítulo, dividido em seis seções, vamos, na primeira delas, à fonte, a língua latina, para entender a forma como as vozes verbais eram classificadas, a distinção entre elas e, especialmente, as razões pelas quais a voz média também desapareceu dessa língua. Nas seções seguintes, apresentaremos e discutiremos, respectivamente, os estudos de Burzio (1986), Klaiman (1991), Kemmer (1993), Levin & Rappaport (1995, 2008), Solstad & Lyngfelt (2006) e Camacho (2003).

Em *Italian Syntax: a government and binding approach* (Burzio, 1986), examinaremos (i) a classificação dos verbos em *transitivos*, *intransitivos* e *ergativos*; (ii) a classificação do *se* em *reflexivo*, *ergativo* e *reflexivo inerente*, além do *se* impessoal, a qual servirá de subsídio para nosso estudo sobre a ocorrência desse clítico na voz passiva pronominal e na voz média; e, por fim, (iii) a correlação entre atribuição de papel temático ao sujeito e atribuição de caso ao objeto, o que se caracterizou como a Generalização de Burzio; em *Grammatical voice* (Klaiman, 1991), buscamos a caracterização dos verbos médios e ativos, o que nos permitirá discutir, a partir de verbos como *amadurecer* e *rolar*, a presença, ou não, da alternância do traço [+/- animado] nos verbos do PB; em *The middle voice* (Kemmer, 1993), encontramos a caracterização da voz média e dos verbos que indicam

²⁰ Como podemos comprovar nas duas gramáticas analisadas nesta tese.

eventos, subsídios que nos permitirão uma análise crítica dos exemplos em que tais verbos ocorrem nas gramáticas do PB aqui estudadas.

A partir de *Unaccusativity at the syntax-lexical semantics interface e Ingredients of verb meaning* (Levin & Rappaport, 1995, 2008), discutiremos a inacusatividade dos verbos do PB e a relação entre Sintaxe e Semântica na conceituação das vozes verbais e na atribuição de papéis temáticos aos argumentos dos verbos; de *Demonting the agent: passive, middle and other voice phenomena* (Solstad & Lyngfelt, 2006), traremos o conceito de agente que será assumido nesta tese, o que determinará, a partir de nossa análise, uma única caracterização para o argumento externo das ativas; e, finalmente, a partir de “Em defesa da categoria de voz média no português” (Camacho, 2003), procuraremos definir a presença da voz média no PB, contra-argumentando que ela não é necessariamente marcada morfológicamente.

No segundo capítulo, faremos uma análise crítica da classificação dos verbos e das vozes verbais do PB nas seguintes gramáticas da língua portuguesa: “Nova gramática do português contemporâneo” (CUNHA & CINTRA, 2007) e “Nova gramática do português brasileiro” (CASTILHO, 2010). Durante tal análise, formularemos algumas hipóteses que pretendemos corroborar a partir dos tópicos que ressaltamos na revisão bibliográfica que compôs o capítulo anterior.

Finalmente, no terceiro capítulo, proporemos uma reclassificação para os verbos do PB, introduzindo novos conceitos para os verbos agentivos e não agentivos, o que permitirá um estudo mais coerente dos papéis temáticos do sujeito. Tal reclassificação implicará a revisão do conceito de vozes verbais, que serão analisadas a partir da interface sintaxe-semântica, abordagem ainda rara em nossas gramáticas, trazendo de volta a voz média. Estaremos, assim, sendo coerentes com o que propusemos em Silva (2006, p. 106), quando apontávamos para o fato de que uma nova pesquisa era necessária para que pudéssemos incorporar de vez a voz média entre as vozes verbais do PB.

1. ESTUDOS SOBRE VOZ MÉDIA

1.1 A VOZ MÉDIA NO LATIM

Os verbos latinos tanto podiam ser transitivos quanto intransitivos, assim como a classificação do português. Os transitivos podiam pedir qualquer um dos casos²¹ ou mais de um ao mesmo tempo. Em (1), reproduzimos alguns dos exemplos de construções com verbos transitivos apresentados por Freire (1983, p. 219-224).

(1) a. *Pompeius certio rem me consilii sui fecerat.*²² → genitivo e acusativo

[*Pompeu informara-me da sua resolução*]

b. *Orbabas Italiam iuventute*²³. → ablativo além de acusativo

[*Privavas a Itália da sua juventude*]

Segundo o autor, em (1a), verbos que significam “avisar, informar” pedem genitivo, ou ablativo com “de” além do acusativo de pessoa; em (1b), verbos que significam “vestir, encher, adornar, privar” e seus contrários pedem ablativo sem preposição além de acusativo de complemento direto. Em se tratando do PB, também encontraremos atribuição de mais de um caso, como em “João deu um livro a Maria”, em que “dar” pede dois argumentos internos – um acusativo e um dativo. A diferença é que o caso é abstrato, e não morfologicamente marcado. Além disso, no PB, nem sempre o argumento interno preposicionado será um objeto indireto, embora a GT assim o classifique na maioria dos casos. Por isso, como assumimos

²¹ Os casos latinos, todos morfologicamente marcados, eram seis, os quais transcrevemos, com as devidas definições, de Cardoso (2006, p. 22).

1. *Nominativo* - É o caso do sujeito e do predicativo do sujeito, bem como do adjunto adnominal do sujeito ou do predicativo, representado por adjetivo ou pronome. É também o caso em que se enuncia simplesmente um nome e, por vezes, o da exclamação.
2. *Vocativo* - Corresponde ao vocativo, em português. É o caso da interpelação e, por vezes, o da exclamação.
3. *Acusativo* - É o caso específico do objeto direto, podendo também ser o caso dos adjuntos adverbiais introduzidos por preposições especiais, o da exclamação, o do sujeito e o do predicativo de orações infinitivas.
4. *Genitivo* - É o caso do complemento restritivo do nome (adjunto adnominal possessivo ou qualificativo, representado por substantivo), do complemento nominal de substantivo e do partitivo.
5. *Dativo* - É o caso especial do objeto indireto, podendo assumir funções relacionadas com o objeto indireto (dativo de interesse, de posse etc.).
6. *Ablativo* - É o caso dos adjuntos adverbiais não preposicionados ou regidos por preposições especiais, do agente da passiva, do complemento de comparação, do sujeito de participio em orações reduzidas (ablativo absoluto).

²² Grifos do autor.

²³ Grifos do autor.

no Preâmbulo à Tese, tomamos como oblíquo o caso dos argumentos internos preposicionados, o que simplificará sua classificação.

A maior parte dos verbos latinos tinha forma ativa ou passiva. Naquela estão os verbos que terminam em “o” e pedem acusativo; nesta, estão os que se formam a partir do acréscimo de um “r” à forma daquela. Havia, no entanto, alguns que apresentavam apenas a forma ativa, como *uolle* (querer) e *malle* (preferir), e outros que se conjugavam apenas na passiva, mas tinham significação ativa: eram os chamados *deponentes*, como *mentiri* (mentir). Essa conjugações, porém, não foram sempre assim.

Segundo Machado (1941), durante muito tempo, a voz média coexistiu com a ativa e a passiva, esta que era empregada apenas para indicar a falta de sujeito verbal. A contaminação das três vozes e o influxo de umas sobre as outras – analogias fonéticas e de processos sintáticos, no entanto, contribuíram para que a voz média desaparecesse das gramáticas latinas, passando a existir oficialmente apenas as vozes ativa e passiva.

Na caracterização inicial, a voz ativa era empregada tanto com verbos transitivos quanto com intransitivos, estes demonstrando a impessoalidade do sujeito. Ela indica o sujeito que pratica uma ação e também o estado, pura e simplesmente.

(2) *Caesar litteram scripsit.*

[César escreveu a carta]

Caesar, sujeito de *escrever*, pratica o ato de escrever ou se encontra no estado de escrever. Já, estando a sentença na voz passiva, não designa nem o sujeito nem o estado.

(3) *Litteras scriptas a Caesar.*

[A carta foi escrita por César]

O sujeito não é agente, mas tema, e não comporta, por si mesmo, qualquer estado psicológico. Machado (1941) explica que uma sentença como (3) só foi possível porque (2) tem verbo transitivo, que permite voz passiva. A concepção, portanto, é a que vê a passiva como uma transformação da ativa, não levando em consideração o papel temático do argumento externo.

A noção de transitividade, para Machado (1941), assim como para Tovar (1946), não é exata porque há verbos que normalmente têm complemento de objeto em acusativo e, portanto, são transitivos, mas podem não ter tal complemento e,

nesse caso, seriam intransitivos. E o contrário também acontece, ou seja, verbos sem complemento de objeto em acusativo podem aparecer com ele, o que os tornaria transitivos. Parecia já se configurar aqui uma noção de ergatividade. Além disso, o complemento de objeto no acusativo não implica, necessariamente, uma ação ou processo de realizá-la diferentes da ação ou do processo com complemento em outro caso diverso.

Essas considerações são importantes porque tais situações surgem também quando examinamos os verbos do PB. O que difere, no entanto, é que nossos verbos serão transitivos caso tenham um complemento verbal, podendo ser ele direto ou indireto, já que não acompanham os casos latinos. Precisamos, portanto, especificar que o verbo que gera passiva é o transitivo direto, mas isso ainda não é suficiente exatamente porque nem sempre esses verbos indicam ação. Se mantivéssemos os casos latinos, como o faz o P&P, mais fácil seria entendermos os processos sintáticos envolvidos nas vozes verbais, porque, ao se denominar um verbo como *acusativo*, não há necessidade alguma de nomeá-lo como VTD.

A voz média indicava uma ação que se relacionava especialmente com o sujeito, daí o emprego para expressar a ação reflexa e os fenômenos de atividade mental, que estão em íntima relação com o sujeito. A ação reflexa, em alguns casos raros, servia-se das desinências ativas, como em *lauo* (lavo ou lavo-me) e *lauandi causa* (por causa ou com o fim de se banharem). Fora deles, as desinências utilizadas eram as da voz passiva.

(4) *cingor* – aperto-me

(5) *induo* – visto-me

(6) *per humum evoluuntur*²⁴ – revolvem-se na terra

Os verdadeiros representantes da voz média são, no entanto, os verbos depoentes, aqueles com desinências passivas, mas com função verbal correspondente a dos verbos que têm complemento de objeto. É o caso, por exemplo, de *sequo-r patrem* (Sigo meu pai). Com a função reflexa da voz média, coexistia a construção propriamente reflexa, feita por meio dos pronomes respectivos.

(7) *lauor* – *lauor me*

(8) *cingor* – *cingor me*

²⁴ Tác., Germ. XXXIX, 7. *Apud* MACHADO (1941, p. 145)

No entanto, o verbo médio tem particípio presente de aspecto ativo (9), apresentando, em alguns casos, valor ativo e, em outros, reflexivo (10). Além disso, tem uma forma nominal adjetiva, terminada em *-ndus*, de valor passivo (11).

(9) *sequens* (o que segue) de *sequor*; *dicens* (o que diz) de *dico*

(10) *exercens* (o que exercita - o que se exercita)

(11) *sequendus* (o que deve ser seguido); *dicendus* (o que deve ser dito)

A contaminação das três vozes e o influxo de umas sobre outras, dos quais falamos no primeiro parágrafo desta seção, resultaram em uma confusão na flexão verbal e na incompreensão dos valores especiais que as caracterizavam. Tais processos acabaram por vencer a voz média que, especialmente na função reflexa, tivera importância fundamental na flexão e na construção verbal. A força dos pronomes, que tornavam a frase mais consistente e expressiva, sobrepujou o uso da flexão média, a qual, apesar de não mais descrita nas gramáticas, nunca deixou de existir.

Os gramáticos, que prescindem da voz média, põem em confronto a voz ativa com a voz passiva, estabelecem entre elas relações gramaticais e valores ideológicos que, na realidade, não têm fundamento histórico nem correspondem à verdade da evolução linguística²⁵. (MACHADO, 1941. p. 147)

A citação acima demonstra serem as generalizações que encontramos hoje em nossas gramáticas, fixadas pela NGB, oriundas daquelas que se estabeleceram ainda na língua latina. No caso do PB, no entanto, temos o agravante de que se criou uma voz pseudo-reflexiva, bipartida ainda em reflexiva e reflexiva recíproca.

A seguir, apresentamos algumas inconsistências registradas nas vozes latinas sem a média, segundo Machado (1941).

(i) As desinências da voz ativa não indicam que o verbo deva ter qualquer complemento de objeto. Em *uiuit* e *aperit*, por exemplo, temos a mesma desinência ativa, mas o primeiro geralmente não tem complemento, e o segundo sim.

(ii) As desinências ativas também não indicavam que o processo verbal fosse ativo ou passivo. *Res males uertit* tanto pode significar “a coisa vai mal” ou “tornou-se má”.

²⁵ A citação foi vertida para a ortografia oficial vigente a partir de janeiro de 2009.

(iii) A passiva não existia na flexão antiga, a não ser com aspecto passivo em verbos de função impessoal – *curritur, fertur*. Ela saiu da voz média, que era primitiva, combinada com as formas de valor impessoal terminadas em *-r*. Foi, portanto, uma adaptação da voz média.

A partir dessa análise, conclui o autor que, em vez de voz passiva e voz ativa, se deveria dizer *voz ativa* e *voz médio-passiva*, com inclusão, nesta última, dos verbos depoentes, que, afinal, são de voz média. Podemos notar que esta é uma classificação coerente, já que não exclui a voz média, mas a une à voz passiva, refletindo o processo evolutivo da língua latina.

Para nosso trabalho, esse estudo traz o indicativo de que a proposta a ser apresentada aqui encontra forte embasamento nas modificações sofridas pela língua latina durante o período em que vigeu. Além disso, buscaremos suporte, ainda, em linguistas atuais, cujos trabalhos apresentaremos e discutiremos na seção 1.2.

1.2 VERBOS, CASO E PAPÉIS TEMÁTICOS

1.2.1 A generalização de Burzio (1986)

A partir da análise da sintaxe do italiano, Burzio aponta, baseado em Perlmutter (1978), que os verbos intransitivos não são uma classe homogênea, separando-os em intransitivos e ergativos. Demonstra a diferença estrutural entre eles com as sentenças em (12a) e (12b), levando em consideração a Ne-clitização²⁶ (13a,b) e a seleção do auxiliar aspectual (15a,b).

(12) a. *Giovanni arriva.*

[João chega]

b. *Giovanni telefona.*

[João telefona]

O primeiro contraste se estabelece entre a gramaticalidade de (13a) e a agramaticalidade de (13b).

(13) a. **Ne** *arrivano molti.*

[Muitos deles chegam]

b. ***Ne** *telefonamo molti.*

[Muitos deles telefonam]

²⁶ Para ver a análise completa da Ne-clitização (doravante Ne-CI), consultar Burzio (1986, p. 23-7).

Segundo a hipótese de Burzio para o italiano, verbos como *arrivare* (chegar) têm um complemento objeto em sua estrutura lexical, realizado na D-S como um objeto direto que, por meio do movimento de NP, passará a ocupar a posição de sujeito na S-S, mantendo-se coindexado com um traço na posição de objeto. BURZIO nomeia-os *ergativos*.

Assim, (12b) é agramatical porque verbos como *telefonare* (telefonar) não apresentam tal complemento em sua D-S, não havendo, portanto, o alçamento do objeto direto à posição de sujeito. A estes verbos Burzio chama de *intransitivos*, configurando, portanto, uma nova classificação, que difere da feita pela GT. Em vez de duas classes – transitivo e intransitivo – passa-se a três, as quais Burzio ilustra com as sentenças em (14).

- (14) a. Transitivo *Giovanni esamina Il caso.*
 [João examina o caso]
- b. Intransitivo *Giovanni telefona.*
 [João telefona]
- c. Ergativo [e] *arriva Giovanni.*
 (→ *Giovanni_i arriva t_i*)
 [João chega]

A segunda diferença é representada pela seleção do auxiliar aspectual e pela exata correlação com contraste em (12), ou seja, (12a) e (12b) servem como paradigmas para (15a,b).

- (15) a. *Giovanni è arrivato.*
 [João chegou]
- b. *Giovanni ha telefonato.*
 [João tem telefonado]

Em (15a), o verbo *essere* (ser) combina-se com *arrivare* e com o particípio passado, que concorda em gênero e número com o sujeito. Em (15b), o auxiliar selecionado é *avere* (haver), e não se estabelece qualquer relação de concordância entre o sujeito e o particípio passado. Tal análise permite determinar os domínios sintáticos em que ambos aparecem: sempre *essere* (E) com passivas e com todas as construções envolvendo *si* (reflexivo ou ergativo) ou *SI* (reflexivo inerente);

sempre E com o segundo membro dos pares AVB/BV²⁷; sempre *avere* (A) com verbos transitivos.

Com os exemplos de (16), Burzio ilustra a concordância do particípio passado em gênero e número com o sujeito.

(16) a. Passiva: *Maria è stata accusata.* (E; pp ag't²⁸)

[Maria foi acusada]

b. Se reflexivo *Maria si è accusata.* (E; pp ag't)

[Maria se acusa]

c. Verbo ergativo *Maria è arrivata.* (E; pp ag't)

[Maria chegou]

Burzio propõe, então, duas regras para a distribuição de E e de *pp agreement*, expressas em (17), a seguir:

(17) a. Atribuição de *essere* (ser): O auxiliar será realizado como *essere* sempre que existir uma “relação de ligação” entre o sujeito e um “nominal contíguo ao verbo”;

b. Concordância do Particípio Passado: Um particípio passado concordará (em gênero e número) com um elemento que mantenha uma “relação de ligação” com o seu “objeto direto”.

Burzio define “relação de ligação” genericamente, como um subconjunto das relações de ligação no sentido usual. Para os outros termos marcados com aspas em (17a,b), apresenta as seguintes definições:

(18) a. Um “nominal contíguo ao verbo” é um nominal que também é parte da morfologia do verbo, i.e. um clítico, ou um “objeto direto”.

b. Um “objeto direto” é um NP em uma posição-A governada pelo verbo.

Além da classificação dos verbos, Burzio discrimina, em (19), o morfema *se* como *reflexivo*, *ergativo* e *reflexivo inerente*.

(19) a. *Maria si guarda.*

[Maria se olha/observa]

b. *Il vetro si rompe.*

[O vidro se quebra]

²⁷ Pares da S-S em que V é um verbo e A, B são NPs.

²⁸ Past participle agreement

c. *Giovanni si sbaglia.*

[João se engana]

Em todas as sentenças de (19), o *se* é um elemento clítico que concorda com o sujeito. Isso indica que o clítico mudará de acordo com a pessoa com quem concorda, embora o autor utilize sempre o *se* para representá-lo. A diferença entre eles, então, diz respeito à D-S do verbo.

No caso de (19a), o *se* é um clítico reflexivo, correspondendo ao objeto direto do verbo, já que é gerado na posição de clítico, e formando uma cadeia com uma categoria vazia na posição de objeto. Em (20), Burzio compara a ocorrência de *se* com a de um clítico não reflexivo para corroborar sua afirmação sobre (19a).

(20) a. *Maria* *si guarda* [e].

b. *Maria* *lo guarda* [e].

Tanto em (20a) quanto em (20b), o verbo atribui um papel temático à posição do objeto, o qual é transmitido ao clítico, em todos os níveis, satisfazendo o Princípio de Projeção. Além da alternância com um clítico não reflexivo, o que prova que o *se* é gerado na posição de objeto, pode-se também alterná-lo com um NP, o que confirma a atribuição de Caso e de Papel temático à cadeia formada com o *se* e a categoria vazia. Tal caso é representado em (21).

(21) a. *Maria guarda* $\left\{ \begin{array}{l} \textit{si stessa} \\ \textit{Giovanni} \end{array} \right\}$

b. *Maria olha* $\left\{ \begin{array}{l} \textit{a si mesma.} \\ \textit{João.} \end{array} \right\}$

Já em (22), o *se* não tem sentido reflexivo e não se alterna com o objeto. Porém, em certo sentido, ele alterna com o sujeito.

(22) a. *Il vetro si rompe.*

[O vidro se quebra]

b. *Giovanni rompe il vetro.*

[João quebra o vidro]

Os pares de (22) pertencem à estrutura AVB/VB, tratada por Burzio como a de verbos ergativos, com a diferença que o *se* aparece na forma BV. Assim, verbos

como *rompersi* (22a) são ergativos, e o clítico *se* de tais casos é um reflexo morfológico da perda do papel temático do sujeito que estabelece a derivação das entradas dos verbos ergativos a partir dos transitivos. Trata-se, portanto, de um *se* ergativo, resultado de um processo lexical, constituindo-se apenas em um afixo; ou seja, não tem regra sintática.

Há ainda o *se* que difere tanto do reflexivo quanto do ergativo. Burzio denomina-o de reflexivo inerente, demonstrando-o com as sentenças em (23):

(23) a. *Giovanni si sbaglia.*

[João se engana]

b. **Giovanni sbaglia Piero.*

[João engana Pedro]

No italiano, (23b) é agramatical por não poder alternar o *se* com um NP objeto direto. (23b) também mostra que o *se* de (23a) não pode se alternar com um sujeito do mesmo modo que um ergativo pode, como em (22). Assim, *se* não é uma estrutura transitiva, considera-se o status de não objeto para o *se*. Como este clítico tem as mesmas características do ergativo, não haverá outras diferenças entre eles que não o fato de que apenas os membros do primeiro têm uma alternância transitiva.

Burzio ainda apresenta casos, considerados por ele relativamente raros, de verbos também envolvendo um objeto direto explícito, nos quais o *se* não se alterna com um pronome não reflexivo, como em (24) e (25).

(24) a. (*Le vacanze*) *Giovanni se le sogna.*

[(Férias) João sonha com elas]

b. **Giovanni gliela sogna.*

[João sonha com elas para ele]

(25) a. (*La spiaggia*) *Giovanni se la immagina.*

[(A praia) João a imagina]

b. **Giovanni gliela immagina.*

[João imagina-a para ele]

Dada a relativa raridade desses verbos, o autor não os julga como casos idiossincráticos, essencialmente como as expressões idiomáticas. Sugere que (24a) e (25a) envolvem um objeto indireto, especificamente um dativo beneficiário, o qual deve obrigatoriamente ser realizado como um clítico reflexivo. Assim, verbos como *sognarsi* e *immaginarsi* pertencem a uma pequena classe de verbos que são

transitivos e requerem a presença de um reflexivo dativo beneficiário, ao qual ele se refere como *reflexivo obrigatório*.

O quadro 1 resume a classificação de Burzio para o morfema *se*.

Quadro 1
Classificação do *se* segundo Burzio (1986)

Se	Base na Posição de clítico	Alternância com clítico não reflexivo	Alternância com NP objeto direto	Alternância com NP sujeito	Alternância transitiva – pares AVB/BV	Atribuição de Caso e de Papel temático
Reflexivo	X	X	X	-	-	X
Ergativo	-	-	-	X	X	-
Reflexivo Inerente	-	-	-	X	-	-
Reflexivo Obrigatório	-	-	-	-	X	X

No Quadro 1, é possível resumir as diferenças e semelhanças entre os tipos de *se* determinados por Burzio, quais sejam: (i) o *reflexivo* é um objeto direto clítico que recebe caso e papel temático; (ii) o *ergativo* e o *reflexivo inerente* são afixos que não têm outra função sintática senão a de marcar a ausência de atribuição de papel temático para a posição de sujeito, e os verbos que os regem são ergativos. A única diferença que se estabelece entre eles é que os verbos que pedem o *reflexivo inerente* não têm uma alternância transitiva em relação aos pares AVB/BV; e (iii) o *reflexivo obrigatório* acontece com verbos que são transitivos e requerem obrigatoriamente a presença de um reflexivo dativo beneficiário.

É importante observar que, muitos dos casos apresentados como agramaticais no italiano, como (23b), não o são no PB, o que nos faz, portanto, aceitar as classificações de Burzio como recursos para nossa revisão do PB, mas não acatá-las totalmente. Embora ambas as línguas sejam românicas, parece-nos, até aqui, haver algumas diferenças entre elas nos aspectos que estamos tratando neste estudo. Tais generalizações talvez não façam parte dos princípios da UG, mas dos parâmetros de cada língua.

Burzio trata do *se* impessoal em seção diferente daquela em que trata dos *ses* descritos anteriormente, já que aquele é invariável, e estes variam de acordo com a pessoa a que se referem. Para diferenciá-los, usa o impessoal em letras maiúsculas – SE. Partindo das sentenças em (26), considera que o SE recebe a regra do sujeito.

(26) a. *Gli si telefona spesso.*

[Telefona-se-lhe (a ele) frequentemente]

b. *Si leggerà volentieri alcuni articoli.nmj*

[Ler-se-ão voluntariamente alguns artigos]

O sujeito do qual receberá a regra deve ser entendido como “pessoas/ um (alguém)/ nós”, porque um sujeito explícito tornará a frase agramatical (**La gente si leggerà* [A gente se lerá]). Tal construção é também agramatical em português, mas por razões diversas da do italiano. Pela tradução de (26b), entre colchetes, podemos observar que, conforme bem o atesta a concordância plural, o sujeito é, na verdade, “alguns artigos”, que está posposto ao verbo. E a cadeia se formará não entre a categoria vazia e o SE, como indica Burzio, mas entre a categoria vazia e o NP “alguns artigos”. Observemos a representação em (27):

(27) a. [e] se lerão alguns artigos.

b. Alguns artigos_i se lerão t_i

c. Alguns artigos serão lidos.

Embora possamos pensar ser (27b) ambígua, ela não o é, uma vez que não é possível acrescentar outro NP na posição de sujeito se o verbo *ler* estiver acompanhado de SE, como em “*A gente se lerá(ão) alguns artigos”. Também a passiva com auxiliar, em (27c), demonstra não haver ambiguidade em (27b). Temos um caso de voz passiva pronominal, e a sentença “A gente se lerá voluntariamente alguns artigos” é agramatical porque há dois elementos para ocupar a posição do sujeito.

Já em (26a), o SE indica a indeterminação do sujeito, o que mantém o verbo no singular, indicando a ausência de um NP explícito na posição de sujeito. Podemos verificar esta situação com a transformação de (26a) em (28).

(28) *João telefona-se-lhe (a ele) frequentemente.

Claramente, não podemos atribuir um sujeito explícito ao verbo *telefonar* seguido de SE porque a frase se tornará agramatical. Neste caso, vamos assumir que a análise de Burzio está correta em relação a (26a), mas não em relação a (26b), já que demonstramos, em (27), ser o NP “alguns artigos” o sujeito da sentença. Tais considerações levam-nos a concluir que (26a,b) não podem ser incluídas na mesma classificação, como o faz Burzio.

Concordamos, no entanto, com definição de que o SE é um clítico, dadas as observações em (29):

(29) (iv) Pode ocorrer entre outros clíticos e o verbo, como em (25a).

(v) Seguir-se-á à negação, como em *Non si leggerà quegli articoli* [Não se lerão quaisquer artigos].

(vi) Resistirá coordenação com outro NP, como em **[Maria e sī] leggerà quegli articoli* [[Maria e se] lerão quaisquer artigos]

Em se tratando da correlação entre atribuição de papel temático para o sujeito, e de caso para o objeto, Burzio apresenta uma generalização, que ficou conhecida como *Generalização de Burzio*²⁹, pela qual um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo (o sujeito) se atribuir caso acusativo ao seu argumento interno (o objeto direto), e vice-versa, ou seja, só atribui caso acusativo a seu argumento interno se atribuir papel temático a seu argumento externo. Tal relação é expressa pelas representações em (30), que resultam em (31).

(30) a. - $\Theta_s \rightarrow$ - A

b. - A \rightarrow - Θ_s

(31) $\Theta_s \leftrightarrow$ A

As estruturas a seguir representam as duas classes de verbos em que nenhum papel temático é atribuído ao sujeito – certos verbos não passivos (32) e todas as formas passivas (33) – as quais se dividem em subclasses de acordo com a subcategorização de cada verbo.

(32) a. NP_θ V NP

Il caldo avrebbe soffocato anche lui.

[O calor havia sufocado até ele]

[O calor o havia sufocado também]

b. NP_θ V NP S

[e] *sarei andato io [a prendere il libro]*

[Eu teria ido buscar o livro]

[Eu buscaria o livro]

c. NP_θ V PP S

Gli è capitato [s di incontrare Giovanni]

[Aconteceu-lhe/a ele [de encontrar João]

²⁹ Para informação completa sobre a *Generalização*, ver Burzio (1986, cap. 3).

(33) a. NP-_e V' NP

Fui invitato me.

[Fui convidado]

b. NP-_e V' NP S

[e] *fui informato io [che ...]*

[Eu fui informado [que...]]

c. NP-_e V' (PP) S

[e] *mi fu rivelato [che...]*

[Foi-me/ a mim revelado [que...]]

As estruturas de (32) representam os verbos ergativos – os que selecionam como complemento um NP (32a), um NP e uma oração (32b) e um PP e uma oração (32c). Em (32b), a cadeia se formará com o NP, não com a oração; já, em (32c), a cadeia se forma com a oração, porque o elemento imediatamente após o verbo é um PP. No caso dos verbos passivos de (33), repetem-se as estruturas dos ergativos, com a diferença de que o verbo auxiliar selecionado é o E (ser) e o particípio concorda em gênero e número com o NP. Em (33c), como a cadeia é formada entre o NP sujeito e a oração, o particípio permanece inalterado.

Se, no entanto, observarmos outras línguas que não o italiano, perceberemos que nem sempre as generalizações de Burzio serão aplicáveis. Napoli (1988, p. 138), por exemplo, indica que não há, no inglês, evidência de movimento para os verbos ergativos, em contraste com o italiano. Ela credita o problema ao princípio lexical proposto por Burzio (30a). Como os ergativos vêm em pares, ela questiona o fato de um atribuir caso ao seu objeto e de outro não poder fazê-lo.

(34) a. *L'artiglieriare affondò due navi.*

[A artilharia afundou dois navios]

b. *Due navi affondarono [t]*

[Dois navios afundaram]

Se *affondare* pode atribuir Caso a seu objeto em (34a), por que não pode em (34b), tomando algum tipo de sujeito expletivo, como em (35)?

(35) **Dummy affondò due navi.*

[(Dummy) afundou dois navios]³⁰

³⁰ Como, no PB, não existe sujeito expletivo, já que o valor do Parâmetro do Sujeito Nulo é positivo, reproduzimos a palavra em inglês entre parênteses.

A agramaticalidade de (34) está no fato de que “dois navios afundaram”, mas nenhum agente ou instrumento deste *afundar* está expresso. A partir da D-S de (35), em (36), Napoli afirma que, se o objeto em (35) não recebe caso, então ele deve ser movido, para produzir (34b), ou também a sentença falha, como em (36).

(36) [] *affondare* [*due navi*]

A autora corrobora sua argumentação também com as sentenças com *there*, em inglês, e com exemplos do francês³¹. Se analisarmos sentenças do PB, veremos que o movimento sugerido por Napoli, em que haverá atribuição de caso ao objeto, é de regra.

(37) a. A artilharia afundou dois navios.

b. Dois navios afundaram.

Observemos que o verbo “afundar” pressupõe um agente e um paciente, o que indica que, se a posição do sujeito não estiver ocupada, como podemos verificar com a D-S de (37b), deverá ser preenchida pelo movimento de NP, sob pena de ficar agramatical.

(38) a. [e] afundaram dois navios.

b. *[e] afundaram dois navios.

Em (38a), o movimento obrigatório de NP formou cadeia com a categoria vazia. Em (38b), como não houve movimento, podemos inferir que temos uma oração com sujeito indeterminado? Ora, claro está que o verbo “afundar” tem uma estrutura argumental transitiva em sua D-S – NP V NP – indicando que a posição de sujeito, que está vazia na S-S, deverá ser obrigatoriamente preenchida pelo NP “dois navios” e receberá caso nominativo, estabelecido pela Agr. Não teremos, portanto, um caso de sujeito indeterminado na S-S, já que haverá um NP preenchendo sua posição.

Burzio supõe que o princípio lexical de (30) não se aplica somente a verbos que subcategorizam um objeto direto (p. 185):

Supomos que isto se sustenta de maneira bastante geral, que verbos intransitivos, como os transitivos, são atribuidores potenciais de caso acusativo, apesar de eles não serem subcategorizados para um objeto direto. Isso prevê que, se havia uma maneira de verbos ocorrerem com objetos diretos para os quais eles não são subcategorizados, verbos intransitivos também devem ocorrer desta forma, já que eles podem atribuir Caso, enquanto verbos ergativos não o deveriam poder.

³¹ Para uma visão completa dos exemplos e da argumentação, ler Napoli (1988, p. 139-141).

A afirmação acima põe em cheque o princípio de que apenas verbos transitivos atribuem Caso acusativo, o que parece desconsiderar os princípios da UG. Apresentamos a argumentação de Napoli sobre verbos do inglês que não se comportam da forma descrita por Burzio, bem como demonstramos com o verbo *afundar* que também no PB não podemos concordar totalmente com a *Generalização de Burzio*.

Na próxima seção, discutiremos a análise promovida por Klaiman (1991), que apresenta uma classificação diferente da de Burzio para verbos transitivos e intransitivos.

1.2.2 Os verbos médios e ativos em Klaiman (1991)

Segundo Klaiman (1991), em todos os sistemas, os verbos que se alternam nas vozes ativa e média são basicamente transitivos; entretanto, qualquer sistema com alternância verbal ativa/média também tem uma classe de verbos exclusivamente médios e outra de verbos exclusivamente ativos. Há uma tendência de que os médios sejam exclusivamente intransitivos, mas a correlação não é absoluta. Verbos exclusivamente médios ou exclusivamente ativos podem ser transitivos ou intransitivos. Por outro lado, formas de alternância ativa/média tendem a ser intransitivas. Essas classificações podem ser mais bem visualizadas no quadro abaixo.

Quadro 2

Transitividade dos verbos médios e ativos

Tipos de verbos	Transitivos	Intransitivos
Exclusivamente médios	(+)	+
Exclusivamente ativos	+	+
Alternância ativa/média	(+)	+

Fonte: Klaiman, 1991

Podemos observar que esses verbos, independentemente da voz em que estejam, podem ser tanto transitivos quanto intransitivos, mas os parênteses indicam que os exclusivamente médios e os de alternância ativa/média são, na maioria dos casos, intransitivos.

Em (39), apresentamos exemplos do PB.

- (39) a. João amadureceu.
b. João amadureceu a ideia.

- c. A fruta amadureceu.
- d. Maria tem um gato preto.
- e. João caminha pela praia.
- f. João pratica esportes.
- g. A pedra rolou ribanceira abaixo.
- h. Sísifo rolou a pedra ribanceira acima.

Em (39a,b,c,d), os verbos são exclusivamente médios, já que não projetam um argumento externo agente. *Amadurecer* é intransitivo em (39a,c) e transitivo em (39b), o que indica a alternância ativa/média, e *ter* é transitivo em (39d). Em (39e,f), os verbos são exclusivamente ativos, sendo *caminhar* intransitivo e *praticar* transitivo. Já (39g,h) apresentam um verbo com alternância ativa/média, pois *rolar*, em (39g), não projeta argumento externo agente e, em (39h), projeta argumento externo agente. No primeiro caso, é médio intransitivo e no segundo, ativo transitivo.

Considerando essas classificações – exclusivamente médio, exclusivamente ativo e ativo/médio – poderíamos caracterizar os verbos do PB a partir de (vii), (viii) e de (ix)?

(vii) Verbos exclusivamente médios podem apresentar argumento externo com traço [+/- animado].

(viii) Verbos exclusivamente ativos apresentam argumento externo com traço [+ animado].

(ix) Verbos com alternância ativa/média apresentam argumento externo com traço [+ animado] quando ativos e [- animado] quando médios.

É certo que essas hipóteses já apontam para uma classificação diferente dos verbos do PB, mas ainda não nos parecem totalmente eficientes, já que mantêm dupla projeção do traço [animado] em (vii) e (ix). Acreditamos poder estabelecer uma classe de verbos em que uma única projeção de traço seja possível.

Nas seções seguintes, continuaremos nossa busca por essa classe. Em 1.2.3, faremos uma releitura do trabalho de Kemmer (1993), já anteriormente analisado em Silva (2006).

1.2.3 A voz média segundo Kemmer (1993)

Kemmer (1993), partindo de Lyons (1969), caracteriza a voz média como aquela em que a ação ou estado afetam o sujeito do verbo ou seus interesses: a chamada *afetação do sujeito*, mas apura esse conceito argumentando que há uma

propriedade semântica crucial na natureza da voz média que não tem sido observada. Para a autora, existe uma série de eventos que seriam o parâmetro por meio do qual se estabeleceria a diferença entre voz média e voz reflexiva. É neles, mais precisamente em sua elaboração, que reside a propriedade que ela chama de *elaboração relativa de eventos*.

Para demonstrar essa diferença, a autora parte da observação das categorias semânticas que podem ser associadas à voz média. Essas categorias recebem a denominação de *situações-tipo*, um conjunto de contextos situacionais ou semântico/pragmáticos sistematicamente associados com uma particular forma de expressão. Assim, são definidas em termos das propriedades semânticas que partilham com o contexto em que estão. A partir de pesquisa em línguas que apresentam marcadores morfológicos de voz média, como latim, grego clássico, alemão, foram divididas as *situações-tipo* em vários grupos que envolvem específicas classes semânticas de verbos.

Antes de passarmos à discriminação dessas classes semânticas, é importante trazermos as discussões de Kemmer (1983, p.28-39) que tratam das formas com as quais a voz média é descrita. Interessam-nos, especialmente, as concepções que tratam da alternância acusativa, uma vez que a autora identifica ser o centro de interesse, nas abordagens gerativas, a correspondência entre as construções médias marcadas (construções MM) e os verbos transitivos não marcados na raiz. Para analisar tais concepções, divide-as em dois grupos:

(40) a) Distinguem-se vários tipos de construções médias marcadas pela observação de diferentes tipos de relação estabelecida entre a forma transitiva não marcada e a forma MM com respeito aos papéis temáticos (ou sintáticos equivalentes) dos NPs associados com os verbos.

b) Para cada tipo de verbo-MM identificado, uma regra ou um grupo de regras é colocada para derivar a construção MM de uma raiz transitiva (ou, para ser tecnicamente preciso, de uma representação subjacente idêntica ao verbo raiz).

A autora cita, entre os exemplos para (40a), Valfells (1970), para quem a relação entre pares transitivos e MM de cada tipo³² envolve o “caso subjacente” das regras de NPs correspondentes. Por exemplo, o NP sujeito de um tipo incoativo³³,

³² Para a relação de tipos dos Verbos MM em Valfells (1970), ver Kemmer (1993, p. 30).

³³ Verbo que indica um processo em seu começo. (CÂMARA JR., 1977. p.60)

como *abrir*, corresponde ao NP objeto da construção transitiva associada; ambos são denominados NP pacientes.

Para (40b), traz o estudo feito por Grimshaw (1982) que, por meio da Gramática Léxico-funcional (LFG, do inglês *Lexical Functional Grammar*), analisou os verbos reflexivos marcados do francês, apresentando duas regras lexicais: (1) (SUBJ) → \emptyset (um processo de apagamento); e (2) (OBJ) → (SUBJ) (um processo de promoção objeto-sujeito). Essas regras operam na entrada lexical dos verbos. A entrada (o *input*) para as regras consiste no fato de que os verbos requerem um sujeito e um objeto sintáticos, como o verbo *vender*, por exemplo. O resultado é uma nova entrada de verbo que requer um sujeito correspondente ao objeto do verbo original. De um verbo cuja representação é “vender ((SUBJ) (OBJ))”, um novo verbo é derivado, “vender (\emptyset (SUBJ))”.

Em ambos os casos, temos variações de um mesmo tipo de processo sintático, que é visto, na concepção transformacional, como um apagamento de NP (VALFELLS, 1970) e, na LFG, ainda como um processo de apagamento (GRIMSHAW, 1982), mas o apagamento é no nível das funções sintáticas (SUBJ ou OBJ), que correspondem diretamente aos argumentos da estrutura semântico-pragmática dos verbos. Esse apagamento sinaliza o fato de que os verbos transitivos subjacentes são intransitivos na estrutura de superfície. Kemmer se referirá a essa visão como detransitivização.

No capítulo 3, pretendemos contrapor essa visão de detransitivização, mas, por ora, voltemos às situações-tipo, as quais discriminaremos em (41), mais especificamente aquelas que serão utilizados nesta tese.

(41) a. ações de cuidados corporais – verbos como *lavar-se*, *vestir-se*, *barbear-se*, que movem o corpo, mas sem mudança global de posição;

b. ações emotivas do discurso - verbos como *lamentar*, *confessar*, *queixar-se* indicam não especificamente o discurso, mas um evento mental que o envolve;

c. eventos de conhecimento/cognição – verbos como *cogitar*, *ponderar*, *considerar* representam o puro processo do pensamento;

d. eventos recíprocos – verbos como *encontrar-se*, *abraçar-se*, *cumprimentar-se* são ações em que a relação entre dois participantes é usualmente ou necessariamente mútua ou recíproca.

e. ações de benefício próprio – verbos como *perguntar, pedir, adquirir* incluem ações em que o Agente é normalmente um participante Receptor ou Beneficiário da ação verbal.

f. eventos espontâneos – verbos como *crescer, germinar, evaporar* não envolvem a participação direta de um Agente humano.

Podemos perceber, pela análise da autora, que, em todos esses casos, o sujeito não é agente, mas experienciador, beneficiário, já que os verbos não são considerados agentivos, característica essencial para que uma sentença seja caracterizada como ativa, passiva ou reflexiva. Isso nos permite, então, classificar uma sentença como a de (42) em voz média, e não em reflexiva.

(42) A menina penteou-se diante do espelho.

O verbo de (42), *pentear-se*, é classicamente dado em nossas gramáticas como exemplo de voz reflexiva. Já, segundo a análise de Kemmer, é um caso de voz média, uma vez que esse verbo pertence à situação-tipo das ações de cuidados corporais. Assim, o NP *a menina* é beneficiário da ação de *pentear-se*, e não paciente, como prediz o conceito de voz reflexiva.

Ora, para que não continuemos *remando contra a maré* na indicação dos verbos que indicam ação, sugeriremos que, por *ação*, se entenda todo e qualquer movimento extracorpóreo, mesmo que não demonstre mudança global de posição. Ficará mais fácil, assim, aceitar a classificação de (42) como voz reflexiva. Além disso, a substituição de “se” por “a si mesmo” gera uma frase boa em PB, o que também aponta para uma reflexiva.

A partir dessa constatação, reformulamos, em (43), a discriminação das situações-tipo indicadoras de voz média, das quais excluiremos as *ações de cuidados corporais* e algumas de reciprocidade que envolvam movimento extracorpóreo, como *abraçar-se* e *encontrar-se*, por exemplo. No âmbito desta tese, então, serão estes os tipos de verbos não agentivos:

(43) a. ações emotivas do discurso - verbos como *lamentar, confessar, queixar-se* indicam não especificamente o discurso, mas um evento mental que o envolve;

b. eventos de conhecimento/cognição – verbos como *cogitar, ponderar, considerar* representam o puro processo do pensamento;

c. eventos recíprocos – verbos como *ver-se*, *cumprimentar-se* são ações em que a relação entre dois participantes é usualmente ou necessariamente mútua ou recíproca.

d. ações de benefício próprio – verbos como *perguntar*, *pedir*, *adquirir* incluem ações em que o agente é normalmente um participante receptor ou beneficiário da ação verbal.

e. eventos espontâneos – verbos como *crescer*, *germinar*, *evaporar* não envolvem a participação direta de um agente humano.

Tais considerações são fundamentais para que possamos distinguir não apenas os papéis- θ ³⁴ dos argumentos verbais, como também a voz verbal em que estão os verbos das sentenças. Fundamental também será estabelecer a ocorrência da inacusatividade nos verbos do PB, análise para a qual partiremos na seção 1.2.4.

1.2.4 A inacusatividade em Levin & Rappaport (1995)

Levin & Rappaport (1995), partindo do princípio de que o papel semântico de um argumento é determinado pelo significado do verbo que o seleciona, afirmam que a existência de regularidades vinculadas sustenta a ideia de que o significado do verbo é um fator determinante da estrutura sintática das sentenças. Apontam que a semelhança dessas regularidades entre línguas sugere que elas são parte da arquitetura da linguagem.

A *Hipótese Inacusativa* (doravante UH³⁵), formulada por Perlmutter (1978), permite, segundo as autoras, usar a inacusatividade como um meio de identificar aspectos do significado do verbo que são relevantes para a sintaxe e formular adequadamente, pelo menos, algumas das regras de vinculação. A UH estabelece que há duas classes de verbos intransitivos, os *inacusativos* e os *inergativos*, cada um associado a uma configuração sintática subjacente diferente. Da perspectiva da GB, teoria adotada por Levin e Rappaport (1995) e também por este trabalho, em (44) temos a esquematização da D-S dessas duas classes.

(44) a. Verbo Inergativo: NP [VPV]

b. Verbo Inacusativo: _____ [VP V NP/CP]

O *inergativo* tem/projeta um sujeito na sua D-S, e não um objeto, enquanto o *inacusativo* tem/projeta um objeto em sua D-S, que pode ser uma oração ou um

³⁴ Papéis temáticos ou semânticos.

³⁵ Do inglês Unaccusative Hypothesis.

simples NP, e não um sujeito. Esta não é, no entanto, a definição dada por Burzio (1986) e adotada por muitos linguistas, a qual preceitua que um verbo inacusativo é aquele que não tem/projeta argumento externo, o que se constituiu na chamada *Generalização de Burzio*, já apresentada neste trabalho em 1.2.1.

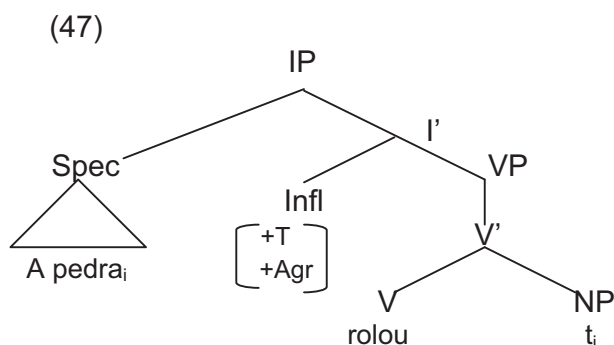
Manteremos em nossa análise, assim como Levin & Rappaport (1995), a caracterização de Perlmutter (1978), que nos parece apresentar uma maneira mais eficaz de explicar o fenômeno da inacusatividade e, conseqüentemente, de estabelecer uma relação coerente entre Sintaxe e Semântica. Essa caracterização assim define a classe dos verbos inacusativos:

(45) Um verbo inacusativo é aquele que tem/projeta um argumento interno, e não um argumento externo.

Nessa definição, os inacusativos são idênticos, em termos de configuração da D-S, aos verbos passivos, que também têm um argumento interno direto, mas não argumento externo. Em PB, por exemplo, poderíamos analisar o verbo de (46) como inacusativo?

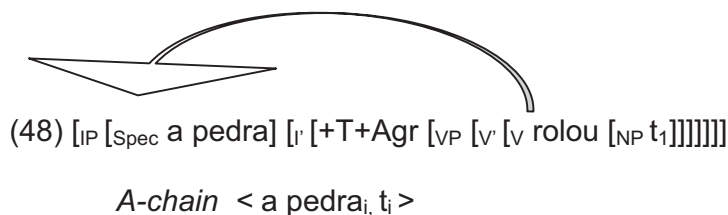
(46) A pedra rolou.

Nesse caso, o NP “a pedra” é, na verdade, argumento interno direto de *rolar*, que foi movido para Spec de IP, como podemos observar na representação em (47).



O movimento deixou um traço na posição de argumento interno do verbo, devidamente coindexado com o NP “A pedra”, movido para a posição de Spec de IP. Dessa forma, contemplou-se o Princípio da Projeção Estendida – *Toda sentença tem de ter sujeito* – e não se violou o do movimento de NP – *Um NP só pode ser movido para uma posição vazia*. Essa posição será um NP argumental, e o ponto de chegada, uma posição para a qual nenhum papel- θ é designado, por isso é chamado de posição θ' (*theta-bar*). No entanto, recebe caso.

Já o ponto de onde o elemento foi movido é uma posição NP para a qual nenhum caso é designado, porque não há NP aparente. O traço forma uma cadeia com o elemento movido, o antecedente. Como o núcleo da cadeia é uma posição argumental (*A-position*), a cadeia criada pelo movimento de NP é chamada de Cadeia Argumental (*A-chain*). Observe a representação em (48).



A cadeia recebe um papel- θ , que é designado pela posição mais baixa, a base, e caso, o qual é marcado pela posição mais alta da cadeia, o núcleo. Em (47), a *Infl* determina o caso nominativo. Essa análise nos permite, então, classificar o verbo *rolar* como inacusativo, já que não projeta um argumento externo, categoria vazia que será ocupada pelo seu argumento interno movido.

Certamente haverá a contraposição de que em (39h), reproduzido em (49), por exemplo, o estatuto argumental desse verbo é outro.

(49) Sísifo rolou a pedra ribanceira acima.

Em (49), o NP “Sísifo” é o argumento externo de “rolar”, e o NP “a pedra”, o argumento interno, o que caracteriza este verbo como acusativo, já que apresenta argumento externo e atribui caso a seu argumento interno. Pois bem, nossa argumentação seguirá um rumo diferente daqui por diante, uma vez que procuraremos demonstrar a existência de uma categoria de verbos acusativos que podem ter um *argumento externo latente* (doravante AEL) em sua D-S, o que os excluiria da lista dos inacusativos.

“Amadurecer” e “rolar” são dois exemplos desta categoria, o que pode ser corroborado pelas sentenças em (39a,b,c), reproduzidas em (50), (51) e (52).

- (50) a. João amadureceu.
 b. João amadureceu a ideia.
 c. A fruta amadureceu.

Em (50a,c), o verbo é classificado como inacusativo, já que os NPs “João” e “a fruta” são argumentos internos movidos para a posição de Spec de IP. Em (50b), há a presença de argumento externo, o NP “João”, e de argumento interno, o NP

“ideia”. Se modificarmos (50a,c) em (51), observaremos algumas regularidades que sustentam a existência de um AEL.

- (51) a. O tempo amadureceu João.
b. O tempo amadureceu a fruta.

A inclusão do NP “o tempo” em (51a,b) não modificou o significado da sentença, nem alterou a configuração do argumento interno, que apenas voltou a sua posição original. Em que baseamos nossa afirmação sobre a existência de um AEL? Em absolutamente nada novo, apenas no Princípio de Projeção, como demonstramos em (52), já que (51b) é uma sentença boa no PB.

(52) *amadurecer*, V (NP) [____, NP]

A partir dessa constatação, poderemos simplificar a classificação de determinados verbos do PB, cujo estatuto argumental depende, segundo alguns estudiosos, da estrutura da sentença. Eles passam a ser reconhecidos como verbos acusativos latentes (AL), nos quais a posição de AEL, quando vazia, será preenchida pelo seu argumento interno movido e coindexado com o traço que deixou. Assim, não teremos um verbo cuja classificação oscila entre acusativo e inacusativo, mas um verbo sempre acusativo. A concepção da acusatividade latente, pois, embora pareça estar apoiada na ideia de detransitivização, não está, porque não considera que o apagamento do NP sujeito gere outra classificação para o verbo.

Sobre a análise causativa dos verbos inacusativos, cuja hipótese citamos abaixo, as autoras dizem não ser possível estendê-la para toda a classe de inacusativos.

Os verbos inacusativos alternados têm uma única representação semântico-lexical associada com ambas as suas formas inacusativas e transitivas, e essa é uma representação lexical semântico-causativa. Então, em termos de sua representação semântico-lexical, o verbo *quebrar* de *A janela quebrou* é um verbo causativo diádico, exatamente como o verbo *quebrar* de *Pat quebrou a janela*. Esta análise parte de outras que são tipicamente encontradas em outros estudos, as quais assumem que a variante intransitiva de um verbo causativo com alternância é básica e a variante transitiva derivada. (LEVIN & RAPPAPORT, 1995, p.82-3)

Pois a nossa pretensão é chegar a um *denominador comum* em relação a essa suposta alternância sem que precisemos estabelecer tantos parâmetros, que, a nosso ver, parecem fugir dos princípios que regem a UG. Acreditamos que, se tomarmos a variante transitiva como básica, que é a nossa proposta, poderemos

identificar os verbos inacusativos a partir de uma única caracterização: serão os ditos impessoais (unipessoais, na verdade) e os verbos de alçamento. Voltaremos a essa classificação em 3.3.

1.2.5 A Democção do Agente em Solstad & Lyngfelt (2006)

Segundo Solstad & Lyngfelt (2006), o agente é demovido quando sai da posição de argumento externo para outra posição, uma *by-phrase*, por exemplo, nas construções passivas, e tal movimento tem relação direta com as noções de agentividade e de democção. Esta só será possível quando aquela existir, i.e., só haverá democção do agente se o verbo for agentivo, o que parece indicar uma redundância, não fosse a noção de agente ter sofrido, ao longo dos tempos, muitas variações.

Então, para que fique clara a noção de agente com a qual trabalharemos, adotaremos o conceito apresentado pelos autores, qual seja, “[...] um agente é uma entidade animada que intencionalmente executa uma ação” (p. 8). Assim, as passivas envolverão a democção do agente, já que exigem um verbo agentivo, mas não as construções mediais ou as inacusativas sem alternância, porque não têm um argumento agente para demover.

Com os exemplos (53) e (54), tais considerações são explicitadas por Solstad & Lyngfelt (2006, p.3-5).

(53) (*Grundprincipen ar [...] ett enkelt och penseldrag*) / *The basic principle is [...] one simple commencing stroke of the brush*

O princípio básico é [...] uma pincelada simples³⁶

a. *som sedan ska förgrenas i det oändliga. / which then shall ramify-s in the infinite*

que em seguida poderá ramificar-se ao infinito

b. *som sedan ska förgrena sig i det oändliga. / which then shall ramify SIG in the infinite / which then ramifies / is ramified infinitely*

que em seguida poderá ramificar-se ao infinito / que em seguida ramifica / é ramificada infinitamente

Em (53a, b), temos dois exemplos de construções médias em sueco, as quais podem ser marcadas morfologicamente por um sufixo –s, nos chamados s-verbos, ou pelo reflexivo *sig*. Ambas são caracterizadas na literatura como tendo um

³⁶ Tradução livre da autora.

sujeito paciente, mas, diferentemente das passivas, sem agente perceptível. Nelas, portanto, não haverá demissão do agente.

(54) a. *Kim broke the window.* / Kim quebrou a janela.

b. *The window broke.* / A janela quebrou.

c. *The window was broken (by Kim).* / A janela foi quebrada (por Kim).

Em (54), o verbo “quebrar” apresenta alternância em sua estrutura argumental: (54a) tem agentividade e, portanto, sujeito agente; (54b) é inacusativo, sem sujeito agente; e (54c) é uma estrutura passiva em que o sujeito foi demovido para a *by*-phrase, que pode estar explícita ou não. O que vemos aqui é um caso de demissão do agente no nível semântico, já que houve uma mudança de agentivo para não agentivo.

Os autores estabelecem que as sentenças ativas prototípicas são transitivas e vice-versa, e que a transitividade é frequentemente considerada um pré-requisito para a diátese ativo-passiva. No entanto, há vários casos nos quais uma sentença pode ser menos transitiva sem ser necessariamente passiva. Em alguns casos, é apenas uma questão de diferentes estruturas argumentais para diferentes verbos; em outros, vários dispositivos gramaticais são empregados para marcar estruturas que têm baixa transitividade.

Em (55), reproduzimos os exemplos de Solstad & Lyngfelt (2006, p.3) do envolvimento dos verbos inacusativos e inergativos, os quais não têm transitividade, na relação ativo-passiva.

(55) a. *Sandy is swimming.* / Sandy está nadando.

b. *Chris is drowning.* / Chris está se afogando.

Os verbos inacusativos e inergativos correspondem a subclassificações dos intransitivos, por isso há a necessidade de estabelecer qual sua participação no escopo das vozes ativa e passiva. Em (55a), “*to swim*” é inergativo, já que apresenta sujeito agente; já, em (55b), “*to drown*” é inacusativo, cujo sujeito é tipicamente um paciente ou um experienciador. Assim, com respeito à dimensão ativo-passiva, inergativos são mais ativos, e inacusativos são mais passivos. Os verbos inacusativos com alternância, como em (54), dependendo de sua estrutura argumental – acusativa ou inacusativa –, tanto poderão ser ativos quanto passivos; além disso, tanto eles quanto os morfemas reflexivos, como em (55), são indicadores de baixa transitividade.

Neste ponto, analisaremos a estrutura argumental do verbo “afogar (se)” levando em consideração as afirmações de Solstad & Lyngfelt (2006). Observemos que há uma diferença estrutural entre o verbo em inglês e o em português: enquanto aquele apresenta apenas uma estrutura argumental – será sempre inacusativo – este apresenta duas – poderá ser transitivo com sujeito agente, sem marcador morfológico, ou inacusativo com ou sem marcador morfológico. Em (56), demonstramos o emprego do verbo “afogar (se)”.

- (56) a. João está se afogando.
 b. João está afogando Maria.
 c. *João está se afogando Maria.
 d. O carro de João afogou.

Em (56a), seguindo o indicado pelos autores, o pronome “se” caracteriza o verbo como inacusativo; em (56b), a presença do NP “Maria” indica que o verbo é transitivo com sujeito agente. Já (56c) é agramatical porque pronome e NP não podem aparecer juntos na mesma sentença. No exemplo em (56d), “afogar” é acusativo latente. Essas evidências nos permitem formular duas hipóteses:

(x) “Afogar” e “afogar-se” são dois verbos diferentes com estruturas argumentais diferentes.

(xi) A diferença entre eles é estabelecida pela presença do marcador morfológico “se”.

Não é isso, porém, o que registra o PB para o verbo “afogar”. A seguir, reproduzimos algumas dessas definições com sua respectiva (in)transitividade e com os exemplos dados.

afogar V. (sXIII cf, IVPM) 1 *t.d. e pron.* morrer ou matar(se) por submersão (*afogaram-na na piscina*) (*afogou-se na forte correnteza*) 2 *t.d e pron.* impedir de respirar por meio de asfixia ou sufocação (*os pulmões encheram-se de líquido, quase afogando-a*) (*até no chuveiro afogava-se*) 3 *t.d. fig.* procurar esquecer abafar, reprimir (*afogava a mágoa na bebida*) [...] 18 *int.* MEC enguiçar ou fazer enguiçar (motor de veículo) por excesso de gasolina ou deficiência de entrada de ar no carburador (*o carro afogou*). (HOUAISS, 2001, p. 105)

Se analisarmos a estrutura argumental dos dois exemplos dados na primeira acepção, veremos que eles não podem ser equivalentes porque, no primeiro, o pronome não é obrigatório e, no segundo, o é. Vejamos essa situação em (57) e (58) por meio de modificações na estrutura das sentenças.

- (57) a. *Afogaram-na na piscina.*

- b. Afogaram Maria na piscina.
 - c. *Afogaram-na Maria na piscina.
 - d. *Afogaram na piscina.
- (58)
- a. Afogou-se na forte correnteza.
 - b. Afogou-se João na forte correnteza.
 - c. Afogou João na forte correnteza.
 - d. *Afogou na forte correnteza.

Em (57a), o pronome é apenas um anafórico de um NP dado anteriormente, já que sua substituição pelo NP “Maria” (57b) não altera nem a estrutura sintática da sentença, nem o significado do verbo. Já a ocorrência do pronome e do NP ao mesmo tempo (57c) e a ausência do pronome ou do NP (57d) alteram a estrutura da sentença, tornando-a agramatical. No caso de (58b), a inserção do NP “João” não causa qualquer problema à estrutura da sentença, uma vez que ele assume a função de spec de IP, recebendo caso nominativo, e pode coexistir com o “se”. A inserção do NP “João” e o apagamento do pronome em (58c) dá outro matiz semântico ao verbo, afastando-o da acepção de (58a). Finalmente, (58d) é agramatical porque o pronome não pode ser apagado de sua estrutura argumental.

Parecem se confirmar as duas hipóteses que levantamos em (x) e (xi), ou seja, “afogar” e “afogar-se” são dois verbos diferentes com estruturas diferentes, como pudemos comprovar pelas substituições feitas em (57) e (58). Tais constatações nos levam à seguinte classificação desses verbos:

(xii) “Afogar” é verbo transitivo com sujeito agente, quando for Acusativo, ou experienciador ou tema, quando for AL.

(xiii) “Afogar-se” é verbo inergativo pronominal com sujeito experienciador ou tema.

Corroboramos a afirmação de Solstad & Lyngfelt (2006) de que verbos com morfemas reflexivos têm baixa transitividade, mas passamos a classificação de “afogar-se” para *inergativo pronominal*, já que ele projeta um argumento externo, criando, assim, uma nova classe de inergativos. Além disso, a partir da hipótese de que há um *Argumento Externo Latente*, classificamos “afogar” como um verbo acusativo com alternância de Argumento Externo Explícito (AEE) e de AEL, e não como inacusativo. Não o caracterizamos, portanto, como um verbo com baixa transitividade, mas ele só gerará passiva se tiver AEE, como em (59), o que permitirá demissão do agente.

- (59) a. João está afogando Maria.
b. Maria está sendo afogada por João.

Em relação a (xiii), a presença do morfema reflexivo permite classificá-lo como *inergativo pronominal*, e ele terá a acepção exemplificada em (58a) sse for pronominal. Nesse caso, não gerará passiva, já que não tem sujeito agente, inexistindo, portanto, sua demissão, nem constituirá um exemplo de construção reflexiva, porque não é transitivo. Em que voz verbal, então, enquadraríamos *João está se afogando* e *O carro de João afogou*?

Se a transitividade é um pré-requisito para a diátese ativo-passiva (SOLSTAD & LYNKFELT, 2006, p.2), não poderemos classificar nem (56a) nem (56d) como ativas ou passivas. A baixa transitividade do verbo de (56a), marcada pela presença do morfema reflexivo, e a acusatividade latente de (56d) caracterizam os como de voz média, a qual não tem sujeito agente (56a,d). A seguir, apresentamos testes que poderão corroborar esta classificação.

- (60) a. João está se afogando.
b. *João está afogando *a si mesmo*.
- (61) a. João feriu-se com a motosserra.
b. João feriu *a si mesmo* com a motosserra.
- (62) a. O carro de João afogou.
b. *O carro de João foi afogado por ele.
c. João afogou o carro.

Em (60b), a aplicação do teste de substituição por “a si mesmo” para que identifiquemos um caso de voz reflexiva tornou a frase agramatical, o que indica que o morfema reflexivo não está ali para estabelecer correferência com o NP “João”, pois faz parte da estrutura do verbo, enquadrando-o na classe dos inacusativos. Já o mesmo teste aplicado a (61b) gerou uma sentença gramatical, demonstrando que o reflexivo está em correferência com o NP “João”, o que determina voz reflexiva em (61a), e indica o verbo “ferir” como pertencente à classe dos acusativos. A inclusão da *by-phrase* “por ele”, em (62b), também provocou agramaticalidade, uma vez que “afogar” é AL, não apresentando, portanto, as características exigidas para a passivização. Já, em (62c), o verbo assumiu a classificação indicada em (xii).

A sentença em (61a) é classificada por Solstad & Lyngfelt (2006, p. 5) como uma construção medial exclusiva para reflexivos, chamada Reflexiva Virtual, corroborando, portanto, a classificação que apresentamos em (xiii). Assim como os

elementos reflexivos, aqueles que estabelecem correferência com o sujeito (61a) são classificados pelos autores como mais transitivos do que reflexivos não argumentais. Tal afirmação pode ser aplicada aqui para determinar a legitimidade da classificação de (61a) em voz reflexiva.

Dissemos, no início desta seção, que adotariamos o conceito de agente apresentado pelos autores: “[...] um agente é uma entidade animada que intencionalmente executa uma ação” (p.8); faz-se necessário, entretanto, que apresentemos também a diferenciação que eles fazem entre Agente e Causa, já que afirmam que nem todos os argumentos demovidos são agentes, explicando, a partir de Marantz (1984) e de Williams (1981) que, nas passivas, o argumento demovido do sujeito para a *by-phrase* (opcional) pode ser tanto uma Causa (ou um Instrumento) quanto um Agente.

A diferença crucial entre Agente e Causa é que esta, que pode ser animada ou inanimada, não envolve intencionalidade – pelo menos não em relação ao evento em questão (KALLULLI apud SOLSTAD & LYNGFELT, 2006, p.9). Segundo os autores, de uma perspectiva semântica, a distinção entre agente e causa corresponde aproximadamente à distinção entre indivíduos (ou entidades) e eventos.

Um Agente é um indivíduo que executa uma ação, enquanto uma Causa é um evento que ocasiona outro evento (ou, talvez, uma relação entre eventos). (p.9)

Ora, encontramos aqui um problema: se só *haverá demissão do agente sse o verbo for agentivo*, e agente envolve volição, como aceitar a demissão de uma Causa? Para evitar a contradição, é introduzida a denominação *passiva de evento*, o que leva, novamente, à criação de uma regra *ad hoc*.

Os autores classificam as passivas em que o elemento demovido é mais uma Causa do que um Agente como *passivas de evento*. Elas só acontecerão, no entanto, com verbos causativos, o que implica dizer que é possível encontrar passivas de “destruir”, por exemplo, com um indivíduo como agente. A razão para estas duas possibilidades estarem disponíveis para os causativos é que um causativo expressa uma relação entre eventos e que certos eventos podem ser construídos sem um agente.

Parece-nos claro que essa classificação acaba criando dificuldades para a identificação de um argumento como agente ou causa ou se uma sentença é uma

passiva ou uma passiva de evento. Para dirimir tais dúvidas, os autores dividem os causativos em (pelo menos) três classes (p.15): inerentemente agentivos (63), não agentivos (64) e com agentividade neutra (65).

- (63) The enemy was executed { by the soldiers
* by a torpedo
* by a lightning }
- (64) The case was washed ashore { * by the soldiers
* by a torpedo
by the undercurrents }
- (65) The ship was destroyed { by the soldiers
by a torpedo
by the undercurrents }

Os verbos inerentemente agentivos como “*execute*” (63) só podem ser interpretados se incluírem um agente intencional. Isso reside na natureza do evento de “executar”, que não permite que um evento não controlado cause a morte do paciente. Por outro lado, um verbo não agentivo como “*wash ashore*” em (64) nunca poderá ser interpretado como tendo um agente, porque apenas forças naturais, que aqui são vistas como eventos, podem ocorrer como sujeitos ativos e na passiva com *by-phrase*, especificando a relação de Causa do verbo. Somente *passivas de evento*, portanto, são permitidas com estes verbos. Na classe de agentividade neutra, ilustrada em (65), os verbos podem variar: podem incluir agentes intencionais ou não intencionais, podendo ocorrer nas *passivas de evento*.

Não seria muito mais simples admitir que, nas sentenças em que o sujeito não é agente nem paciente, a voz verbal presente é a média? Por que criar *um nome do nome*? Seria linguisticamente inadequado analisar esses fenômenos pela lógica das projeções do léxico?

Solstad & Lyngfelt (2006) afirmam ainda que, de uma perspectiva semântica, a passiva compete com construções reflexivas e com outras em que o agente não é expresso obrigatoriamente, como as anticausativas. Anticausativos são verbos muitas vezes considerados derivados dos causativos, em que o anticausativo expressa uma mudança de estado sem um evento causador. Em muitas línguas indo-europeias, eles têm morfologia reflexiva. São vistos, de um ponto de vista mais semântico, como construções de demissão do agente, em que generalização e falta de intencionalidade são importantes.

Para verbos em que a variante reflexiva ou anticausativa não está disponível, como “*destroy*” (66), espera-se ser a passiva mais aberta para leituras

não agentivas, enquanto uma passiva para um verbo como “open” (67)³⁷ deve ser mais agentiva, já que uma variante anticausativa está disponível como uma possibilidade de expressão.

- (66) a. The house was destroyed by an explosion.
 b. *The house destroyed itself.³⁸
- (67) a. The door was opened to air the room.
 b. The door opened to air the room.

Então, segundo os autores, num contexto em que pode haver dúvida sobre se algo foi causado intencionalmente por alguém ou somente por alguma força da natureza, uma passiva sem agente seria a escolha mais natural, enquanto, caso se queira expressar que o evento de “abrir” não foi realmente causado por alguém, mas por alguma força desconhecida ou não especificada, pode-se escolher a variante reflexiva, uma vez que a passiva permite uma leitura intencional, controlada.

Os recortes aqui discutidos serão utilizados para sustentar uma proposta de simplificação da classificação dos verbos e das vozes verbais no PB, o que não significa dizer que concordaremos com tudo que é apresentado na literatura selecionada para fundamentação desta tese. Na verdade, a divergência é que faz com que a ciência progrida.

1.2.6 A voz média na proposta de Camacho para o PB (2003)

Em seu artigo “Em defesa da categoria de voz média no português” (2003), Roberto Camacho defende a ideia de que o português, como língua nominativo-acusativa, trata sujeitos de sentenças sintaticamente ativas como semanticamente afetados ou não afetados pelo estado de coisas representado na predicação. Classifica as sentenças formalmente ativas cujo sujeito é não afetado como básicas de diátese ativa, e as formalmente ativas cujo sujeito é afetado como básicas de diátese média.

Para voz ativa, apresenta a definição de Câmara Jr. (1977), que indica tal denominação como procedente do fato de ser o evento tratado como uma ação, ou atividade de determinada entidade, representada pelo sujeito, de quem pelo menos parte o evento na representação linguística. A voz média é definida, a partir de

³⁷ Os exemplos de (66) e (67) foram adaptados, porque os autores partem de sentenças em alemão, mas nós vamos considerar aqui apenas a versão em inglês.

³⁸ Em PB, a construção “Destruiu-se a casa” é perfeitamente gramatical, sendo considerada uma passiva pronominal, com agente não expresso intencionalmente ou desconhecido.

Lyons (1979, p. 373), como uma categoria flexional que, do ponto de vista formal, constituía, nas línguas clássicas IE, um conjunto paradigmático de sufixos verbais com uma função semântica bem delineada: expressar eventos em que a ação ou o estado afeta o sujeito ou seus interesses.

Segundo Camacho (2003), no PB, a distinção entre a categoria de voz básica, a ativa, e a de média é feita pela presença do clítico “se” em construções sintáticas alternativas com a expressão de diferentes funções semânticas, mais ou menos similares à diátese das línguas clássicas IE. Acrescenta que Câmara Jr. (1972, p. 182-3) fornece três subcategorias de voz média: a média reflexiva, a média recíproca e a média dinâmica. No quadro 3, apresentamos os conceitos correspondentes a essa classificação.

Quadro 3
Subcategorias de voz média a partir de Câmara Jr. (1972) citadas por
Camacho (2003)

Características	Média Reflexiva	Média Recíproca	Média Dinâmica
Construção não pronominal com objeto autônomo mantém inalterada a significação verbal, sempre numa forma ativa	X	X	
A pessoa do sujeito, sob forma de clítico, reaparece no predicado como o centro de um estado de coisas que parte dele, mas que não sai de seu âmbito, eliminando-se, assim, o objeto sobre o qual ela recairia num típico evento transitivo. A construção com o pronome autônomo altera a significação verbal.			X

A partir de tais distinções, argumenta que há um bom indício para se postular uma categoria morfossintática de voz média. Para verificação deste indício, parte de três hipóteses interligadas:

(xiv) As construções médias constituem tipos semânticos bem definidos de predicados, cujo sujeito detém a responsabilidade pelo desencadeamento do evento do qual é também o principal *locus* de seus efeitos. Em função da convergência desses dois *status* semânticos no sujeito, pode-se dizer que as construções médias fundem, na mesma entidade, Iniciador e Ponto de Chegada.

(xv) As construções reflexivo-recíprocas são equivalentes às médias, em termos de convergência desses dois *status* semânticos, mas elas envolvem uma diferenciação conceitual da entidade referencial em duas subpartes discretas, traço que não se aplica às médias. A correlação formal mais evidente dessa diferenciação semântico-cognitiva está no diferente estatuto morfossintático do clítico marcador: é simultaneamente anafórico e coindexado ao NP sujeito nas construções reflexivo-recíprocas e apenas anafórico, jamais coindexado, nas construções médias.

(xvi) Essa caracterização formal conduz a uma terceira hipótese, a de que há uma supressão do clítico a afetar somente as construções médias, o que induziria a pensar que o PB falado estaria passando de sistema de uma forma, em que os dois tipos de construção compartilham a

mesma morfologia, para um sistema de duas formas, em que a ausência do clítico marcaria a medialidade, enquanto a manutenção do clítico, a reflexividade.

Para demonstrar a convergência no sujeito dos status semânticos de iniciador/controlador e entidade afetada (xiv), utiliza-se das sentenças-exemplo, reproduzidas em (68), extraídas do corpus com o qual trabalhou:

- (68) a. É também fácil descobrir como o bebê se consola quando irritado.
 b. Lembre-se que a gente também tem a Quantum.
 c. Cavaco reuniu-se com Ferreira Amaral.
 d. Sendo assim, quem está mal retira-se.

Partindo da classificação de Kemmer (1994), ele delimitou os tipos de verbos encontrados e, considerando o percentual de ocorrência no corpus, constatou que os mais recorrentes foram os de emoção (68a), com 34,0%, os de cognição (68b) e de evento recíproco (68c), cada qual com 13,0%, e de movimento translacional (68d), com 16,0%.

Verificamos, até aqui, que são incluídos na voz média apenas verbos que contêm o marcador morfológico “se”, o que exclui verbos como “amadurecer”, que não têm marcador morfológico. Embora, na seção 2.3 de seu artigo, o autor discuta a possibilidade de supressão do “se” (xvii), ele afirma que essa supressão acontece somente nas construções médias, ou seja, reforça a ideia de a voz média ser morfológicamente marcada.

Certamente alguns verbos inerentemente pronominais no PB pertencem às construções médias; no entanto, há outros que, mesmo não sendo pronominais, também devem ser incluídos nessa classificação. Conforme indicamos na seção 1.2.5, a partir dos estudos de Solstad & Lyngfelt (2006), assumiremos que “[...] um agente é uma entidade animada que intencionalmente executa uma ação [...]”, para que possamos reforçar a nossa hipótese de que, no PB, como em outras línguas IE, a voz média não se caracteriza apenas pela presença do marcador morfológico. É esse o argumento que utilizaremos para discordar da classificação apresentada a seguir.

Camacho exemplifica como os verbos pronominais exclusivamente médios presentes no léxico do PB “queixar-se” e “apaixonar-se” e como médios que se opõem a classes de verbos transitivos “levantar-se” x “levantar” e “virar-se” x “virar”. Acrescenta ainda que, diferentemente dos reflexivos, tais verbos não admitem

comutação plausível entre o clítico e outro NP com preservação de compatibilidade semântica. Em (69), apresentamos os exemplos dados para estes últimos.

(69) a. João virou-se.

b. João virou a pedra.

Com isso, salienta que é possível sustentar a hipótese de que os verbos pronominais são predicados básicos, tipicamente médios, e as formas causativas sem correspondência semântica, predicados derivados por uma regra lexical de aumento de valência. Também em Levin & Rappaport (1995) encontramos a indicação de que a forma intransitiva é a básica, concepção da qual, como já apresentado anteriormente, discordamos.

Para esse tipo de distribuição sintática, traz a classificação que Bacelar do Nascimento e Martins (s/d) propõem para o português contemporâneo, qual seja a identificação de cinco subclasses formalmente distintas de predicados mediais.

Quadro 4

As cinco subclasses formalmente distintas de predicados mediais

Subclasse 1 Verbos exclusivamente médios	Subclasse 2 Verbos com –se e/ou construção resultativa com <i>estar</i>	Subclasse 3 Verbos considerados diferentes itens lexicais	Subclasse 4 Verbos com duplicidade de formulação sintática, mas com o mesmo valor semântico	Subclasse 5 Verbos homônimos sintaticamente, com construção ativo-causativa (que permitem oposição à voz passiva), ou média, pronominal (tem por par a construção resultativa com <i>estar</i>)
Queixar-se	Ressentir-se, estar ressentido	Comportar, comportar-se	Rir, rir-se	Apagar

Fonte: Bacelar do Nascimento e Martins, apud Camacho (2003).

Ao comparar essas subclasses aos verbos do *corpus*, o autor constatou que a incidência maior está nos verbos da subclasse 3 (70c), com 58,0% (54/94), seguidos dos da subclasse 5 (70d), com 36,0% (34/94); os verbos das subclasses 1 (70a) e 2 (70b) correspondem, respectivamente, às menores porcentagens, com 4,0% (4/94) e 2,0% (2/94).

(70) a. [...] designadamente, o PSD que antes ameaçava queixar-se a instâncias internacionais se a lei fosse revista.

b. A sua vida sexual pode ressentir-se tanto durante a gravidez como no futuro.

c. Fale com seu gerente Bradesco e veja como seu filho vai se comportar como um anjinho.

d. [...] que corta o gás caso a chama se apague.

Na análise que faz dessas ocorrências, corrobora a hipótese de que os verbos inerentemente pronominais (subclasses 1 e 2), como “queixar-se”, “arrepender-se” e “levantar-se” são *media tantum*, já que não têm contraparte não pronominal. Há aqui, no entanto, uma contradição, já que o verbo “levantar-se” foi anteriormente identificado como pertencente à classe dos médios que se opõem a classes de verbos transitivos – “levantar” X “levantar-se”, que é, convenhamos, uma classificação mais coerente.

Quanto aos verbos da subclasse 3, como “importar/importar-se”, indica que os inerentemente pronominais dessas duplas são também casos de *media tantum*. Considera que cada um dos verbos do par se constitui numa entrada lexical própria sem correspondência semântica com algum outro predicado. Como para nosso estudo é importante a análise desta chamada subclasse 3, devemos concordar com o fato de que cada verbo se constitui numa entrada lexical própria, afirmação que já havíamos feito a partir da análise da dupla “afogar/afogar-se”, em (x) e (xi), reproduzida (xviii) e (xix).

(xviii) “Afogar” e “afogar-se” são dois verbos diferentes com estruturas argumentais diferentes.

(xix) A diferença entre eles é estabelecida pelo marcador morfológico “se”.

Discordamos, no entanto, de que “importar/importar-se” não têm correspondência semântica com algum outro predicado. Sabemos que não há essa correspondência entre eles, mas certamente o há com outros verbos que com eles compartilhem a mesma estrutura argumental e temática. Se analisarmos o verbo não pronominal dessa dupla, poderemos perceber que ele, assim como outros verbos do PB, projeta um PP, como argumento interno, e um legítimo argumento externo, que, na maioria das sentenças³⁹, aparece deslocado de sua posição inicial. Para verificar essa possibilidade, analisemos os exemplos a seguir.

³⁹ Nas 120 primeiras ocorrências de *importar (se)*, das 1171 reportadas por uma pesquisa no corpus do CETENfolha (Disponível em: <http://www.linguateca.pt/CETENFolha/>), 93 são não pronominais e, dessas, 47 apresentam o argumento externo em posição não inicial.

- (71) a. Importa a Maria ganhar mais dinheiro.
 b. ? João importa a Maria.
 c. Importa a Maria a saúde de João.
 d. A Maria importa a busca da felicidade.

Em nenhuma das sentenças de (71), poderemos classificar o verbo “importar” como inergativo, já que ele seleciona também um PP, tampouco como inacusativo pela mesma razão. Observemos também como nos parece estranha a posição do argumento externo em (71b). Qual seria, então, a estrutura argumental desse verbo? Ficaria no limbo? Ou seria classificado como “*to give*”, no inglês, um verbo com argumento duplo?⁴⁰

No PB, sabemos que esta última classificação não é possível; então, precisamos rever, a partir do Princípio de Projeção, o estatuto argumental deste verbo para que, enfim, o enquadremos em alguma classe. Na GT, ele é classificado como transitivo indireto, mas nosso intuito aqui é a análise linguística, e não a tradicional.

Em (71a), além do PP, ele seleciona um CP – “ganhar mais dinheiro” – e, em (71b,c,d), um NP – “João”, “a saúde de João” e “a busca da felicidade”, respectivamente, sendo (71c,d), na verdade, nominalizações dos CPs “*que* João seja saudável e buscar a felicidade”. E qual seria, então, a posição destes argumentos selecionados por “importar”? O PP é um argumento interno, mas o NP e o CP não o são, já que este verbo projeta a estrutura “alguém/algo importa a alguém/algo”, o que indica representarem eles o argumento externo. Não teríamos, portanto, um argumento interno movido para a posição de sujeito, mas um legítimo argumento externo. Em (72), apresentamos a estrutura argumental deste verbo.

(72) *importar*, V NP/CP [V PP]

Pois bem, e que outros verbos do PB apresentam também este estatuto argumental? Verifiquemos, em (73), alguns exemplos.

- (73) a. A vitória agradou à torcida.
 b. Vencer agradou à torcida.
 c. Interessava ao professor manter os alunos calados.
 d. Interessava ao professor o silêncio dos alunos.

⁴⁰ Ver diferenciação entre *to give* (ingl.) e *dar* (PB) em SILVA (2006).

Em (73a,b), “agradar” tanto pode ter como argumento externo um NP ou um CP, o mesmo acontecendo com “interessar” em (73c,d). Quanto à posição, percebemos que, em (73c,d), o movimento deste argumento para depois do VP parece ser mais harmônico à estrutura do que em (73a,b); no entanto, nas quatro sentenças essa inversão é totalmente legítima. De qualquer forma, a estrutura argumental dos verbos de (73) é exatamente a mesma do de (74).

- (74) a. *agradar*, V NP/CP [V PP]
 b. *interessar*, V NP/CP [V PP]

Essas constatações permitem-nos levantar a hipótese de que há, no PB, uma classe de verbos oblíquos cujo argumento externo tem o papel temático de *fonte*. Seriam eles classificados como verbos de *interesse*, com a estrutura temática que se apresenta em (75).

- (75) NP/CP [V PP]

Fo, Ben

Assim, chegamos à conclusão de que não é adequado afirmar que verbos como “importar” não têm correspondência semântica com algum outro predicado. Demonstramos que eles têm correspondência não apenas sintática como também semântica, inserindo-os em uma classe até então inexplorada na bibliografia selecionada. E, a partir dessa classificação, corroboramos a hipótese que levantamos neste trabalho, qual seja a de que não apenas verbos pronominais indicam voz média, já que a contraparte não pronominal dos verbos das subclasses 3 e 5 também não apresenta sujeito agente.

Precisamos, portanto, reformular a concepção apresentada pelo autor de que, nas construções médias, o sujeito funde dois *status* semânticos, o de Iniciador e o de Ponto de Chegada. Esse fenômeno só se dará se os verbos forem pronominais, pois, se não o forem, o sujeito poderá ter qualquer outro *status* semântico, desde que não seja o de agente ou de paciente. Assim, teremos voz média toda vez em que o verbo – pronominal ou não – selecionar um argumento externo que não seja agente nem paciente.

Quanto à hipótese em (xv), não concordamos com o fato de que, nas construções médias, o clítico “se” é apenas anafórico e de que, nas reflexivo-recíprocas, é simultaneamente anafórico e coindexado com o NP sujeito. Silva (2006, p.98-107) demonstra, a partir das sentenças em (75) que, nas médias, ele é

anafórico e coindexado, e que a diferença entre as construções está nos grupos semânticos a que cada verbo pertence.

(76) a. Depois das denúncias de corrupção, o governador demitiu-se de suas funções.

b. A menina penteou-se.

c. Consideras-te aprovado?

d. Fazia meses que não se viam.

e. Se você está doente, trate-se.

f. Classes sociais arrogam-se (a si mesmas) direitos que a lei lhes nega.

Em (76a-f), as sentenças são dadas como reflexivas pelas gramáticas analisadas pela autora; no entanto, em nenhum dos casos, segundo Kemmer (1993), elas o são. Podem ser todas reunidas, de acordo com o grupo a que pertencem os verbos nelas empregados, conforme a denominação dada por Kemmer (1993). Em (77), apresentamos tais grupos.

(77) a. verbos de discurso

b. verbos de cuidados corporais

c. verbos de conhecimento/cognição

d. verbos de reciprocidade

e. verbos de benefício próprio

Manteremos (77a,c,d,e) como *eventos mentais*, que pressupõem não um agente, mas um experienciador. Assim, em (77a), incluiremos os verbos “demitir-se” e “arrogar-se”, de (76a,f), porque o tipo de ação que designam não é especificamente a fala, mas um processo mental que a envolve. Dessa forma, o seu NP sujeito é afetado pelo que eles expressam, contrariando, portanto, o conceito de que, na voz reflexiva, o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente.

“Pentear-se”, em (76b), a partir da análise que fizemos em 1.2.3, pertence ao grupo dos verbos que dizem respeito aos cuidados corporais, agora considerado de ação, mesmo que esta não extrapole o corpo do indivíduo. Normalmente eram tratados como reflexivos, e, a partir de nossa reclassificação, passarão a sê-lo de fato. Consideraremos legítima, portanto, a substituição de “se” por “a si mesma”.

Em (76c), encontramos um dos verbos de conhecimento/cognição – “considerar-se” – que também não redundará em voz reflexiva. Designa apenas o processo do pensamento, sem que haja qualquer ação ligada a ele. “Ver-se”, em

(76d), e “tratar-se”, em (76e), indicam, respectivamente, reciprocidade e benefício próprio: embora representem um contexto semântico de reflexividade, como os demais aqui analisados, não serão sintaticamente reflexivos, já que não há um sujeito agente.

No caso da transformação de um sistema de marcação única para um sistema de marcação dupla (xvi), aceitamos algumas situações, como a de (78), mas discordamos radicalmente de outras, como as de (79). O autor justifica sua hipótese a partir da língua falada, o que não é adequado para uma análise sintática, já que aquela pressupõe contexto, e esta parte da lexicalização, a qual, segundo Levin e Rappaport (2008, p. 5), é o que o verbo especifica como parte de seu significado e envolve aqueles componentes implicados em todos os usos de um verbo, independentemente de contexto.

(78) “Maria curvou um pouco mais para ver melhor o animal.”

Se houver um contexto esclarecedor, como em (78), podemos aceitar a ausência do clítico. Se não tivermos esse contexto, no entanto, poderemos gerar uma construção ambígua, como é o caso de *curvar(se)* e *maquiar(se)* em (79).

(79) a. ? Eu curvei diante do professor.

b. ? Joana maquiou para a festa.

Em (79a), sem contexto, não podemos determinar se “eu me curvei” ou se “eu curvei o galho”; em (79b), também não podemos determinar se “Joana maquiou a si mesma” ou se “maquiou a filha”. Assim, claro está que a eliminação ou não do clítico dependerá do contexto, e isso não é suficiente para uma descrição linguística. É preciso admitir que os verbos de (79) são pronominais e, portanto, não podem ter o pronome eliminado, sob pena de gerarem sentenças ambíguas. A ausência do pronome não se trata de um caso de eliminação, mas da existência de um outro verbo, ou seja, de uma contraparte não pronominal.

Dessa forma, apesar de concordarmos com a afirmação de Camacho de que o PB é também dotado de uma categoria de voz média, demonstramos, por meio de contraposições a sua argumentação, que algumas questões não foram respondidas por seu trabalho. Não encontramos em seu estudo descrição dos verbos que selecionam PPs nem o reconhecimento de que esta categoria de voz também se dá com verbos não pronominais. Além disso, acreditamos que a proposta de análise da estrutura da língua a partir da língua falada e de suas variantes regionais pouco conhecidas é um empecilho a uma padronização.

1.3 RESUMO

Apresentaremos, por meio do Quadro 5, um resumo das ideias defendidas pelos autores discutidos na seção 1.2. Foram elas que nortearam a concepção da *Hipótese do Argumento Externo Latente*, seja porque nos levaram a questioná-las, seja porque encontramos nelas o suporte adequado para nossa pesquisa.

Quadro 5

Resumo da revisão de bibliografia

Autor	
Burzio (1986)	<p>Três classes de verbos: transitivo, intransitivo e ergativo (AVB/VB)</p> <p>Generalização: Um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo (o sujeito) se atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno (o objeto direto), e vice-versa, ou seja, só atribui Caso acusativo a seu argumento interno se atribuir papel temático a seu argumento externo. Tal relação é expressa pelas representações - $\Theta_s \rightarrow -A$ e - $A \rightarrow -\Theta_s$, que resultam em $\Theta_s \leftrightarrow A$.</p> <p>Se/SE: (i) o <i>reflexivo</i> é um objeto direto clítico que recebe Caso e Papel temático; (ii) o <i>ergativo</i> e o <i>reflexivo inerente</i> são afixos que não têm outra função sintática senão a de marcar a ausência de atribuição de Papel temático para a posição de sujeito, e os verbos que os regem são ergativos. A única diferença que se estabelece entre eles é que os verbos que pedem o <i>reflexivo inerente</i> não têm uma alternância transitiva em relação aos pares AVB/BV; (iii) o <i>reflexivo obrigatório</i> acontece com verbos que são transitivos e requerem obrigatoriamente a presença de um reflexivo dativo beneficiário; e (iv) o <i>impessoal</i> ocorre entre outros clíticos e o verbo, segue-se à negação, como em <i>Non si leggerà quegli articoli</i> [Não se lerão quaisquer artigos] e resiste à coordenação com outro NP, como em *[<i>Maria e si</i>] <i>leggerà quegli articoli</i> [[<i>Maria e se</i>] lerão quaisquer artigos]</p>
Klaiman (1991)	<p>Em todos os sistemas, os verbos que se alternam nas vozes ativa e média são basicamente transitivos; entretanto, qualquer sistema com alternância verbal ativa/média também tem uma classe de verbos exclusivamente médios e outra de verbos exclusivamente ativos. Há uma tendência de que os médios sejam exclusivamente intransitivos, mas a correlação não é absoluta. Verbos exclusivamente médios ou exclusivamente ativos podem ser transitivos ou intransitivos. Por outro lado, formas de alternância ativa/média tendem a ser intransitivas.</p>
Kemmer (1993)	<p>A Voz Média é aquela em que a ação ou estado afetam o sujeito do verbo ou seus interesses: a chamada <i>afetação do sujeito</i>; existe uma série de eventos que seriam o parâmetro por meio do qual se estabeleceria a diferença entre média e voz reflexiva. É neles, mais precisamente em sua elaboração, que reside a propriedade chamada <i>elaboração relativa de ventos</i>.</p> <p>As situações-tipo: a. ações de cuidados corporais – verbos como <i>lavar-se, vestir-se, barbear-se</i>, que movem o corpo, mas sem mudança global de posição; b. ações emotivas do discurso - verbos como <i>lamentar, confessar, queixar-se</i> indicam não especificamente o discurso, mas um evento mental que o envolve; c. eventos de conhecimento/cognição – verbos como <i>cogitar, ponderar, considerar</i> representam o puro processo do pensamento; d. eventos recíprocos – verbos como <i>encontrar-se, abraçar-se, cumprimentar-se</i> são ações em que a relação entre dois participantes é usualmente ou necessariamente mútua ou recíproca; e. ações de benefício próprio – verbos como <i>perguntar, pedir, adquirir</i> incluem ações em que o Agente é normalmente um participante Recebedor ou Beneficiário da ação verbal; f. eventos espontâneos – verbos como <i>crescer, germinar, evaporar</i> não envolvem a participação direta de um Agente humano.</p>

cont. Autor	
Levin & Rappaport (1995)	<p>Duas classes de verbos intransitivos, os <i>inacusativos</i> e os <i>inergativos</i>, cada um associado a uma configuração sintática subjacente diferente.</p> <p>a. Verbo Inergativo: NP [VP V]</p> <p>b. Verbo Inacusativo: _____ [VP V NP/CP]</p> <p>O papel semântico de um argumento é determinado pelo significado do verbo que o seleciona.</p> <p>Argumentos agente são sujeitos na D-S, e argumentos paciente/tema são objetos na D-S. Assim, embora a UH indique que a distinção entre as duas classes de verbos é sintaticamente <i>representada</i>, originalmente ela foi semanticamente <i>determinada</i>.</p>
Solstad & Lyngfelt (2006)	<p>O Agente é demovido quando sai da posição de argumento externo para uma outra posição, uma <i>by-phrase</i>, por exemplo, nas construções passivas, e tal movimento tem relação direta com as noções de agentividade e de demissão. Esta só será possível quando aquela existir, i.e., só haverá demissão do Agente se o verbo for agentivo.</p> <p>As sentenças ativas prototípicas são transitivas e vice-versa, e a transitividade é frequentemente considerada um pré-requisito para a diátese ativo-passiva. No entanto, há vários casos nos quais uma sentença pode ser menos transitiva sem ser necessariamente passiva. Em alguns casos, é apenas uma questão de diferentes estruturas argumentais para diferentes verbos; em outros, vários dispositivos gramaticais são empregados para marcar estruturas que têm baixa transitividade.</p> <p>Com respeito à dimensão ativo-passiva, inergativos são mais ativos, e inacusativos são mais passivos. Os verbos inacusativos com alternância, dependendo de sua estrutura argumental – acusativa ou inacusativa –, tanto poderão ser ativos quanto passivos; além disso, tanto eles quanto os morfemas reflexivos são indicadores de baixa transitividade.</p> <p>Os autores dividem os verbos causativos em (pelo menos) três classes: inerentemente agentivos, não agentivos e com agentividade neutra. Os verbos inerentemente agentivos como <i>execute</i> só podem ser interpretados se incluírem um agente intencional, já que a natureza do evento de <i>executar</i> não permite que um evento não controlado cause a morte do paciente. Por outro lado, um verbo não agentivo como <i>wash ashore</i> nunca poderá ser interpretado como tendo um agente, porque apenas forças naturais, que são vistas como eventos aqui, podem ocorrer como sujeitos ativos e na passiva com <i>by-phrase</i>, especificando a relação de Causa do verbo. Somente <i>passivas de evento</i>, portanto, são permitidas com estes verbos. Na classe de agentividade neutra, os verbos como <i>destroy</i> podem variar: podem incluir agentes intencionais ou não intencionais, podendo ocorrer nas <i>passivas de evento</i>.</p> <p>De uma perspectiva semântica, a passiva compete com construções reflexivas e com outras em que o agente não é expresso obrigatoriamente, como as anticausativas. Anticausativos são verbos muitas vezes considerados derivados dos causativos, em que o anticausativo expressa uma mudança de estado sem um evento causador. Em muitas línguas indo-europeias, eles têm morfologia reflexiva. São vistos, de um ponto de vista mais semântico, como construções de demissão do agente, em que generalização e falta de intencionalidade são importantes.</p> <p>Para verbos em que a variante reflexiva ou anticausativa não está disponível, como <i>destroy</i>, espera-se ser a passiva mais aberta para leituras não agentivas, enquanto uma passiva para um verbo como <i>open</i> deve ser mais agentiva, já que uma variante anticausativa está disponível como uma possibilidade de expressão.</p> <p>a. The house was destroyed by an explosion. c. *The house destroyed itself. d. The door was opened to air the room. e. The door opened to air the room.</p>

cont.	
Autor	
Camacho (2003)	<p>O português, como língua nominativo-acusativa, trata sujeitos de sentenças sintaticamente ativas como semanticamente afetados ou não afetados pelo estado de coisas representado na predicação. As sentenças formalmente ativas cujo sujeito é não afetado são básicas de diátese ativa, e as formalmente ativas cujo sujeito é afetado, básicas de diátese média.</p> <p>A denominação de voz ativa advém do fato de ser o evento tratado como uma ação, ou atividade de determinada entidade, representada pelo sujeito, de quem pelo menos parte o evento na representação linguística.</p> <p>A voz média é uma categoria flexional que, do ponto de vista formal, constituía, nas línguas clássicas IE, um conjunto paradigmático de sufixos verbais com uma função semântica bem delimitada: expressar eventos em que a ação ou o estado afeta o sujeito ou seus interesses.</p> <p>Três hipóteses interligadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As construções médias constituem tipos semânticos bem definidos de predicados, cujo sujeito detém a responsabilidade pelo desencadeamento do evento do qual é também o principal <i>locus</i> de seus efeitos. Em função da convergência desses dois <i>status</i> semânticos no sujeito, pode-se dizer que as construções médias fundem, na mesma entidade, Iniciador e Ponto de Chegada. 2. As construções reflexivo-recíprocas são equivalentes às médias, em termos de convergência desses dois <i>status</i> semânticos, mas elas envolvem uma diferenciação conceitual da entidade referencial em duas subpartes discretas, traço que não se aplica às médias. A correlação formal mais evidente dessa diferenciação semântico-cognitiva está no diferente estatuto morfossintático do clítico marcador: é simultaneamente anafórico e coindexado ao NP sujeito nas construções reflexivo-recíprocas e apenas anafórico, jamais coindexado, nas construções médias. 3. Essa caracterização formal conduz a uma terceira hipótese, a de que há uma supressão do clítico a afetar somente as construções médias, o que induziria a pensar que o PB falado estaria passando de sistema de uma forma, em que os dois tipos de construção compartilham a mesma morfologia, para um sistema de duas formas, em que a ausência do clítico marcaria a medialidade, enquanto a manutenção do clítico, a reflexividade.

2. VERBOS, CASO E PAPÉIS TEMÁTICOS NO PB

Este capítulo tratará da classificação dos verbos e das vozes verbais na **Nova Gramática do Português Contemporâneo** (doravante **NGPC**), Cunha & Cintra (2007) e na **Nova Gramática do Português Brasileiro** (doravante **NGPB**), Castilho (2010). Serão utilizados aqui os exemplos de relevância para a argumentação em favor de uma revisão na NGB, especificamente na classificação de verbos e de vozes verbais do PB.

No desenvolvimento, tendo como base a GB, analisaremos a validade dos conceitos apresentados pelos manuais em questão, bem como a coerência de seus exemplos para as vozes verbais. Faremos um estudo de cada gramática em separado, mas agruparemos os dados, no final da seção, de acordo com a combinação/semelhança que haja entre eles.

2.1 NGPC (CUNHA & CINTRA, 2007)

O conceito de sujeito é sobremaneira relevante para a análise que faremos, já que pretendemos estabelecer adequadamente os papéis temáticos que ele pode exercer em uma sentença. Assim, começaremos com a forma como a NGPC o define (p. 145-6):

O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito. (p. 136)

Da atitude do sujeito

Com verbos de ação - Quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito com referência a processo verbal pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo.

Com verbos de estado – Quando o verbo evoca um estado, a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é agente ou paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve.

Essas informações são os condutores de todo o trabalho com as vozes verbais. Quanto à ativa, por exemplo, caracteriza-a como aquela em que “[...] o sujeito é agente, isto é, faz a ação expressa pelo verbo”. Desse modo, se o sujeito é o agente, o verbo será agentivo, e o seu NP complemento será paciente. Levando em consideração a GB, modelo teórico que norteia esta pesquisa, essa definição não viola nem o Critério- θ nem o Princípio de Projeção, mantendo-se em sintonia com os princípios que regem a UG.

Quanto à passiva, explica a transformação de uma oração ativa em passiva, afirmando que,

quando uma oração contém um verbo com objeto direto, ela pode assumir a forma passiva, mediante as seguintes transformações:
a) o objeto direto passa a ser sujeito da passiva;
b) o verbo passa à forma passiva analítica do mesmo tempo e modo;
c) o sujeito converte-se em agente da passiva. (p.162)

Embora haja a informação de que o verbo precisa de objeto direto, não há qualquer indicação de que deva ser agentivo. A ausência de tal informação poderá criar problemas àquele professor que, para dar suas aulas, não vai além das gramáticas escolares. Haverá sempre uma *Laura*⁴¹ a perguntar por que o verbo “saber” pode gerar passiva se não é um verbo de ação. Em que se baseará esse professor para explicar a ela que o exemplo dado contraria o conceito?

Na voz passiva pronominal, apresenta o pronome apassivador “se” e acrescenta que a “terceira pessoa verbal, singular ou plural”, deverá estar “em concordância com o sujeito”. Em afirmação anterior, os autores informaram ter de ser este verbo transitivo. Essas definições de passiva pronominal poderiam levar-nos a considerar (80) uma passiva pronominal.

(80) Passam-se os tempos.

Baseando-nos apenas nessas informações, verificaremos que a sentença apresenta uma forma verbal de terceira pessoa que concorda com o sujeito, um verbo ativo, segundo classificação da GT, e o pronome se. Poderíamos, assim, aceitar essas condições como características de passiva pronominal. Ao analisarmos tal oração à luz da GB, mostraremos que esse não é um caso de passiva, mas de voz média.

O verbo “passar” indica ação (na classificação da GT), mas, em (80), não é transitivo direto nem não apresenta, segundo a Teoria- θ , um NP sujeito agente e um NP objeto paciente, condições básicas para a formação das passivas. Antes disso, em (80), “passar” é um VI; projeta apenas um argumento externo, o que inviabiliza a classificação de (80) como passiva pronominal. Em (81), temos a estrutura argumental desse verbo.

(81) *passar*, V + NP []

⁴¹ Aluna da autora em uma turma de 3ª série de EM.

Para caracterizar essa sentença como voz média, valemo-nos da *afetação do sujeito*, ou seja, do fato de que a ação ou estado afeta o sujeito do verbo ou seus interesses (Lyons, 1969. *apud* Kemmer, 1993). “Passar” pode ser incluído em uma das categorias descritas por Kemmer (1993), a dos verbos que denotam eventos espontâneos, na qual estão incluídos “crescer”, “germinar”, “brotar”. Assim, em (80), o NP sujeito não pratica nem sofre a ação, mas é afetado por ela, e o pronome “se” é apenas um expletivo, o que caracteriza um caso de voz média.

Já, em relação à passiva analítica, temos a explicação padrão de verbo “ser” + *particípio passado* do verbo principal. Entretanto, se formos buscar informações sobre verbos auxiliares e locuções verbais, poderemos encontrar algumas inadequações nesses conceitos, especialmente nos exemplos apresentados para locuções verbais. Nas observações que agregam à transformação da oração ativa em passiva, os autores apresentam também como verbos auxiliares formadores de passiva “ir” e “vir”. Se tomarmos um dos exemplos – “os pais vinham acompanhados dos filhos”, concordaremos, obviamente levando em consideração as informações dadas, que é um caso de passiva e que a ativa correspondente seria “os filhos acompanhavam os pais”. No entanto, se o aluno tiver de analisar uma frase como “os pais vinham cansados”, poderá considerá-la passiva porque acredita que ela tem um verbo auxiliar – “vir” – e o particípio do verbo principal – “cansados” – o que não se verifica nesse caso.

Seguindo a GB, veremos que “vir” é o verbo principal e que “cansados” é um sintagma adjetival, como representado abaixo.

(82) [_{IP} [_{NP} os pais][_{I'} +T+Agr[_{VP}[_V vinham [_{AP} cansados]]]]]

Na GT, “vinham cansados” caracteriza um caso de predicado verbo-nominal, como “chegaram atrasados”, por exemplo. As duas orações têm a mesma representação de VP, que apresenta dois núcleos, um V e um AP. A GT costuma separar o VP em duas orações – uma com predicado verbal e outra com predicado nominal – para que se perceba a importância dos dois núcleos. Assim, “os pais vinham cansados” transformar-se-ia em “os pais vinham e em os pais estavam cansados”; e “chegaram atrasados”, em “chegaram e em estavam atrasados”.

Ainda em relação à passiva analítica, ao caracterizar os verbos “ser”, “estar” e “ficar” como auxiliares, classificam-na em três tipos: *voz passiva de ação*, *voz passiva de estado* e *voz passiva denotadora de mudança de estado*. A de ação – “exercícios foram feitos por mim” – seria a correspondente à transformação de uma

estrutura ativa; a de estado e a de mudança de estado não teriam correspondentes na ativa – “estou arrependido do que fiz” e “ficou molhado”. No entanto, percebemos claramente que os últimos dois casos pertencem à voz média, uma vez que o sujeito das orações é afetado, respectivamente, pela ação de “arrepender-se” e pelo estado de “molhado”.

Classificar a voz passiva como *de estado e/ou denotadora de mudança de estado* contraria, mais uma vez, as condições dadas para a transformação de ativa em passiva: como o sujeito será paciente, se não há ação? Quem será o agente da passiva, se não há, pelo menos nos exemplos dados, o NP objeto? Se, no entanto, fosse agregada a essas condições a informação de que uma estrutura passiva não é obrigatoriamente gerada de uma ativa, elas ficariam bem mais coerentes, embora ainda não fossem totalmente adequadas porque continuaria *em cena* o sujeito paciente.

Quanto ao conceito de agente da passiva, indicam que é o “[...] ser que pratica a ação na voz passiva [...]” e apresentam alguns exemplos com verbos de emoção, como é o caso de “Ele dela é **ignorado**” e “Mariana era **apreciada**”⁴² por todos quantos iam a nossa casa, homens e senhoras”, em que “dela” e “por todos quantos iam a nossa casa” são considerados agentes da passiva. Em ambas as orações, o NP sujeito é experienciador, e não paciente, já que nenhum dos verbos é agentivo.

No que se refere à voz reflexiva, há a informação de que é expressa juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos me, te, nos, vos e se (singular e plural). Nada mais é acrescentado, a não ser exemplos, todos com o mesmo verbo, com cada um dos pronomes oblíquos citados. Esse conceito mostrase incompleto porque, como já vimos na passiva pronominal, não basta apenas se juntar um pronome oblíquo a um verbo ativo para que se tenha voz reflexiva. Se assim fosse, a sentença em (83) deveria ser considerada reflexiva:

(83) “Vai-se a primeira pomba despertada”⁴³

O verbo de (83) é ativo e acrescentou-se a ele o pronome oblíquo “se”, mas esse não é um caso de voz reflexiva porque o pronome, aí, é apenas um expletivo: se o eliminarmos, a oração manterá o mesmo significado. Além disso, “ir” é VI,

⁴² Grifos do autor.

⁴³ As Pombas, Raimundo Corrêa.

projetando apenas argumento externo, o que impede a classificação de (83) como voz reflexiva.

Para termos, a partir deste manual, um conceito de reflexiva mais detalhado, precisaremos nos valer do capítulo que trata do emprego de “se”, em que os autores explicam a sua utilização como reflexivo. Isso não garante, no entanto, a eficiência da explicação, pois, como já dissemos, os exemplos misturam voz reflexiva e voz média. Quanto à voz média, nenhuma definição é apresentada, ainda que sentenças nessa voz estejam presentes numa boa parte dos exemplos que são dados como voz passiva ou reflexiva.

Dos exemplos apresentados para a voz ativa, há um com o verbo “ferir” e outro com o verbo “ver”. Mais uma vez, temos um caso de verbo que não indica ação, mas um evento mental. Kemmer (1993) o inclui naqueles de percepção, em que o experienciador é concebido e marcado como o iniciador. Em (84), apresentamos a sentença com *ver*.

(84) “Não vejo rosas neste jardim.”

O NP “eu”, que está elíptico, não é agente porque “ver” não implica movimento extracorpóreo, e o NP “rosas” não é paciente, mas tema. Chegamos a essas conclusões a partir do Critério- θ ⁴⁴, que esclarece situações aparentemente muito complicadas e difíceis de explicar, se analisadas apenas pela visão da GT. Por meio dele, corroboramos a hipótese de que tal sentença não cabe como um exemplo de voz ativa.

Para a voz passiva, transformam, com algumas modificações, as sentenças que deram como voz ativa. Em (85), transcrevemos essas sentenças:

(85) a. “Pedro foi ferido por João.”

b. “Não se vê (=é vista) uma rosa no jardim.”

c. “Não se vêem (=são vistas) rosas no jardim.”

Consideraremos (85a) um exemplo de passiva, uma vez que obedece ao que preceituam o Critério- θ e o Princípio de Projeção. Já (85b,c) não podem ser, à luz da GB, aceitas como passiva porque a utilização de um verbo de percepção inviabiliza essa classificação. Então, dos três exemplos, apenas um é válido.

Apesar de os exemplos de voz ativa e de passiva apresentarem uma série de problemas, é nos de voz reflexiva que encontraremos as maiores inconsistências

⁴⁴ Todo NP tem de ser tomado como o argumento de algum predicado; além disso, ele só pode ser tomado como tal uma vez (RIEMSDIJK E WILLIAMS, 1986).

e o maior número de casos de voz média. Em (86), apresentaremos uma dessas sentenças que não pertencem à voz reflexiva, e a analisaremos em seguida.

(86) “Os nossos olhos muito perto, imensos/ No desespero desse abraço mudo,/ Confessaram-se tudo.”

“Confessar-se”, apesar de pertencer aos verbos do discurso, será incluído nos de reciprocidade, porque a oração em que está aceita a substituição por “um ao outro”, o que garante a reciprocidade, mas não reflexividade. Os verbos do discurso indicam mais uma intenção do que uma ação, e isso não gera voz reflexiva. Assim, (84) não é um exemplo de voz reflexiva, mas de voz média, e o pronome oblíquo que carrega é apenas um anafórico, como podemos observar na derivação a seguir.

(87) [IP [NP os nossos olhos_i] [_i]’ +T+Agr[VP[V confessaram][PP[_p t [se_i [NP tudo]]]]]]]

Como o “se” está na mesma oração de seu antecedente, a coindexação indica a anáfora, obedecendo ao Princípio A da Teoria da Ligação. O NP “os nossos olhos” é o sujeito de (87), porque a Infl [+Agr] rege Caso Nominativo; não exerce, porém, pelas razões que já explicamos anteriormente, o papel-θ de Agente.

A seguir, o quadro com a distribuição dos verbos utilizados por Cunha & Cintra (2007) para exemplificação da atitude do sujeito, das vozes verbais, do agente da passiva e dos valores do “se”.

Quadro 6

Descrição do sujeito, de agente da passiva, das vozes verbais e dos valores do se na Nova gramática do português contemporâneo (2007) – adaptado de: SILVA (2006, p.79-83)

Tópicos analisados	Definição	Exemplos/Verbos
Sujeito	<p>1. O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito.</p> <p>2. Representação do sujeito: Os sujeitos da 1ª e da 2ª pessoa são, respectivamente, os pronomes pessoais <i>eu</i> e <i>tu</i>, no singular; <i>nós</i> e <i>vós</i> (ou combinações equivalentes: <i>eu e tu</i>, <i>tu e ele</i>, etc.), no plural.</p> <p>Os sujeitos da 3ª pessoa podem ter como núcleo</p> <p>a) um substantivo b) os pronomes pessoais <i>ele</i>, <i>ela</i> (singular); <i>eles</i>, <i>elas</i> (plural) c) um pronome demonstrativo, relativo, interrogativo, ou indefinido d) um numeral e) uma palavra ou expressão substantivada f) uma oração substantiva subjetiva</p> <p>3. Atitude do sujeito: - Com verbos de ação - a atitude do sujeito com</p>	<p><i>Este aluno obteve ontem uma boa nota.</i></p> <p>a) Matilde entendia isso. b) – <i>Esperam que eles as tomem!...</i> c) Quem disse isso? d) Os dois riram-se satisfeitos. e) O por fazer é só com Deus. f) Era forçoso que fosse assim.</p>

	<p>referência a processo verbal pode ser de</p> <p>a) atividade, b) passividade, ou c) atividade e passividade ao mesmo tempo.</p> <p>- Com verbos de estado - a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é agente ou paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve.</p>	<p>a) Maria levantou o menino. b) O menino foi levantado por Maria. c) Maria levantou-se.</p> <p><i>Pedro é magro.</i></p>
Voz Ativa	<p>ATIVA: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>praticado</i> pelo sujeito.</p>	<p><i>João feriu Pedro.</i> <i>Não vejo rosas neste jardim.</i></p>
Agente da Passiva, transformação da oração ativa em passiva & Voz Passiva	<p>PASSIVA: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>sofrido</i> pelo sujeito. Exprime-se a VOZ PASSIVA: - com o VERBO AUXILIAR <i>ser</i> e o PARTICÍPIO do verbo que se quer conjugar. Pode indicar ação, estado, mudança de estado e movimento. - com o PRONOME APASSIVADOR <i>se</i> e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito. Quando uma oração contém um verbo com objeto direto, ela pode assumir a forma passiva, mediante as seguintes transformações: a) o objeto direto passa a ser sujeito da passiva; b) o verbo passa à forma passiva analítica do mesmo tempo e modo; c) o sujeito converte-se em agente da passiva.</p> <p>AGENTE DA PASSIVA é o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Este complemento verbal – normalmente introduzido pela preposição <i>por</i> (ou <i>per</i>) e, algumas vezes, <i>de</i> – pode ser representado: por substantivo ou palavra substantivada, por pronome, por numeral, por oração substantiva</p>	<p><i>Pedro foi ferido por João.</i> <i>Não se veem [são vistas] rosas neste jardim.</i></p> <p>Verbos dos demais exemplos</p> <p>Ferir, ver, ler, escrever/subscrever, apreciar, ignorar, proferir, expor, ouvir, corroer, aumentar, conter, escutar, tocar (com o sentido de comover-se), atormentar, acompanhar</p>
Voz Reflexiva	<p>REFLEXIVA: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>praticado e sofrido</i> pelo sujeito. Exprime-se a VOZ REFLEXIVA juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos <i>me, te, nos, vos</i> e <i>se</i> (singular e plural).</p>	<p><i>João feriu-se.</i> <i>Dei-me pressa em sair.</i></p>
Valores de se	<p>O pronome <i>se</i> emprega-se como:</p> <p>OBJETO DIRETO (emprego mais comum), OBJETO INDIRETO (emprego menos raro quando exprime a reciprocidade da ação) SUJEITO DE UM INFINITIVO PRONOME APASSIVADOR SÍMBOLO DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO PALAVRA EXPLETIVA (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito) PARTE INTEGRANTE DE CERTOS VERBOS QUE GERALMENTE EXPRIMEM SENTIMENTO OU MUDANÇA DE ESTADO</p>	<p>Verbos dos exemplos</p> <p>Tranquilizar-se, ver-se, dar-se, perguntar-se, confessar-se, chocar-se (com o sentido de bater-se), deixar-se, ouvir-se, fazer-se, viver-se, comer-se, dormir-se, martelar-se, serrar-se, acepillar-se, morrer-se, ir-se, atrever-se, queixar-se, arrepende-se.</p>

Nesta seção, fizemos um levantamento dos conceitos na NGPC para *a atitude do sujeito, o agente da passiva, as vozes verbais* e os *valores do se*, discriminando os verbos utilizados nos exemplos (Quadro 6). Além disso, demonstramos como esses exemplos contrariam, muitas vezes, as explicações apresentadas pelos autores. Temos constatado, até aqui, a necessidade de uma revisão na NGB, proposta sobre a qual nos debruçamos neste trabalho, que será sistematizada no capítulo 3.

2.2 NGPB (CASTILHOS, 2010)

Para manter o paralelismo com a análise que fizemos da **Nova Gramática do Português Contemporâneo**, de Cunha & Cintra (2007), buscaremos em Castilho (2010) as explicações para **sujeito, agente da passiva, vozes verbais e empregos de se**.

O autor organiza sua **Nova Gramática do Português Brasileiro** (2010) a partir da *Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista*, definida pelos seguintes postulados (CASTILHO, 2010, p. 69):

(1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas são objetos autônomos; (4) as estrutura linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua.

Orienta-nos sobre o fato de que este modelo está em desenvolvimento e apresenta-nos uma representação gráfica dos sistemas de que é feita uma língua segundo essa teoria.

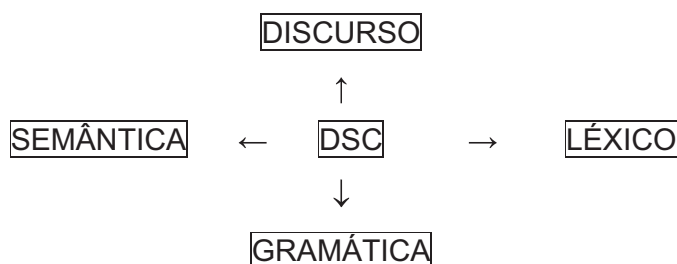


Figura 1: representação gráfica dos sistemas de que é feita uma língua. (CASTILHO, 2010, p. 69)

O *dispositivo sociocognitivo* (DSC), no centro da Figura 1, afeta todos os sistemas linguísticos, como indicam as setas partindo dele, e a ausência de linhas reunindo-os demonstra a independência de uns em relação aos outros. Poderão ocorrer interfaces, mas não haverá regras de dependência.

Podemos observar aqui a diferença de visão entre a *Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista* (doravante TMFC) e a GB, cujos princípios se apoiam na UG, que independe de qualquer contexto comunicacional para explicar o funcionamento das línguas. No entanto, há entre esses dois modelos teóricos uma coincidência importante, que é o fato de ambos considerarem a língua alicerçada em um aparato cognitivo, embora aquele (TMFC), a partir da análise que fizemos, pareça-nos distanciar-se desse “alicerce”.

De acordo com a abordagem multissistêmica da língua, o sujeito é apresentado a partir de suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas. Do ponto de vista sintático, é considerado o constituinte que reúne as seguintes propriedades:

- (88) (xx) é expresso por um sintagma nominal;
- (xxi) figura habitualmente antes do verbo;
- (xxii) determina a concordância do verbo;
- (xxiii) é pronominalizável por *ele*; e
- (xxiv) pode ser elidido.

Com as frases (a) **Eu** estive no Cumaná; (b) \emptyset Fiquei lá durante três meses; (c) **Eu** conheci bastante o povo de lá; (d) **Luís** descobriu a pólvora; (e) Hoje \emptyset te peguei; e (f) É possível **que eles venham hoje**⁴⁵, mostra que o sujeito pode figurar com uma expressão nominal (d), uma expressão pronominal ((a) e (c)), uma sentença toda (f) e um zero sintático ((b) e (e)). Constata, a partir dessas propriedades, que, no PB, o sujeito pode ser preenchido por diferentes classes gramaticais ou pode ser elidido, postulando que essa função foi “preenchida”⁴⁶ por uma categoria vazia.

Em relação ao estabelecido em (88), não houve qualquer informação que já não estivesse prevista na GB. Ao perguntar ao leitor se “achou esquisito que em nossa língua o silêncio também seja funcional”, o autor parece sugerir que a categoria vazia é uma novidade na construção das sentenças em PB, o que nos parece ser inconsistente. A discussão que se segue, no entanto, não será aqui explicitada porque traz análises que não serão pertinentes ao nosso estudo. Interessa-nos, sim, verificar se esse sujeito é projetado pelo verbo, o que determinará sua existência, elidido ou não.

⁴⁵ Grifos do autor.

⁴⁶ Grifo do autor.

O ponto de vista discursivo considera a sentença como o lugar de informação; assim, o sujeito é aquele ou aquilo de que se declara algo; é o ponto de partida de predicação, é o tema. Essa abordagem informacional da sentença, que se confunde com a da GT, é descrita pelo autor como *teoria da articulação tema-rema*.

Examinando os temas selecionados por um dos falantes do Projeto Nurc, constatou que, dentre os sintagmas nominais, apenas 74% assumiram a função sentencial de sujeito, o que mostra que a categoria do tema discursivo não corresponde categoricamente à do sujeito sintático. Isso indica, segundo autor, que os gramáticos tradicionais não estão enganados quando dão preferência a uma definição discursiva do sujeito. Essa afirmação, no entanto, parece contrariar todas as discussões que têm sido feitas, em estudos linguísticos mais recentes, no sentido de descaracterizar a eterna definição de que “o sujeito é o ser que pratica a ação”.

Conclui, a partir dessas constatações, que os falantes cultos do PB desenvolvem estratégias “interessantes”⁴⁷ para constituir o sujeito:

- (89) (xxv) promovem uma sondagem psicopragmática do tema sujeito; e
 (xxvi) constituem o tema-sujeito por derivação do rema.

Com situações como (a) *agora o:: o:: eu não sei bem por que chamavam colonos*, (b) **M** – *o trabalhador recebe aquilo* / **R** – **aquilo** *a que ele tem direito*, e (c) **M** – *a gente não enxerga por bloqueio* / **R** – *e esse bloqueio tem de andar*, exemplifica (xxv) e (xxvi) de (89), respectivamente.

Em (a), o falante está determinando um substantivo não verbalizado; nas palavras de Castilho (2010), “uma espécie de sintagma nominal que não deu certo”. Para que não se modifique o preceituado por Lyons (1977), que “os determinantes são modificadores que se combinam com os nomes para produzir expressões cuja referência é determinada em termos de identidade do referente”, indica que será preciso postular uma espécie de “determinação psicopragmática”, aplicável a um tópico que se está buscando configurar.

Em (b) e (c), um rema propriamente dito pode ser retomado na sentença seguinte e recategorizado como tema-sujeito. No exemplo, **M** significa *matriz*, a primeira ocorrência de um item lexical, e **R**, *repetição*, as ocorrências subsequentes. Explica o autor que, em (b),

⁴⁷ Grifo nosso.

um sintagma nominal objeto direto foi repetido, recategorizando-se como tema-sujeito. Esse é um processo muito frequente, e evidencia que um termo sentencial migra para a função de sujeito uma vez que seu referente se tenha fixado na consciência de seu interlocutor.

e, em (c),

o mesmo ocorreu com um sintagma preposicional funcionando como adjunto adverbial, que ao ser recategorizado sofreu o acréscimo de um demonstrativo na sua margem esquerda, para assegurar a continuidade do referente. (CASTILHO, 2010, p. 296)

Vamos analisar tais estruturas à luz da GB, sem, em absoluto, considerar menores os estudos da Escola de Praga, e apresentar contraposições às afirmações feitas na NGPB. Voltemos, em (90), aos exemplos (a), (b) e (c).

(90) (a') *agora o:: o:: eu não sei bem por que chamavam colonos*

(b') *M – o trabalhador recebe aquilo / R - aquilo a que ele tem direito*

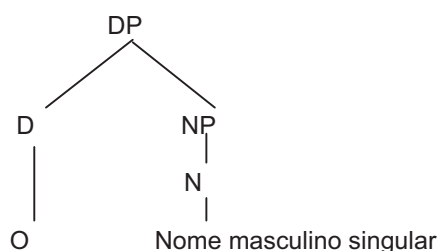
(c') *M – a gente não enxerga por bloqueio / R – e esse bloqueio tem de andar*

Em (a'), o determinante projeta o nome que o acompanha, que é masculino e singular, sem que seja necessária qualquer *determinação psicopragmática*. A “espécie de sintagma nominal que não deu certo” não se configura, já que o determinante encabeça uma das categorias da sentença, qual seja o DP, como pode ser verificado na *Hipótese DP* (FUKUI E SPEAS, 1986, *apud* RAPOSO, 1992, p. 209-213).

Segundo esta hipótese, os NPs na teoria de Chomsky (1970) ou de Stowell (1981) são na realidade *Grupos de Determinantes* (DPs, do Inglês “Determiner Phrase”), projeções da categoria D e não da categoria N. O papel reservado à projeção de N (ou seja, NP) é o de complemento de D, tal como VP é o complemento de I e IP é o complemento de C. (Raposo, 1992, p. 210)

Dessa forma, podemos representar graficamente, em (91), o DP de (a').

(91)



Assim, a menos que houvesse um VP – de que todo este constituinte fosse o sujeito – não há como considerá-lo sujeito. Claro fica, a partir da representação no diagrama, que ele faz parte do PP e que foi movido de sua posição original, deixando apenas um traço.

Em (c'), de qualquer forma a posição do sujeito seria preenchida, já que o verbo “ter de” projeta um NP sujeito e um CP objeto, i.e., mesmo que esse constituinte tenha sido buscado por meio de *tema e rema*, ele já existia no escopo do verbo. Corroboramos mais uma vez, portanto, a hipótese de que, independentemente de contexto, o léxico determina a formação dos constituintes de uma sentença.

Quanto às propriedades semânticas do sujeito, Castilho (2010) indica a da agentividade como a mais comumente identificada no sujeito, a qual designará, portanto, o constituinte sentencial cujo referente é responsável pela ação expressa pelo verbo. Cita Pontes (1987), que afirma que “com verbos intransitivos como *morrer, machucar*, o sujeito não tem o mesmo sentido que tem um sujeito de um verbo transitivo indicador de ação, ou seja, ele não é agente”. Acrescenta ainda que a própria noção de agentividade nem sempre pode ser reconhecida sem ambiguidades num enunciado, como em “O João arrancou o dente hoje”, em que só o contexto poderá dizer se “João” é agente (o dentista) ou paciente (aquele que teve o dente arrancado).

Ao afirmar que “nada garante que um constituinte /agente/ seja necessariamente codificado como um sujeito”, indica que isso “aponta para outra falta de correspondência entre o sistema semântico e o sistema sintático”. Para corroborar sua afirmação, utiliza-se de dois argumentos:

(1) Na voz passiva (46), e ainda nos chamados “verbos psicológicos” (47), o termo agentivo figura como complemento:

(46) *O assassino foi preso pelo guarda.*

(47) *Este filme não agradou ao Pedro.*

em confronto com

(48) *O Pedro gostou deste filme.*

(2) Na sentença subordinada a um verbo como parecer, o “sujeito sintático” deste verbo é também o “sujeito semântico” do verbo da subordinada, como em

(49) *Adão parece ter comido a maçã.* (CASTILHO, 2010, p.296)

Discordamos aqui das descrições do papel semântico do sujeito⁴⁸, dos verbos agentivos e da transitividade verbal, as quais são resumidas em (93), na ordem em que aparecem na NGPB.

(93) (a) o sujeito é o agente, ou seja, é o responsável pela ação expressa pelo verbo;

(b) o verbo *machucar* é classificado como intransitivo;

(c) os verbos *agradar* e *gostar* são classificados como agentivos, apesar de serem tratados como “psicológicos”;

(d) não há correspondência entre o sistema semântico e o sistema sintático.

Começamos por (93d), que, na verdade, é a causa de todas as outras inadequações: a correspondência entre os sistemas semântico e sintático só não ocorre se a análise se mantiver ligada à GT, ainda que mascarada de TMFC. Por que fazemos tal afirmação? Ora, porque, se tratarmos o sujeito como agente e, para isso, não levarmos em conta o fato de verbo ter de ser agentivo, continuaremos encontrando incoerências na estrutura argumental e temática de uma sentença.

Vejamos o caso de “machucar” (93b) nas sentenças em (94).

(94) (a) *João machucou Maria com o martelo.*

(b) *João machucou Maria ao abandoná-la no altar.*

(c) *Maria machucou-se com o fim da relação.*

Em (94a), temos um NP sujeito, um NP objeto - aquele praticando a ação por meio de um instrumento, e este a sofrendo - e um PP adjunto. É um verbo transitivo direto agentivo, ou acusativo, para sermos mais precisos. Como classificá-lo, a partir dessa sentença, como intransitivo?! Sua estrutura argumental e temática está claramente representada em (95).

(95) *machucar*, V NP [___ NP PP]
 Ag, Pac, Inst

Em (94b), “João” continua sendo o sujeito, mas seu papel temático é fonte agora, e “Maria” passa a ser alvo. Podemos pensar, neste momento, em contradição no que vem sendo exposto até aqui, por termos afirmado que a estrutura da sentença não depende de um contexto? Alguém pode cogitar isso, mas tal contradição não existe, porque a combinação, dentro da própria sentença, entre o

⁴⁸ Ver 6.2.2 (p. 253-7), em que o autor trata de sentença e papéis temáticos.

verbo e o adjunto projetado por ele determina o sentido que assumirá, definindo, coerentemente o papel temático de seu sujeito. Em (96), está a estrutura argumental e semântica de (94b).

(96) machucar, V NP [___ NP PP]
Fo, AI, Ca

Em (94c), o verbo é pronominal, o que caracteriza outra estrutura argumental, igual à de “afogar-se”, em (xiii), indicando ser ele um verbo inergativo pronominal, com sujeito experienciador. Reiteramos, portanto, que, mesmo o modelo teórico de análise sendo outro, há informações vindas do léxico que não podem ser ignoradas. As projeções feitas por tais verbos podem até ser apagadas na língua falada, mas permanecerão lá em estado latente.

Quanto aos verbos *agradar* e *gostar* (94c), não se pode afirmar que terão sujeito agente, já que ambos projetam um PP, não sendo, portanto, acusativos (só assim poderiam projetar um NP paciente). Em ((47) CASTILHO, 2010, p. 296), “Pedro”, o PP objeto, é beneficiário, e “este filme”, o NP sujeito, é fonte; já em ((48), CASTILHO, 2010, p. 296), “Pedro”, o NP sujeito, é experienciador, e o “deste filme”, o PP complemento relativo, fonte. Constatamos, assim, que, se casos há em que outros constituintes da sentença podem apresentar agentividade, essa propriedade semântica não é exclusiva do sujeito e que, a partir disso, devemos reconhecer a existência de outros papéis semânticos atribuídos a esse constituinte, que não apenas o de agente e de paciente.

Com a agentividade, a NGPB apresenta também outras propriedades semânticas do sujeito, resumidas no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7

Outras propriedades semânticas do sujeito

Animacidade / não animacidade	Referencialidade / não referencialidade	Determinação / indeterminação
Os pronomes de P1 e de P2 são dêíticos e remetem ao falante e ao ouvinte como instâncias do discurso; apontam, portanto, para entidades animadas → /± humano/ e /± agenteivo/.	Um sujeito /referencial/ é aquele que destaca determinado referente dentre o conjunto de referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal-sujeito.	Está ligada ao traço de definitude do sujeito, que só pode ser definido no texto; nenhuma classe passível de figurar como sujeito será intrinsecamente determinada ou indeterminada.

Os pronomes de P3, tanto quanto os substantivos, podem remeter indiferentemente a referentes animados ou não animados.	Questão correlata → definitude do sujeito /definido/ - referente que ocupa um papel de relevo no texto; /-definido/ - referente para o qual o ouvinte teve de “abrir um arquivo” em sua mente.	Representações de sujeito indeterminado que teriam de ser validadas no texto: (i) sujeito expresso por pronomes pessoais de “referenciação genérica”; (ii) sujeito expresso pelo pronome se; (iii) sujeito elíptico com o verbo na terceira pessoal do plural.
--	--	---

Fonte: Castilho, 2010, p.297-98.

A partir dessa visão do sujeito, podemos passar à conceituação dada por Castilho (2010) para *voz verbal*, que é vista como a categoria semântica do verbo que

assinala a participação do sujeito no estado de coisas: Ilari / Basso (2008a). Se ele for agente, teremos voz ativa, se for paciente, teremos voz passiva, e se for ao mesmo tempo agente e paciente, teremos a voz reflexiva. (p. 436)

Além dessa caracterização, o autor já havia apresentado as vozes verbais, no capítulo 2.3 da NGPB, como gramaticalização da *perspectiva*, uma das categorias constitutivas do discurso, cujo conceito é “relativo ao modo pelo qual o ESPAÇO é percebido e representado [...] está ligada à categoria cognitiva de VISÃO” (CASTILHO, 2010, p. 136). Significa ponto de vista, atitude. No Quadro 8, apresentamos um resumo das informações trazidas pelo autor para as vozes verbais.

Quadro 8
Resumo das vozes verbais na NGPB

Voz	Definição	Exemplos
Ativa	<ul style="list-style-type: none"> • O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel de /agente/, e ao objeto direto o papel de /paciente/. • Como depende de um sujeito e de um objeto direto, é privativa dos verbos biargumentais transitivos diretos ou bitransitivos. • É expressa por um sintagma simples. 	→ O moleque espetou o gato da vizinha.
Passiva	<ul style="list-style-type: none"> • O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel de /paciente/, e ao complemento o papel de /agente/. • É expressa por um sintagma verbal composto, constituído por <i>ser</i> + participio, passiva padrão; por <i>estar</i> + participio, passiva resultativa. • Na transformação da voz ativa na passiva, a receita é mover o objeto direto da ativa para a cabeça da sentença, produzir o movimento 	→ O gato da vizinha foi espetado pelo moleque. → O gato foi doado à

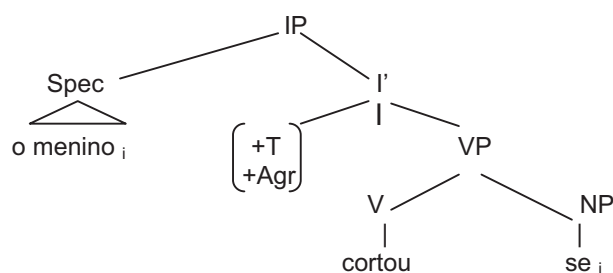
	<p>inverso com o sujeito da ativa, fazendo preceder da preposição <i>por</i> ou <i>de</i>. Pronto! Uma ativa virou uma passiva.</p> <p>(i) Se o verbo é bitransitivo, apassiva-se seu segmento direto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Blanche-Benveniste (1987) mostrou as inconveniências dessas transformações, pois vários verbos transitivos diretos produzem uma “passiva má”. <p>A operação ao contrário também traz dificuldades, se estivermos operando com a passiva resultativa construída com <i>estar</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Blasco (1987) mostrou que a ocorrência da voz passiva é favorecida quando se tira uma conclusão de uma sentença ativa: [X V Y], <i>então, porque</i> [Y V^{do} X]. • Tratar a voz passiva como um caso de aspecto perfectivo resultativo tem mais interesse, se quisermos descobrir como o verbo e suas categorias operam na organização de um texto. 	<p><i>vizinha pela mãe do moleque.</i></p> <p>→ <i>Eu vi o filme. → O filme foi visto por mim.</i> (possível só em determinados contextos)</p> <p>→ <i>Hoje o mar está muito salgado. → * Alguém salgou muito o mar hoje.</i></p> <p>→ <i>Então eu enrolei o filme. Depois que o filme foi enrolado, guardei tudo no armário.</i></p>
Reflexiva	<ul style="list-style-type: none"> • O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel ao mesmo tempo de /agente/ e /paciente/. • Ocorre com verbos pronominais, tais como <i>vestir-se, ferir-se, enfeitar-se, congratular-se, enervar-se, envergonhar-se</i> etc. • O sujeito e o objeto são correferenciais: <i>menino</i> e <i>se</i> remetem a um mesmo indivíduo. O traço /paciente/ de <i>menino</i> permite uma leitura passiva. • Se frontearmos o verbo, pospusermos o sujeito e omitirmos o complemento paciente, teremos produzido o que tem sido denominado “passiva pronominal”. 	<p>→ <i>O menino se cortou.</i> (=o menino cortou, o menino foi cortado)</p> <p>→ <i>O menino foi cortado por ele mesmo.</i></p> <p>→ <i>Cortou-se o menino.</i></p>

Fonte: Castilho, 2010, p. 436-7

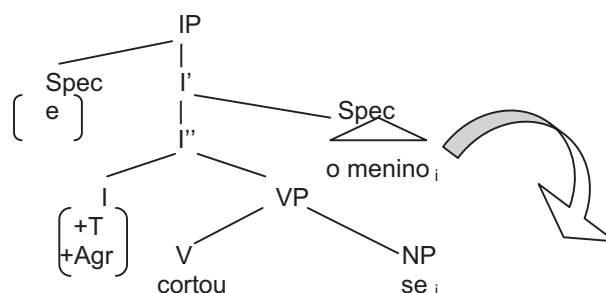
As informações são praticamente as mesmas que constam na NGPC, ressaltando-se, apenas, o fato de que o enfoque aqui é sempre o discursivo. Causa-nos estranheza, no entanto, a forma com a qual a passiva pronominal foi caracterizada, como se fosse ela derivada da voz reflexiva. O autor indica, inclusive, que o *se* reflexivo se transforma no “*se*” apassivador, argumentando para isso a mudança de ordem na sentença. Ora, por que “o menino se cortou” e “cortou-se o menino” estariam em vozes verbais distintas? Ou, ainda, não haveria diferença entre voz passiva pronominal e voz reflexiva?

Se analisarmos os exemplos a partir do Princípio A da GB, verificaremos que temos o mesmo caso de anáfora, apenas com o movimento de NP em um deles. Em (97) e (98), representamos graficamente as duas sentenças.

(97)



(98)



Não podemos, portanto, considerar a sentença em (97) um caso de voz passiva pronominal. Ela é, sim, reflexiva, com o verbo pronominal “cortar-se”, e não com o acusativo “cortar” acompanhado do pronome apassivador *se*, como a caracteriza o autor. Essa constatação corrobora, novamente, nossa hipótese de que a contraparte pronominal de um verbo acusativo caracteriza outro verbo, com estatuto argumental diferente, e reforça a necessidade de revisão da NGB e de nossas gramáticas.

Sobre a transformação do “*se*” reflexivo em apassivador, o autor indica, no capítulo em que trata do sintagma nominal, a perda do traço de reflexividade, com a tendência à substituição pelas sequências “você mesmo” e “ele mesmo”⁴⁹. Tais alterações, segundo ele, afetaram a passiva pronominal. Reproduziremos a seguir, excertos do item 3 deste capítulo, em que são apresentadas as modificações por que passou o “*se*”.

3. Perda do traço de apassivação

⁴⁹ Além do *se*, o autor trata também do *me* e do *te*, vítimas desta mesma perda de reflexividade.

[...] Está na hora de examinar diacronicamente a questão: como surgiu o *se* apassivador? Por que a concordância do verbo seguido de *se* está desaparecendo, juntamente com esse pronome?

Para entender essas coisas, nada como a boa diacronia! Maurer Jr. (1951b) escreveu a esse respeito um ensaio muito esclarecedor. Ele mostrou que o latim vulgar tinha agregado novas funções ao *se* reflexivo, entre elas a de apassivador. Nessa variedade, o *se* ocorria:

(1) Na indicação de reciprocidade, com verbos transitivos, como em *inter se amant*.

(2) Na indicação da espontaneidade, com verbos intransitivos, com sentido semelhante ao da voz média indo-europeia, como em *vadit se unusquisque in ospitium suum*, “cada um vai para o seu alojamento”. A voz média indo-europeia era usada para indicar que o sujeito praticava uma ação em seu próprio interesse, sem ser forçado a isso. No exemplo anterior, retirado da *Peregrinatio ad locca sancta*, célebre fonte do latim vulgar, se quer dizer que cada um se vai porque assim o quer.

(3) Na indicação da passividade, derivada da noção de espontaneidade: afinal, se alguém pratica uma ação de seu interesse, obviamente sofre as consequências. Segundo Maurer Jr., já na linguagem popular latina se encontrava esse *se* apassivador, em construções como *Myrina, quae Sebastopolim se vocat*, “Myrina, que se chama (= é chamada) Sebastopol”, em que *se vocat* está no lugar da forma passiva *vocatur*.

Nas circunstâncias sintáticas de (3), basta enunciar o agente da ação para consumir-se o valor passivo da construção. E de fato, durante certa fase da língua, a passiva pronominal vinha acompanhada do complemento agente, como se vê na célebre passagem de *Os lusíadas*: “Por ele o mar remoto navegamos/Que só dos feios focas se navega”. Com suas focas masculinas, Camões registrou a sintaxe que faltava para a consumação da voz passiva pronominal.

Estavam as coisas nesse pé quando reflexivo *se* entra na dança dos outros pronomes pessoais da P3, e começa a alterar as propriedades examinadas nos itens 1 a 3. A perda de traços do pronome *se*, que culminará com seu desaparecimento (= grau final da gramaticalização), trouxe várias alterações na estrutura da passiva pronominal: (i) seu sentido passivo ficou comprometido, surgindo em seu lugar o sentido de indeterminação do sujeito; (ii) desapareceu a concordância do verbo com seu sujeito passivo, agora reanalisado como objeto direto; lembre-se que essa concordância era importante, pois indicava que flores era o sujeito passivo da sentença. Esses fatos aparecem em (60):

(60) a) *Vende-se flores*. (= alguém vende flores)

b) *Cortou-se os meninos*. (= alguém cortou os meninos)

Nesta situação se encontra o PB, em que a interpretação passiva (e conseqüente concordância do verbo com o sintagma nominal no plural) se mantém apenas no estilo formal. (CASTILHO, 2010, p. 481)

Concordamos com Castilho (2010) quando afirma que a diacronia pode explicar muitas das transformações por que passam as línguas, mas discordamos do fato de que a passiva pronominal esteja perdendo seu estatuto para a indeterminação do sujeito. Nos estudos que temos feito até aqui, não encontramos correspondência para algumas destas informações diacrônicas.

Na seção 1.1 deste trabalho, quando caracterizamos a voz média no latim, destacamos, a partir de Machado (1941), algumas inconsistências registradas nas vozes latinas sem a média. No Quadro 9, retomaremos as definições das vozes verbais e essas inconsistências registradas entre elas.

Quadro 9
Resumo das vozes verbais latinas a partir de Machado (1941)

Voz	Definição	Inconsistências registradas nas vozes latinas sem a média
Ativa	Era empregada tanto com verbos transitivos quanto com intransitivos, estes demonstrando a impessoalidade do sujeito. Ela indica o sujeito que pratica uma ação e também o estado pura e simplesmente.	As desinências da voz ativa não indicam que o verbo deva ter qualquer complemento de objeto. Em <i>uiuít</i> e <i>aperít</i> , por exemplo, temos a mesma desinência ativa, mas o primeiro geralmente não tem complemento, e o segundo sim. As desinências ativas também não indicavam que o processo verbal fosse ativo ou passivo. <i>Res males uertít</i> tanto pode significar “a coisa vai mal” ou “tornou-se má”.
Passiva	Era empregada apenas para indicar a falta de sujeito verbal.	A passiva não existia na flexão antiga, a não ser com aspecto passivo em verbos de função impessoal – <i>curritur</i> , <i>fertur</i> . Ela saiu da voz média, que era primitiva, combinada com as formas de valor impessoal terminadas em <i>-r</i> . Foi, portanto, uma adaptação da voz média.
Média	Indicava uma ação que se relacionava especialmente com o sujeito; daí o emprego para expressar a ação reflexa e os fenômenos de atividade mental, que estão em íntima relação com o sujeito. A ação reflexa, em alguns casos raros, servia-se das desinências ativas, como em <i>lauo</i> (lavo ou lavo-me) e <i>lauandi causa</i> (por causa ou com o fim de se banharem). Fora deles, as desinências utilizadas eram as da voz passiva. (1) <i>cingor</i> – aperto-me (2) <i>induo</i> – visto-me (3) <i>per humum evoluuntur</i> ⁵⁰ – revolvem-se na terra Com a função reflexa da voz média, coexistia a construção propriamente reflexa, feita por meio dos pronomes respectivos. (4) <i>lauor</i> – <i>lauor me</i> (5) <i>cingor</i> – <i>cingor me</i>	A contaminação das três vozes e o influxo de umas sobre outras resultaram em uma confusão na flexão verbal e na incompreensão dos valores especiais que as caracterizavam. Tais processos acabaram por vencer a voz média, que, especialmente na função reflexa, tivera importância fundamental na flexão e na construção verbal. A força dos pronomes, que tornavam a frase mais consistente e expressiva, sobrepujou o uso da flexão média, a qual, apesar de não mais descrita nas gramáticas, nunca deixou de existir.

⁵⁰ Tác., Germ. XXXIX, 7. *Apud* MACHADO (1941, p. 145)

Pelas informações apresentadas no Quadro 9, podemos perceber que a voz passiva era empregada para indicar a falta de sujeito verbal, o que demonstra que ela não está adquirindo, na sua versão pronominal, o sentido de indeterminação do sujeito, mas que está mantendo o seu estatuto original. Além disso, ela foi gerada de uma adaptação da voz média, que era primitiva. Observemos também que a função reflexa coexistia com a função reflexa da voz média, mas não caracterizava uma voz verbal independente.

Cabe reproduzir aqui as palavras de Machado (1941), já utilizadas por nós na seção 1.1, sobre a confusão gerada pela ausência da voz média na língua latina, confusão que é perfeitamente coerente com o que acontece nos trabalhos que analisamos.

Os gramáticos, que prescindem da voz média, põem em confronto a voz ativa com a voz passiva, estabelecem entre elas relações gramaticais e valores ideológicos que, na realidade, não têm fundamento histórico nem correspondem à verdade da evolução linguística⁵¹. (MACHADO, 1941. p. 147)

Na seção 2.3, faremos um resumo da análise da NGPC e da NGPB, estabelecendo semelhanças e diferenças entre elas. Além disso, procuraremos corroborar nossa hipótese de que é necessário que se levem em conta os princípios da UG para que se possa determinar com clareza a estrutura argumental de uma sentença.

2.3 RESUMO

No Quadro 10, distribuimos, lado a lado, as definições apresentadas por ambas as gramáticas analisadas a fim de que possamos estabelecer claramente as semelhanças e diferenças entre elas.

Quadro 10
Resumo dos conceitos apresentados pela NGPC e pela NGPB

Itens analisados	NGPC	NGPB
Sujeito	1. O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito. 2. Atitude do sujeito: - Com verbos de ação - a atitude do sujeito com referência a processo verbal pode ser de atividade, de	Do ponto de vista sintático , é considerado o constituinte que reúne as seguintes propriedades: é expresso por um sintagma nominal; figura habitualmente antes do verbo; determina a concordância do verbo; é pronominalizável por <i>ele</i> ; e pode ser

⁵¹ A citação foi vertida para a ortografia oficial vigente a partir de janeiro de 2009.

	<p>passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo.</p> <p>- Com verbos de estado - a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é agente ou paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve.</p>	<p>elidido.</p> <p>Do ponto de vista discursivo, o sujeito é aquele ou aquilo de que se declara algo; é o ponto de partida de predicação, é o tema.</p> <p>Do ponto de vista semântico, a agentividade é a propriedade mais comumente identificada no sujeito, a qual designará, portanto, o constituinte sentencial cujo referente é responsável pela ação expressa pelo verbo.</p>
Vozes	<p>ATIVA: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>praticado</i> pelo sujeito.</p> <p>PASSIVA: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>sofrido</i> pelo sujeito.</p> <p>Exprime-se a VOZ PASSIVA:</p> <p>- com o VERBO AUXILIAR <i>ser</i> e o PARTÍCIPIO do verbo que se quer conjugar.</p> <p>Pode indicar ação, estado, mudança de estado e movimento.</p> <p>- com o PRONOME APASSIVADOR <i>se</i> e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito.</p> <p>Quando uma oração contém um verbo com objeto direto, ela pode assumir a forma passiva, mediante as seguintes transformações:</p> <p>a) o objeto direto passa a ser sujeito da passiva;</p> <p>b) o verbo passa à forma passiva analítica do mesmo tempo e modo;</p> <p>c) o sujeito converte-se em agente da passiva.</p> <p>AGENTE DA PASSIVA é o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Este complemento verbal – normalmente introduzido pela preposição <i>por</i> (ou <i>per</i>) e, algumas vezes, por <i>de</i> – pode ser representado: por substantivo ou palavra substantivada, por pronome, por numeral, por oração substantiva</p> <p>REFLEXIVA: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>praticado e sofrido</i> pelo sujeito.</p> <p>Exprime-se a VOZ REFLEXIVA juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos <i>me, te, nos, vos</i> e <i>se</i> (singular e plural).</p>	<p>ATIVA: O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel de /agente/, e ao objeto direto o papel de /paciente/.</p> <p>Como depende de um sujeito e de um objeto direto, é privativa dos verbos biargumentais transitivos diretos ou bitransitivos.</p> <p>É expressa por um sintagma simples.</p> <p>PASSIVA: O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel de /paciente/, e ao complemento o papel de /agente/.</p> <p>É expressa por um sintagma verbal composto, constituído por <i>ser</i> + participio, passiva padrão; por <i>estar</i> + participio, passiva resultativa.</p> <p>Na transformação da voz ativa na passiva, a receita é mover o objeto direto da ativa para a cabeça da sentença, produzir o movimento inverso com o sujeito da ativa, fazendo preceder da preposição <i>por</i> ou <i>de</i>.</p> <p>Se o verbo é bitransitivo, apassiva-se seu segmento direto.</p> <p>Blanche-Benveniste (1987) mostrou as inconveniências dessas transformações, pois vários verbos transitivos diretos produzem uma “passiva má”.</p> <p>A operação ao contrário também traz dificuldades, se estivermos operando com a passiva resultativa construída com <i>estar</i>.</p> <p>Blasco (1987) mostrou que a ocorrência da voz passiva é favorecida quando se tira uma conclusão de uma sentença ativa: [X V Y], <i>então, porque</i> [Y V^{do} X].</p> <p>Tratar a voz passiva como um caso de aspecto perfectivo resultativo tem mais interesse, se quisermos descobrir como o verbo e suas categorias operam na organização de um texto.</p> <p>REFLEXIVA O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel ao mesmo tempo de /agente/ e /paciente/.</p> <p>Ocorre com verbos pronominais, tais como <i>vestir-se, ferir-se, enfeitar-se, congratular-se, enervar-se,</i></p>

		<p><i>envergonhar-se</i> etc.</p> <p>Em “o menino se cortou”, sujeito e o objeto são correferenciais: <i>menino</i> e <i>se</i> remetem a um mesmo indivíduo. O traço /paciente/ de <i>menino</i> permite uma leitura passiva.</p> <p>Se frontearmos o verbo, pospusermos o sujeito e omitirmos o complemento paciente, teremos produzido o que tem sido denominado “passiva pronominal” – “cortou-se o menino”.</p>
Valores do se	<p>O pronome <i>se</i> emprega-se como:</p> <p>OBJETO DIRETO (emprego mais comum),</p> <p>OBJETO INDIRETO (emprego menos raro quando exprime a reciprocidade da ação)</p> <p>SUJEITO DE UM INFINITIVO</p> <p>PRONOME APASSIVADOR</p> <p>SÍMBOLO DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO</p> <p>PALAVRA EXPLETIVA (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito)</p> <p>PARTE INTEGRANTE DE CERTOS VERBOS QUE GERALMENTE EXPRESSAM SENTIMENTO OU MUDANÇA DE ESTADO</p>	<p>Em “cortou-se o menino”, o <i>se</i> reflexivo se transforma no <i>se</i> apassivador.</p> <p>Modificações sofridas pelo <i>se</i> a partir de Maurer Jr. (1951b): o latim vulgar tinha agregado novas funções ao <i>se</i> reflexivo, entre elas a de apassivador. Nessa variedade, o <i>se</i> ocorria:</p> <p>(4) Na indicação de reciprocidade, com verbos transitivos, como em <i>inter se amant</i>.</p> <p>(5) Na indicação da espontaneidade, com verbos intransitivos, com sentido semelhante ao da voz média indo-europeia, como em <i>vadit se unusquisque in ospitium suum</i>, “cada um vai para o seu alojamento”. A voz média indo-europeia era usada para indicar que o sujeito praticava uma ação em seu próprio interesse, sem ser forçado a isso. No exemplo anterior, retirado da <i>Peregrinatio ad locca sancta</i>, célebre fonte do latim vulgar, se quer dizer que cada um se vai porque assim o quer.</p> <p>(6) Na indicação da passividade, derivada da noção de espontaneidade: afinal, se alguém pratica uma ação de seu interesse, obviamente sofre as consequências. Segundo Maurer Jr., já na linguagem popular latina se encontrava esse <i>se</i> apassivador, em construções como <i>Myrina, quae Sebastopolim se vocat</i>, “Myrina, que se chama (= é chamada) Sebastopol”, em que <i>se vocat</i> está no lugar da forma passiva <i>vocatur</i>.</p> <p>Nas circunstâncias sintáticas de (3), basta enunciar o agente da ação para consumir-se o valor passivo da construção. E de fato, durante certa fase da língua, a passiva pronominal vinha acompanhada do complemento agente, como se vê na célebre passagem de <i>Os Lusíadas</i>: “Por ele o mar remoto navegamos/Que só dos feios focas se navega”. Com suas focas masculinas, Camões registrou a sintaxe que faltava para a consumação da voz passiva pronominal.</p>

Na comparação entre as duas gramáticas, percebemos que, como bem o tinha advertido o autor na introdução da NGPB, “não é uma gramática-lista, cheia de classificações, em que não se vê a língua, mas uma gramática”, como também “não é uma gramática ateórica”. Ao observarmos este quadro resumo, acreditamos que ele tenha atingido seu propósito, uma vez que as informações presentes em seu trabalho nos fornecem análises fundamentadas, ainda que não concordemos com elas. Em relação à NGPC, talvez possamos dizer que é “uma gramática-lista”, mas precisamos acrescentar que já apresenta algumas reflexões linguísticas importantes.

Na NGPB, temos uma teoria adotada e definida pelo autor – a TMFC – que é certificada pelos três pontos de vista por meio dos quais são analisados os tópicos aqui discutidos. Encontramos aí total coerência entre o prometido na introdução e o apresentado ao longo do trabalho. Na NGPC seus autores são taxativos, no prefácio, anunciando tratar-se

de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas. (Cunha & Cintra, 2007, xxiv)

De que forma, então, seria possível aproximá-las, se uma parte do português falado, e outra do português culto literário? E mais: de que forma justificar a escolha de dois trabalhos tão divergentes em termos de estratégia de abordagem? Pois nosso objetivo é mostrar que ambas, mesmo que por caminhos diferentes, mantêm conceitos muito aproximados daqueles já cristalizados em nossa tradição gramatical. Vejamos, por meio do Quadro 11, como podemos corroborar tal afirmação.

Quadro 11
Paralelo entre os conceitos presentes na NGPC e na NGPB

TÓPICO	PONTO DE VISTA/CONCEITO	NGPC	NGPB
Sujeito	Sintático: é expresso por um sintagma nominal; figura habitualmente antes do verbo; determina a concordância do verbo; é pronominalizável por <i>e/le</i> ; e pode ser elidido.	X	X
	Discursivo: é aquele ou aquilo de que se declara algo	X	X
	Semântico: a agentividade é a propriedade mais comumente identificada no sujeito, a qual designará, portanto, o constituinte sentencial	X	X

	cujo referente é responsável pela ação expressa pelo verbo. <hr/> Outras propriedades: Animacidade / não animacidade, Referencialidade / não referencialidade e / não referencialidade Determinação / indeterminação Referencialidade / não referencialidade, Determinação / indeterminação		X
Vozes	Ativa: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>praticado</i> pelo sujeito.	X	
	Ativa: O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel de /agente/, e ao objeto direto o papel de /paciente/.		X
	Passiva: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>sofrido</i> pelo sujeito.	X	
	Passiva: O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel de /paciente/, e ao complemento o papel de /agente/.		X
	Reflexiva: O fato expresso pelo verbo pode ser representado (...) como <i>praticado e sofrido</i> pelo sujeito.	X	
	Reflexiva: O verbo atribui ao sujeito da sentença o papel ao mesmo tempo de /agente/ e /paciente/.		X
Se	OBJETO DIRETO (emprego mais comum), OBJETO INDIRETO (emprego menos raro quando exprime a reciprocidade da ação) SUJEITO DE UM INFINITIVO PRONOME APASSIVADOR SÍMBOLO DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO PALAVRA EXPLETIVA (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito) PARTE INTEGRANTE DE CERTOS VERBOS QUE GERALMENTE EXPRIMEM SENTIMENTO OU MUDANÇA DE ESTADO	X	
	Modificações do se reflexivo em se apassivador Na indicação de reciprocidade , com verbos transitivos, Na indicação da espontaneidade , com verbos intransitivos, com sentido semelhante ao da voz média indo-europeia Na indicação da passividade , derivada da noção de espontaneidade: afinal, se alguém pratica uma ação de seu interesse, obviamente sofre as consequências		X

Quanto ao sujeito, podemos observar que, embora não indique fazer uma análise multissistêmica, a NGPC o conceitua a partir de um ponto de vista sintático, discursivo e semântico, já que pudemos dar-lhe um valor positivo como o da NGPB nestes itens. A diferença é de nomenclatura: na NGPC, o ponto de vista sintático

aparece sob a classificação de *representação do sujeito*; o ponto de vista discursivo está na conceituação de sujeito; e o semântico é tratado como a *atitude do sujeito*.

Em relação às vozes verbais, enquanto a NGPC indica que o fato expresso pelo verbo pode ser *praticado*, *sofrido* ou *praticado e sofrido* pelo sujeito, a NGPB informa que o verbo atribui o papel de *agente*, *paciente* ou *agente/paciente* ao sujeito. Claro fica, mais uma vez, que a nomenclatura é outra, mas a definição é a mesma: *voz ativa – sujeito agente*; *voz passiva – sujeito paciente*; e *voz reflexiva – sujeito agente/paciente*.

A NGPB, ancorando-se no estudo de Maurer Jr. (1951), apresenta o pronome ‘se’ como apassivador, originado no reflexivo, e atribui-lhe três usos: na indicação de reciprocidade, de espontaneidade e de passividade. A NGPC traz tanto a caracterização morfológica – *pronome apassivador, símbolo de indeterminação do sujeito e palavra expletiva* – quanto sintática – *OD, OI e sujeito de um infinitivo* (Todos em emprego reflexivo), sem destacar quaisquer modificações por que tenha passado o ‘se’. Um olhar atencioso identificará na classificação sintático-morfológica da NGPC os três usos “passivos” trazidos pela NGPB: *inter se amant* (OD recíproco); *vadit se unusquisque in ospitium suum* (espontaneidade - palavra expletiva); *Myrina, quae Sebastopolim se vocat* (pronome apassivador).

Resta-nos, portanto, voltar à segunda das duas perguntas que fizemos anteriormente – *de que forma justificar a escolha de dois trabalhos tão divergentes em termos de estratégia de abordagem?* – para apresentar uma resposta completa e definitiva a ela. Essa resposta, na verdade, é aquilo em que acreditamos piamente, devidamente fundamentado nos princípios da UG.

Assumimos que as análises linguísticas não deveriam desconsiderar os princípios da UG, sob pena de se perpetuarem conceitos que contrariam a competência do falante, a língua-I. Mesmo que apresentem outra roupagem, as definições de agente, paciente, voz passiva, voz ativa e voz reflexiva, nas duas gramáticas com que trabalhamos, não dão conta da real descrição das estruturas sintáticas que compõem as sentenças do PB, exatamente porque deixam de levar em consideração as projeções do léxico.

Chomsky, em recente entrevista à revista Filosofia, perguntado sobre como vê o fato de sua teoria de uma gramática universal ter sido questionada com trabalhos como o de Dan Everett com a tribo Pirahã no Amazonas, no qual ele diz que a língua da tribo não inclui linguagem recursiva, assim se manifestou:

Essa obra recebeu muita publicidade, mas é difícil saber por que se deve considerar mais importante do que grande parte das pesquisas e dos trabalhos excelentes sobre línguas indígenas brasileiras. Mesmo que aceitemos as reivindicações — que foram recusadas por muitos linguistas que fazem seus estudos na mesma língua — não tem nada a ver com a “Gramática Universal” [UG, para o termo em inglês], no sentido que é usado há meio século. O termo é emprestado da gramática tradicional, mas como em outras ciências, foi dada uma definição técnica dentro do sistema por vezes chamado de “abordagem da biolinguística” que diz respeito à capacidade da linguagem como um sistema interno, comparável aos sistemas visual e de outros internos. Nesse significado técnico, a UG é teoria da parte genética da capacidade de linguagem, por isso um fator no desenvolvimento de cada “linguagem interna” específica — o sistema que estou usando agora, por exemplo. As crianças da tribo Pirahã são idênticas em aspectos relevantes para os meus netos, tanto quanto todo mundo sabe; nenhuma diferença da capacidade da linguagem em qualquer grupo já foi descoberta. Portanto, se bebês da tribo Pirahã fossem criados em Boston, seriam linguisticamente indistintos dos meus netos. Daqui decorre que nenhuma das supostas descobertas tem a ver com a UG⁵². (Filosofia. Ano V. Ed. 60, jun. 2011. p. 23)

A NGPB, por exemplo, traz, no cap. 6 – *Primeira Abordagem da Sentença* – da seção 6.1.2 à 6.2.2, as propriedades sintáticas e semânticas da sentença, reproduzindo, em 6.2.2, o quadro sobre papéis temáticos elaborado por Kewitz (2007), em que são relacionados autores e os papéis temáticos que levantaram. Fora deste quadro, cita Peres / Mória (1995), que utilizam a perspectiva gerativista para insistir *que* “os verbos têm propriedades de atribuição de papéis semânticos”; no entanto, quando trata das vozes verbais, parece não levar em conta estas discussões.

É importante que deixemos claro aqui, como já havíamos ressaltado antes, que não pretendemos menosprezar o trabalho árduo, fruto de muitos anos de pesquisa, dos autores de ambas as gramáticas, mas, parafraseando Castilho (2010), na introdução da NGPB, pretendemos com este trabalho *acrescentar um elo a mais na longa tradição* de esforços referentes à produção de manuais escolares que levem em consideração a competência do falante. E, para corroborarmos nossas hipóteses, necessário se faz que analisemos a forma como tais esforços vêm sendo desenvolvidos, e, obviamente, se com eles não concordarmos, teremos de apresentar-lhes uma contraposição.

No capítulo 3, a seguir, sistematizaremos nossa proposta de reclassificação dos verbos e das vozes verbais do PB. Nossa intenção é mostrar que é possível estabelecer conceitos coerentes para esses tópicos a partir dos princípios que

⁵² Grifos nossos.

regem a UG, independentemente de uma língua literária culta (CUNHA & CINTRA, 2007.) ou da língua falada por um determinado grupo (CASTILHO, 2010).

3. VERBOS E VOZES VERBAIS DO PB – UMA PROPOSTA DE RECLASSIFICAÇÃO

Este capítulo é dedicado à sistematização da proposta que vimos fazendo ao longo desta pesquisa, qual seja a de reclassificação dos verbos e das vozes verbais do PB a partir da GB. Em 3.1, apresentaremos um quadro (Quadro 12) com a classificação de verbos e de vozes verbais do PB pré-NGB (SAID ALI, 1930) e a partir da NGB (NGB, 1959); em 3.2, trataremos da *Hipótese do Argumento Externo Latente* (doravante HAEL), à qual chegamos a partir do comportamento de determinados verbos do PB, como ‘rolar’, cuja estrutura argumental é tratada ora como inacusativa, ora como acusativa.

Em 3.3, discutiremos o estatuto dos verbos pronominais, como ‘afogar-se’, e daqueles que selecionam um PP como argumento interno, como ‘importar’. E, finalmente, em 3.4, apresentaremos o quadro com a nova classificação de verbos – sua estrutura argumental e temática – que determinará também a das vozes verbais do PB, sugerindo uma caracterização mais coerente com as projeções do léxico, presentes na Língua-I, ou seja, na competência do falante.

3.1 VERBOS E VOZES VERBAIS DO PB – O ANTES E O DEPOIS DA NGB

Começamos esta seção apresentando a portaria de implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira para que observemos que ela não foi aprovada como lei, mas como sugestão.

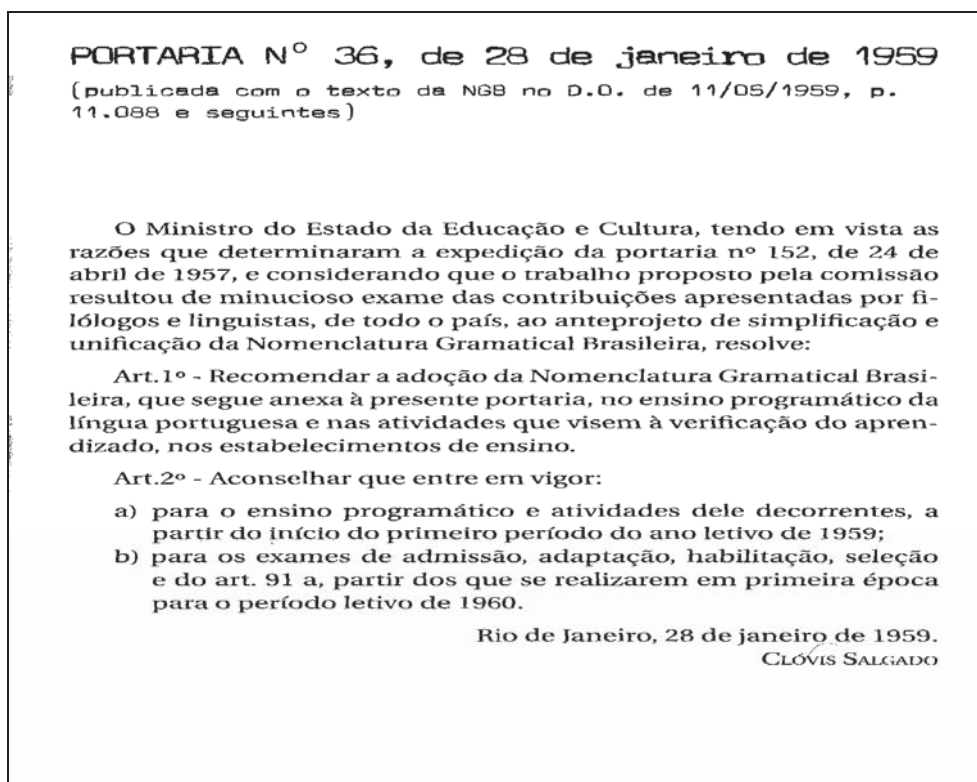


Figura 2: portaria que recomendava a adoção da NGB (*apud* HENRIQUES, 2009)

Henriques (2009, p. 16) explica que, em 1958, quando o Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira foi entregue ao governo, “o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era um total conflito no emprego de termos”. Em função desse “total conflito no emprego de nomes”, utilizaremos com parâmetro pré-NGB apenas a **Grammatica Historica da Lingua Portuguesa** (SAID ALI, 1930), a qual poremos em confronto com a própria NGB.

No Quadro 12, discriminaremos apenas a nomenclatura indicada por uma e por outra, já que a NGB não traz conceitos.

Quadro 13

Nomenclatura pré-NGB e na NGB.

Documento	Nomenclatura
GHLP	1. Verbos: transitivos com objeto direto ou <i>acusativo</i> e com objeto indireto ou <i>dativo</i> ; intransitivos puros ou absolutos e relativos, com objeto indireto circunstancial. 2. Vozes verbais: ativa, passiva e medial (com pronome reflexivo)
NGB	1. Verbos: de ligação; transitivos (direto, indireto); intransitivos . 2. Vozes verbais: ativa, passiva (com auxiliar, com pronome apassivador) e reflexiva

Apenas com este quadro já podemos observar que a simplificação causou algumas perdas significativas. As informações presentes na GHLP são mais completas, levando em consideração os casos latinos, os quais, como já afirmamos neste trabalho, seriam muito úteis para a classificação dos verbos do PB. Nada como a explicação lógica e coerente com a estrutura argumental de um verbo para que um aluno possa entender, por exemplo, a realização de uma passiva ou ativa. Enquanto tentamos explicar o *disfarce da voz*⁵³, os estudantes ficam perdidos entre conceitos que não combinam com os exemplos.

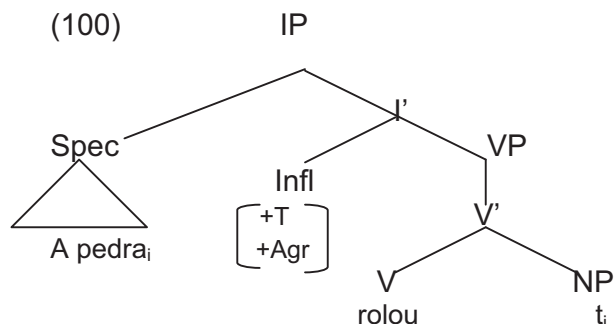
E foi pensando nessa organização lógica da Língua-I que partimos para esta pesquisa e procuramos levantar algumas evidências que pudessem pautar um novo olhar sobre o ensino da língua materna.

3.2 A HIPÓTESE DO ARGUMENTO EXTERNO LATENTE

Um dos grandes problemas da análise linguística de determinados verbos do PB, como ‘rolar’ e ‘amadurecer’, é o seu enquadramento na categoria dos inacusativos, já que aparecem ora sem argumento externo, com a estrutura $[\text{VP } V \text{ NP/CP}]$ ⁵⁴, ora com argumento externo, com uma legítima estrutura de acusativo, ou seja, $[\text{NP } [\text{VP } V \text{ NP}]]$. Em (99), exemplificamos essas ocorrências.

- (99) (a) A pedra rolou.
 (b) Sísifo rolou a pedra ribanceira acima.
 (c) João amadureceu.
 (d) O sofrimento amadureceu João.

Em (99a,c), o argumento interno é movido para a posição de *Spec* de IP, como já havíamos demonstrado com “a pedra rolou”, em (47), reproduzido em (100).



⁵³ Expressão utilizada por Miguel Perez, aluno da 2ª série do EM, para explicar a estrutura em que a voz não é ativa nem passiva.

⁵⁴ Levin & Rapoport (1995).

Esta é a estrutura inacusativa, definida pela UH (PERLMUTTER, 1978) e discutida aqui a partir de Levin & Rappaport (1995), a qual determina que “um verbo inacusativo é aquele que projeta um argumento interno, e não um argumento externo”. Trata-se, portanto, da representação ____ [VP V NP/CP]. Já, em (99b,d), temos uma clara estrutura de acusativo, como podemos observar em (101).

(101) (a) [IP [NP Sísifo] [I' +T+Agr[VP [V rolou [NP a pedra [AdvP ribanceira acima]]]]]]

(b) [IP [NP O sofrimento] [I' +T+Agr[VP [V amadureceu [NP João]]]]].

Em (101a), o NP “Sísifo” é o argumento externo de “rolar”, e o NP “a pedra”, o argumento interno; em (101b), o NP “o sofrimento” é o argumento externo de “amadurecer”, e o NP “João”, o argumento interno, o que caracteriza estes verbos como acusativos, já que apresentam argumento externo e atribuem Caso a seu argumento interno. Temos, então, a estrutura NP [V NP]⁵⁵, o que se apresenta como um problema para a descrição destes verbos.

Klaiman (1991), Levin & Rappaport (1995) e Solstad & Lyngfelt (2006) tratam esses casos, respectivamente, como *alternância verbal ativa/média*, *alternância causativa* e *alternância inacusativa*. Essas caracterizações nos inquietaram porque sabemos serem as projeções do léxico exatas, e não alternadas, e isso nos fez analisar mais acuradamente o comportamento destes verbos ditos com *alternância*.

Utilizando-nos de um critério semelhante ao da UH, e levando em consideração também o postulado por Chierchia (1989, *apud* LEVIN & RAPPAPORT, 1995), de que os verbos inacusativos com alternância causativa são derivados de verbos causativos basicamente diádicos, formulamos a hipótese da existência de duas classes de acusativos, as com argumento externo explícito (AEE) e as com argumento externo latente (AEL), o que resolveria o problema de dupla classificação ou de alternância. Estas duas classes coexistiriam com a dos intransitivos, a dos inergativos e a dos inacusativos, sendo necessária, no entanto, uma redistribuição dos ditos *inacusativos com alternância*.

Nossa proposta toma rumo diferente dos estudos de Chierchia (1989), de Levin & Rappaport (1995) e também de Kemmer (1993), porque não consideramos o caso da detransitivização, ou seja, verbos como ‘rolar’ e ‘amadurecer’ serão sempre

⁵⁵ Não consideraremos o AdvP, já que nos interessam as duas posições de NP.

acusativos, estando seu argumento expresso ou latente, jamais se transformando em inacusativos. E escolhemos este caminho porque, como já mencionamos durante este trabalho, tomamos como referência as projeções do léxico, e não o contexto em que estão inseridos os verbos, sob pena de ficarmos eternamente levantando exemplos e contraexemplos para explicar cada ocorrência.

A HAEL teria, portanto, a seguinte configuração:

(102) Existem duas classes de verbos acusativos, a dos com argumento externo explícito (AEE), classificados como *acusativos*, e a dos com argumento externo latente (AEL), chamados *acusativos latentes*; nesta, quando a posição de AEL estiver vazia, será ocupada pelo argumento interno movido.

Em (103), apresentamos a representação da estrutura argumental destes verbos.

(103) Acusativos: NP [V NP/CP]
 Acusativos Latentes: (NP) [V NP/CP]

A partir da HAEL, teríamos, então, as seguintes classes de verbos no PB:

(104) (a) Transitivos → acusativos e acusativos latentes
 (b) Intransitivos → inergativos e inacusativos

A HAEL resolve os problemas dos verbos transitivos acusativos e dos intransitivos, mas não dos verbos pronominais, como ‘afogar-se’, nem dos transitivos que selecionam um PP, como ‘importar’. Na seção 2.2.5, discutimos o estatuto argumental de ‘afogar/afogar-se’ e, na 2.2.6, o de ‘importar’, aos quais voltaremos em 3.3.

3.3 O ESTATUTO ARGUMENTAL DE AFOGAR-SE E DE IMPORTAR

Se não é possível aplicar a HAEL ao verbo ‘afogar-se’, em que categoria o enquadraremos? Burzio (1986) trata o ‘se’ deste tipo de verbo como reflexivo inerente, explicando que a única diferença que se estabelece entre ele e o ergativo é que apenas os membros deste último têm alternância transitiva. Como já deixamos claro que não concordamos com as “alternâncias”, além de termos adotado o termo *inergativo* para classificar os verbos que projetam apenas um argumento externo, tomaremos emprestado a Burzio o nome *reflexivo inerente* para caracterizar o se que acompanha os verbos pronominais do PB, mas chamaremos a esses verbos *inergativos pronominais*.

Em (105), reproduzimos as sentenças de (57), com as quais discutimos o estatuto argumental da dupla ‘afogar/afogar-se’.

- (105) a. João está se afogando.
 b. João está afogando Maria.
 c. *João está se afogando Maria.
 d. O carro de João afogou.

Em (105a), segundo Solstad & Lyngfelt (2006), o pronome ‘se’ caracteriza o verbo como inacusativo, já que o marcador morfológico indica baixa transitividade. Nossa análise, no entanto, indica que o ‘se’ é parte do verbo e que, portanto, ele não é inacusativo, mas inergativo. Observemos que não seria possível substituir o ‘se’ pelo NP “João” sem que houvesse mudança de significado.

- (106) *Está afogando João.

Isso indica que (1) este ‘se’ não é reflexivo e que, portanto, (2) “João” não é argumento interno movido para a posição de sujeito, o que caracterizaria a inacusatividade. Assumimos, então, que os verbos pronominais apresentam um marcador morfológico chamado *reflexivo inerente*, assim designado porque mantém coindexação com o sujeito, e que serão classificados como *inergativos pronominais*.

Em (105b), a presença do NP Maria indica que o verbo é transitivo com sujeito agente. Já (105c) é agramatical porque pronome e NP não podem aparecer juntos na mesma sentença. No exemplo em (105d), ‘afogar’ é *acusativo latente*. A partir dessas evidências, levantamos as seguintes hipóteses: (1) ‘Afogar’ e ‘afogar-se’ são dois verbos diferentes com estruturas argumentais diferentes; e (2) a diferença entre eles é estabelecida pela presença do marcador morfológico ‘se’.

Em (107), demonstramos os testes aplicados em (58) para chegar à classificação de ‘afogar-se’, uma vez que sua contraparte não pronominal já foi analisada a partir da HAEL.

- (107) a. Afogou-se na forte correnteza.
 b. Afogou-se João na forte correnteza.
 c. Afogou João na forte correnteza.
 d. *Afogou na forte correnteza.

Em (107a), o pronome é apenas um anafórico de um NP dado anteriormente. No caso de (107b), a inserção do NP “João” não causa qualquer problema à estrutura da sentença, uma vez que ele assume a função de Spec de IP, recebendo caso nominativo, e pode coexistir com o “se”. A inserção do NP “João” e

o apagamento do pronome em (107c) dá outro matiz semântico ao verbo, afastando-o da aceção de (107a). (107d) é agramatical porque o pronome não pode ser apagado de sua estrutura argumental.

Corroboramos, assim, a hipótese de que ‘afogar’ e ‘afogar-se’ são dois verbos diferentes com estruturas diferentes. Esses testes nos levaram à seguinte classificação desses verbos, apresentada em (xii) e (xiii) e reproduzida em (108).

(108) (a) ‘Afogar’ é verbo transitivo com sujeito agente, quando for acusativo, ou experienciador ou tema, quando for acusativo latente.

(b) ‘Afogar-se’ é verbo *inergativo pronominal* com sujeito experienciador.

Com relação ao verbo ‘importar’, que também tem uma contraparte pronominal – ‘importar-se’ – apresentamos, na seção 1.2.6, quando analisamos o artigo de Camacho (2003), as seguintes sentenças:

(109) a. Importa a Maria ganhar mais dinheiro.

b. ? João importa a Maria.

c. Importa a Maria a saúde de João.

d. A Maria importa a busca da felicidade.

Em (109a), além do PP, ‘importar’ seleciona um CP – “ganhar mais dinheiro” – e, em (109b,c,d), um NP – “João, a saúde de João e a busca da felicidade”, respectivamente – sendo (109c,d), na verdade, nominalizações dos CPs “que João seja saudável e buscar a felicidade”. Este verbo projeta a estrutura *alguém/algo importa a alguém*, o que indica representarem os CPs o argumento externo. Não teríamos, portanto, um argumento interno movido para a posição de sujeito, mas um legítimo argumento externo. Em (110), reproduzimos a estrutura argumental deste verbo.

(110) *importar*, V NP/CP [V PP]

Para demonstrar que este não é um caso à parte no PB, trouxemos exemplos com ‘agradar’ e ‘interessar’, verbos que têm a mesma estrutura argumental de ‘importar’ e que, assim como ele, também têm contraparte pronominal. Em (111), repetimos esses exemplos.

(111) a. A vitória agradou à torcida.

b. Vencer agradou à torcida.

c. Interessava ao professor manter os alunos calados.

d. Interessava ao professor o silêncio dos alunos.

Em (111a,b), “agradar” tanto pode ter no argumento externo um NP como um CP, o mesmo acontecendo com “interessar” em (111c,d). Quanto à posição, percebemos que, em (111c,d), o movimento deste argumento para depois do VP parece ser mais harmônico à estrutura do que em (111a,b); no entanto, nas quatro sentenças, essa inversão é totalmente legítima. De qualquer forma, a estrutura argumental dos verbos de (111) é exatamente a mesma do de (110).

(112) a. *agradar*, V NP/CP [V PP]

b. *interessar*, V NP/CP [V PP]

A partir dessas evidências, assumimos a hipótese de que, no PB, existe uma classe de verbos transitivos oblíquos cujo argumento externo tem o papel temático de *fonte*. Seriam eles classificados como verbos de *interesse*, com a estrutura temática que se apresenta em (113).

(113) NP/CP [V PP]

Fo, Ben

Podemos, agora, reorganizar a classificação dos verbos do PB, levando em consideração as projeções do léxico para determinar a estrutura argumental e temática das classes de que fazem parte. Em (114), retomamos e expandimos (104), determinando essas classes.

(114) (a) Transitivos → acusativos, acusativos latentes e oblíquos

(b) Intransitivos → inergativos, inergativos pronominais e inacusativos

3.4 A RECLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS VOZES VERBAIS DO PB

No Quadro 14, organizamos um paradigma a partir dos verbos que analisamos, distribuindo-os nas classes determinadas em (114). Além disso, apresentamos os papéis temáticos do argumento externo selecionado em cada classe; assim, poderemos também reorganizar o estatuto das vozes verbais do PB.

Quadro 14

Paradigma da reclassificação dos verbos do PB

	TRANSITIVOS			INTRANSITIVOS		
	Acusativos	Acusativos Latentes	Oblíquos ⁵⁶	Inergativos	Inerg. Pron.	Inacusativos
	Afogar, afundar ⁵⁷ , machucar, cortar, pentear-se	Afogar, afundar, quebrar, amadurecer, rolar	Importar, agradar, interessar, mentir,	Caminhar, telefonar ⁵⁸ , nadar	Afogar-se, levantar-se, confessar-se, machucar-se, cortar-se, curvar-se	Haver, parecer, costumar
θ-AE	Agente	Tema/Experienciador	Fonte/Causa	Agente	Experienciador	∅

A estrutura temática dos verbos destas classes está representada em (115).

(115) a) Acusativos	NP [V NP] Ag, Pac
b) Acusativos Latentes	(NP) [V NP] Exp/T
c) Oblíquos	NP/CP [V PP] Fo/C, Ben
d) Inergativos	NP [V] Ag
e) Inergativos Pronominais	NP [V] Exp
f) Inacusativos	____[V NP/CP] ∅

Dessas estruturas temáticas resultariam quatro vozes verbais, e não mais as três determinadas pela NGB. Em (116), demonstramos como fica essa nova classificação.

(116)

a) **Ativa** – sujeito **agente**, portanto com verbo de **ação**, a qual passaria a indicar qualquer movimento físico extracorpóreo, um evento não mental. Apenas os verbos acusativos e inergativos geram voz ativa.

b) **Passiva** – sujeito **paciente**, portanto com verbo de **ação**. Somente verbos acusativos geram passiva.

c) **Reflexiva** – sujeito **agente** e **paciente**, portanto com verbo de **ação**. Apenas verbos acusativos geram voz reflexiva.

⁵⁶ Com verbos de ação, como *ir*, *vir*, *voltar*, quando o sujeito apresentar o traço [+animado], receberá papel temático de agente.

⁵⁷ Como vimos em nossa análise, verbos como *afogar* e *afundar* tanto podem ser acusativos quanto *acusativos latentes*.

⁵⁸ Será oblíquo quando selecionar PP.

d) **Média** – com ou sem marcador morfológico e com o sujeito exercendo **qualquer papel temático** que não o de **agente** ou **paciente**, portanto sem verbo de **ação**. Apenas verbos acusativos latentes, oblíquos e inergativos pronominais caracterizam voz média.

Se estranharmos o fato de o sujeito exercer *qualquer papel temático*, devemos buscar o real significado de voz verbal para podermos entender essa afirmativa. **Voz verbal** indica a relação do verbo com o seu sujeito; assim, em que voz seria enquadrada a sentença *o vaso quebrou? O vaso* é argumento interno movido para Spec de IP?

Se analisarmos o verbo ‘quebrar’ a partir da **Hipótese do Argumento Externo Latente**, perceberemos que ele projeta também um argumento externo – **X quebra Y**, como bem o demonstra a sentença “João quebrou o vaso”, em que o verbo projeta um argumento externo, que é agente; em “João quebrou a perna”, o sujeito não é mais agente, mas experienciador. Nos dois casos, no entanto, temos a presença de um NP sujeito e de um NP objeto, o que indica que, em “o vaso quebrou”, este argumento também existe, mas é latente, deixando, portanto, sua posição vazia, a qual será ocupada pelo argumento interno movido, respeitando o Princípio da Projeção Estendida (EPP). A cadeia formada pelo movimento garantirá Caso nominativo e papel temático ao sujeito.

3.5 RESUMO

Demonstramos, neste capítulo, que é possível determinar a estrutura argumental e temática dos verbos do PB a partir da projeção do léxico. Nosso objetivo era simplificar a classificação dos verbos e deixar clara a presença da voz média entre as vozes verbais do PB. Embora pareça que criamos mais classes de verbos, não foi isso que aconteceu; apenas desdobramos as classificações já existentes e conseguimos, com isso, corroborar nossa hipótese de que não é necessário contexto para que se estabeleça o estatuto argumental de um verbo. A partir dessa proposta, não mais haveria a classificação dos verbos em VTD e VTI, mas em verbos que selecionam Caso acusativo ou Caso oblíquo, ou, em relação ao VTDI, ambos os Casos; os verbos intransitivos (VI) inergativos ou inacusativos. Alguém pode argumentar que, em termos de ensino, essa nomenclatura não seria

funcional, mas defendemos que não funcional é o ensino que parte de generalizações *recheadas* de exceções.

CONCLUSÃO

E no sétimo dia

(...)

“Você sabe que eu acho que recuperei minha memória?”

“Isso é bom ou mau?”

“Sim, significa que ainda tenho uma porção de perguntas.”

“Oh, e eu também.”

(URIAGEREKA, 1998. p.496)⁵⁹

A epígrafe a esta conclusão mostra-se significativa porque apresenta a essência de um pesquisador: o nunca estar satisfeito com as respostas que obteve, procurando sempre outras respostas plausíveis a sua hipótese, as quais gerarão também outras tantas perguntas. No desenvolvimento deste trabalho, que se propôs revisar a classificação de verbos e vozes do PB a partir da visão da GB, consideramos os estudos de outros autores, mas levantamos questionamentos a eles, procurando evidências que legitimassem nossa hipótese, levando em consideração a competência do falante, a sua Língua-I. As respostas que encontramos pareceram-nos eficientes; todavia, sabemos que “uma porção de perguntas” recairá sobre elas.

Durante a pesquisa, detectamos alguns problemas, à luz do modelo teórico que utilizamos, na descrição de verbos e de vozes verbais no PB. Parece ser um enigma para alguns gramáticos tradicionais, e mesmo para linguistas mais experientes, enquadrar determinar verbos em uma categoria apenas. ‘Afogar’ / ‘afogar-se’, por exemplo, tendem ser colocados na *mesma gaveta*, a dos inacusativos; aí levantam-se exemplos e contraexemplos para explicar ocorrências que não se encaixam em suas descrições. As vozes verbais, *tão simplesinhas em suas roupinhas*, e tão desvirtuadas em seus exemplos, recebem os mais diferentes nomes: passiva de evento, passiva de ação, passiva de estado, passiva denotadora de mudança de estado, reflexiva, reflexiva recíproca, ativa.

Em que nos baseamos para explicá-los? Partimos das projeções do léxico – via Princípio de Projeção – e do Critério- Θ para explicar não só a classificação de verbos como ‘afogar’ / ‘afogar-se’ e ‘rolar’ / ‘amadurecer’, como também a caracterização das vozes verbais do PB. Desconstruímos alguns conceitos de alternância inacusativa e de papel temático atribuído ao argumento externo das sentenças; e o fizemos porque não acreditamos em alternância inacusativa, já que,

⁵⁹ Tradução livre da autora.

parece-nos, pelas regularidades que encontramos, o léxico projeta uma e apenas uma estrutura argumental para os verbos. A alternância que verificamos foi entre a presença ou a ausência de um argumento externo, e não a inexistência desse argumento. Este é o caso, por exemplo, de ‘afogar’.

Para explicarmos esses casos, criamos a *Hipótese do Argumento Externo Latente*, que resolveu o problema da alternância inacusativa; a partir dela, indicamos duas classes de acusativos, a dos acusativos com AEE e a dos com AEL, a que chamamos acusativos latentes. Assim, ‘afogar’ terá sujeito agente quando for acusativo, e sujeito experienciador ou tema quando for AL; e, de acordo com sua classificação, ele determinará em que tipo de voz verbal poderá ocorrer: ativa e passiva quando acusativo, e média quando AL. Não teremos problemas, portanto, para determinar o papel-O de seu argumento externo, seja ele legítimo, quando o verbo for acusativo, seja ele um argumento interno movido, quando o verbo for AL.

A HAEL também valerá para verbos como ‘rolar’ / ‘amadurecer’, tratados ora como inacusativos, ora como acusativos, já que parte da hipótese de que os verbos ditos com alternância inacusativa têm como diátese básica a acusativa. Em “A bola rolou”, será AL, com o argumento interno movido para a posição vazia do *argumento externo latente*; em “O vento rolou a bola”, a posição do argumento externo está preenchida. Ambas as sentenças estão na voz média, porque, na primeira, o argumento interno movido recebeu o papel- Θ de tema, atribuído pela *A-chain*; na segunda, “o vento” é fonte do movimento da bola.

Quanto aos verbos pronominais – e por pronominais entendem-se aqueles que não existem sem o pronome, sob pena de perderem seu significado – passamos a enquadrá-los em uma nova categoria, a dos *inergativos pronominais*, bipartição da dos inergativos. E por que criamos tal categoria? Ora, esses verbos não têm o mesmo estatuto argumental de sua contraparte não pronominal, não podendo receber, portanto, a mesma classificação, mas também não podem ser tratados simplesmente como inergativos, já que a presença do clítico indica um contexto de reflexividade. Assumimos, então, que estes verbos projetam um argumento externo experienciador, e não um argumento interno objeto movido para spec de IP. “João afogou-se”, então, constituirá voz média, já que o sujeito não é agente, mas experienciador. Ao pronome se destes verbos demos o nome de *reflexivo inerente*, emprestando-o de Burzio (1986).

Além disso, incluímos de vez, entre as vozes verbais do PB, a média, não apenas a com marcador morfológico, mas também a que ocorre com verbos que não atribuem papel de agente ou de paciente a seu argumento externo. Camacho (2003) defende a inclusão desta voz entre as que compõem o PB, mas aceita somente a que apresenta marcador morfológico. Nossa proposta, levando em consideração a afetação do sujeito e os verbos não agentivos, indica pertencerem à voz média as sentenças em que o argumento externo receba qualquer papel- Θ que não o de agente ou de paciente. Com isso, desfazemos a incoerência existente entre os conceitos das vozes verbais e seus exemplos, sugerindo que as gramáticas do PB, ao aceitar nossa proposta, tornarão a vida do aprendiz da língua escrita muito mais fácil, porque ele passará a ver coerência entre o que elas descrevem e as estruturas que constrói.

E, quanto à classificação dos verbos em agentivos e não agentivos, também procuramos estabelecer coerência na definição do que seja 'ação'. Passamos a defini-la como todo e qualquer movimento extracorpóreo, mesmo que não redunde em mudança global de posição, o que nos fez excluir da relação estabelecida por Kemmer (1983) as *ações de cuidados corporais*. Serão estes verbos, então, classificados como agentivos, e seu argumento externo terá o papel de agente, porque partimos do princípio de que houve movimento, da mesma forma que há movimento com alguns dos verbos de reciprocidade, como *abraçar-se* e *encontrar-se*.

Simple assim?! Pareceu-nos, sim, simples. Acreditamos que, enquanto continuarmos a tentar generalizar classificações para explicar fatos complexos, estaremos tornando mais difícil o *caminho da salvação*. A não generalização nos levará a identificar adequadamente cada estrutura complexa, indicando-nos, aí sim, uma forma de agrupá-las. Reafirmamos o que dissemos em 3.3 sobre os possíveis questionamentos à funcionalidade de nossa proposta em termos de ensino: não funcional é o ensino que parte de generalizações *recheadas* de exceções. Esperamos, assim, que esta pesquisa tenha contribuído positivamente para as discussões a respeito das estruturas sintáticas do PB, aliás, da UG.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1930
- BURZIO, L. (1986) **Italian Syntax: a government and binding approach**. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company.
- CAMACHO, R. G., **Em defesa da categoria de voz média no português**. DELTA. São Paulo, v. 19, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Nov 2006. doi: 10.1590/S0102-44502003000100004.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding. The Pisa Lectures**. Dordrecht, Holland / Cinnaminson, USA: Foris Publications, 1981/82.
- _____. **Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use**. New York, USA: Praeger, 1986a.
- _____. **Barriers**. Linguistic Inquiry Monographs, 13. Cambridge Massachusetts / London England: The MIT Press, 1986b – 2nd Printing.
- _____. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: MIT Press, 1965.
- _____. **On binding**. Linguistic Inquiry, 1980.
- _____. **Language and problems of knowledge**. The Managua Lectures, Cambridge: MIT Press, 1988.
- _____. **Conhecimento da História e construção Teórica na Lingüística Moderna**. DELTA. [online]. 1997, vol.13, no.spe [cited 24 April 2006], p.133-155. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000300005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-4450.
- _____. **Sobre a natureza da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Novas ideias para a revista**. Filosofia. Ano V. Ed. 60, jun. 2011. p. 23
- COOK, V.; NEWSON, M. **Chomsky's universal grammar: an introduction**. Oxford: Blackwell, 1996.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

FREIRE, António. Gramática Latina. 3.ed. Braga : Publicações da Faculdade de Filosofia, 1983.

HAEGEMAN, L. **Introduction to government and binding theory**. 2. ed., Oxford: Blackwell, 1994.

HENRIQUES, Claudio Cezar. Nomenclatura gramatical brasileira: cinquenta anos depois. São Paulo : Parábola Editorial, 2009.

KEMMER, S. **The middle voice**. John Benjamins, Amsterdam,(Typological studies in language, 23), 1993.

KLAIMAN, M.H. **Grammatical voice**. (Cambridge studies in linguistics: 59), 1991.

KURI, A. G. Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical. Rio de Janeiro : Livraria AGIR Editora, 1961.

_____ ; CHOMSKY, N.. (Principles and parameters in syntactic theory. In: Hornstein and Lightfoot (eds), **Explanation in linguistics**, 1991.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. **Unaccusativity at the syntax-lexical semantics interface**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

LEVIN, Beth. **Ingredients of verb meaning**. Verb concepts conference. Stanford University, October, 2008.

LYNGFELT, Benjamin; SOLSTAD, Torgrim. **Demonting the agent: passive, middle and other voice phenomena**. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today. V. 96), 2006.

MACHADO, R. *Questões de gramática latina*. Lisboa: Clássica, 1941.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Dicionário de lingüística e gramática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

MIOTO, C. et al. **Manual de sintaxe**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2000.

NAPOLI, Donna Jo. **Italian Syntax: a government and binding approach**. By Luigi Burzio (1986). Review article. Language, Volume 64, Number 1 Dordrecht: D. Reisel Publishing Company, 1988

PERINI, M. **A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PERLMUTTER, David M. (1978). "Impersonal passives and the Unaccusative Hypothesis". Proc. of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society. UC Berkeley. pp. 157–189

REINHART, T. **The Syntactic Domain of Anaphora**. Cambridge, 1976. Tese (Doutorado) - MIT.

RIEMSDIJK, H.V.; WILLIAMS, E. **Introduction to the theory of grammar**, Cambridge: MIT Press, 1986.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática**. A faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

SILVA, Ana Márcia Martins da. **As vozes verbais sob a perspectiva da teoria da regência e ligação : uma análise de manuais de ensino da língua portuguesa**. Porto Alegre, 2006. 112 f. Diss. (Mestrado em Letras), Fac. de Letras, PUCRS.

TOVAR, Antonio. **Gramática histórica latina: sintaxis**. Madrid : Afrodisio Aguado, S.A, 1946.

URIAGEREKA, Juan. 1998. **Rhyme and reason: an introduction to minimalist syntax**. MIT Press, Cambridge, Mass.

OBRAS CONSULTADAS

DOWTY, David (1991) 'Thematic proto-roles and argument selection', *Language* **67.3**:547–619.

HAEGEMAN, L. **Thinking syntactically : a guide to argumentation and analysis**. Blackwell Publishing, USA, 2007.

JAEGGLI, O. **Passive**. In: *Linguist Inquiry*, 17, 1986, p.587-633.

LOBATO, L. M. P. **Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MARANTZ, A. P. (1984) **On the Nature of Grammatical Relations**. Cambridge (MA): MIT Press.

RADFORD, A. **Transformational Syntax: A Student's Guide to Chomsky's Extended Standard Theory**. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 1981.

_____. **Transformational Syntax: A First Course**. Cambridge (Inglaterra): Cambridge, University Press, 1988.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.